

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES

**ACESSO INFORMACIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E
SOCIOPOLÍTICA DA INFORMAÇÃO**

MARÍLIA
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES

**ACESSO INFORMACIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E
SOCIOPOLÍTICA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Universidade Estadual Paulista, campus Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Informação e Tecnologia

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Grossi

MARÍLIA
2019

L864a	<p>Lopes, Gabriel Henrique de Oliveira</p> <p>Acesso informacional no Brasil : uma análise crítica e sociopolítica da informação / Gabriel Henrique de Oliveira Lopes. -- Marília, 2019</p> <p>164 p.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientadora: Angela Maria Grossi</p> <p>1. Políticas Públicas. 2. Direito à Informação. 3. Tecnologias de informação e comunicação. 4. Capitalismo. 5. Ciência da Informação. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES

**ACESSO INFORMACIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E
SOCIOPOLÍTICA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação e Tecnologia

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. ANGELA MARIA GROSSI - Orientadora

Departamento de Comunicação Social / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

**Profa. Dra. PLACIDA LEOPOLDINA VENTURA AMORIM DA COSTA
SANTOS – Membro interno**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof. Dr. CRISTIAN BERRIO ZAPATA – Membro externo

Faculdade de Arquivologia e Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação / Universidade
Federal do Pará - UFPA

Marília, 31 de maio de 2019

*À universidade pública, laica e gratuita.
Aos estudantes e servidores que ocupam
a universidade pública e lutam por ela.
À educação pública, laica e gratuita,
como deve ser e como será, com a luta de
quem acredita no futuro e no povo.
À Jéssica, minha companhia, minha
inspiração e meu acolhimento terno e
eterno.
À Marise, por lutar, muitas vezes sozinha,
para que tudo fosse possível.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a todos funcionários e funcionárias, servidores e servidoras, professores e professoras da Universidade Estadual Paulista que, a despeito dos (des)governos, têm enfrentado com coragem e resiliência as contingências e ações perversas de políticas educacionais e científicas não pensadas que acometem as instituições públicas de ensino e pesquisa.

Agradeço à Seção Técnica de Pós-graduação pelo atendimento sempre prestativo, bem como pelo trabalho ético e dedicado.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), nas pessoas da Profa. Dra. Marta Valentim e Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila pela condução ética, atenta às demandas e sempre aberta ao diálogo.

Agradeço à Profa. Dra. Angela Grossi, minha orientadora e professora, sem a qual nenhuma linha deste texto seria possível, e que continua teimando em acreditar em meu trabalho como pesquisador. Agradeço cada reunião e diálogo em torno do projeto e da vida, o que me fez e faz admirá-la ainda mais, como professora, como orientadora e como humana.

Agradeço ao Grupo de Estudo em Mídias, Informação e Cidadania. Agradeço, sobretudo, à Maira Nani, incansável pesquisadora, de altiva sabedoria, incomparável confidente e apoiadora.

Agradeço à Profa. Dra. Plácida Santos e Prof. Dr. Cristian Zapata por terem a generosidade e paciência em ler o trabalho e em me ajudarem a desenvolvê-lo. Suas críticas, sugestões e apontamentos foram e são engrandecedores.

Agradeço aos professores, professoras e colegas do PPGCI da Unesp, pelas aulas, conversas, reuniões e por partilhar comigo desse momento tão conturbado e ao mesmo tempo belo que é a pós-graduação.

Agradeço aos meus mais sinceros e “alternativos” amigos que me acompanharam, motivaram e cuja amizade me nutriu durante esta trajetória e nutrirá por toda vida. Obrigado, Rafael e Luciana, por tudo. “Parce que c’était eux; parce que c’était moi”.

Agradeço à minha família, sobretudo Marise, Gabriela, Rafael, Rafaela, João e Neuza pelo apoio incondicional, pelo carinho e pela dedicação e sacrifícios em me fazer tornar mestre pela universidade pública.

Por fim, agradeço àquela que tornou tudo possível: meu eterno e infinito amor, sem redundância ou exagero, Jéssica. “[...] Amo-te, enfim, com grande liberdade/Dentro da eternidade e a cada instante [...]”.

RESUMO

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e os avanços técnico-científico potencializaram, em pouco tempo, a capacidade de gerar, selecionar, manusear, compreender e, sobretudo, processar informações. Além disso, as TIC e as possibilidades por ela geradas permitiram a ampliação da capacidade produtiva, aumento da expropriação do trabalho (e do mais-valor), de mercado e de modelos de negócio. A informação torna-se propriedade e/ou mercadoria. Por esses motivos, o estudo parte da compreensão de que a informação é objeto concreto e uma mercadoria, com condicionamentos históricos e sociopolíticos. Esta pesquisa busca analisar criticamente o acesso à informação por meio do estudo da dinâmica da informação-mercadoria e exame das políticas públicas de acesso informacional no Brasil. Como objetivos específicos, o estudo busca conceituar a informação como mercadoria e propor análise teórica sobre importância econômica e política desta informação-mercadoria e das tecnologias; estabelecer relação entre TIC, política de acesso informacional e o Estado capitalista; propor análise da *Lei de Acesso à informação no Brasil* e suas implicações políticas e econômicas; investigar as relações de classe e de poder presentes no acesso à informação-mercadoria. Para alcançar tais objetivos, caracteriza-se como um estudo crítico e apresenta-se como pesquisa descritiva, utilizando-se de investigação bibliográfica e documental; análise de métricas (análise do serviço de informação ao cidadão brasileiro e suas solicitações por grafos), Análise de Políticas Públicas – procedimento metodológico do campo de políticas públicas como forma de compreender o agendamento (*agenda setting*) da legislação de acesso à informação brasileira. A pesquisa constata que a informação-mercadoria adquire papel cada vez mais importante não só no interior do sistema produtivo, mas no relacionamento entre Estados capitalistas. Deste modo, as políticas de acesso à informação, um dos pilares da transparência da administração pública e da democracia liberal, possuem uma agenda transnacional que auxilia na determinação dos fluxos de investimentos externos. Além disso, a *Lei de Acesso à Informação* no Brasil segue os mesmos pressupostos das legislações dos países em desenvolvimento e ainda está distante de alcançar metas políticas consolidadas, no tocante ao uso pelo cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Informação. Acesso à Informação. Lei de Acesso à Informação. Tecnologias da Informação e Comunicação. Capitalismo.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICT) development and scientific advances have increased process and generation of data and information. ICT and its possibilities guarantee productivity enlargement, increased labor's expropriation (and surplus value), promoting diversified market and business models and, because of these reasons, data and information have transformed into property and / or commodity. This study starts understanding information as "concrete object" commodity, with historical and social conditioning. This research seeks analyze access to information through the study of commodity-information dynamics and the *Brazilian Freedom of Information Law* (FOI law) examination. Specifically, the study aims to conceptualize information as a commodity and propose theoretical analysis economic and political importance of this commodity-information and Technologies; establish a relationship between ICT, information access policy and the capitalist state; propose analysis of FOI Law in Brazil and its political and economic implications; investigate the economical and political classes relations present in information-commodity access. To achieve these objectives, this study is characterized as a descriptive and critical research, using bibliographical and documentary research (analysis of the Brazilian citizen's information service and its requests); analysis of information policies (Brazilian FOI law analysis). These procedures identify that commodity of information takes on an important role within the productive system and in the relationship between capitalist states. Thus, information access policies have a transnational agenda that assists in the determination of external investment flows. In addition, Brazilian FOI law was developed with the same way as developing countries and is still far from achieving consolidated political objectives, regarding the use by the Brazilian citizen.

Keywords: Brazilian Information Policies. Information Access. *Freedom of Information Law* (FOI law). Information and Communication Technologies. Capitalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do estudo, em forma de mapa mental	18
Figura 2 - Perspectiva do estudo em relação aos condicionamentos entre Infraestrutura e Superestrutura	20
Figura 3 - Os níveis do fluxo de informação.....	28
Figura 4 - Características do capitalismo financeiro	44
Figura 5 - Síntese de relações entre Tecnologia, Informação e crise do capital.....	47
Figura 6 - Fluxos econômicos e infocomunicacionais no regime de acumulação flexível	61
Figura 7 - Informação no interior do processo de automatização e informatização da produção no capitalismo	67
Figura 8 - Reificação da informação e sua relação com mercado	68
Figura 9 – Síntese do papel da análise das políticas sociais, aplicada à Lei de Acesso à Informação	80
Figura 10 - Ciclo das políticas.....	81
Figura 11 - Linha do tempo dos principais acordos e políticas de acesso à informação dos últimos 30 anos	92
Figura 12 - Influências na agenda das leis de acesso à informação pública no mundo em desenvolvimento	96
Figura 13 - Grafo não-direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, utilizando a métrica Grau (Degree) para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices	114
Figura 14 - Escala de cor dos vértices, do menor para maior valor do peso do vértice	114
Figura 15 - Escala de cor das arestas, do menor para maior valor do “peso” da aresta	115
Figura 16 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, utilizando a métrica In-Degree para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices	115
Figura 17 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, com o peso das arestas, utilizando In-Degree para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices.....	116
Figura 18 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a categorias dos pedidos realizados, utilizando a métrica Grau (Degree) para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices	117
Figura 19 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a categorias dos pedidos realizados, com demonstrativo do peso das arestas	118
Figura 20 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Norte (TNORTE) e Centro-Oeste (TCENTRO)	121
Figura 21 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Nordeste (TNORDESTE)	122
Figura 22 - Análise de similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Sul (TSUL).....	123
Figura 23 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Sudeste (TSUDESTE).....	124
Figura 24 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora de todas as regiões brasileiras	126
Figura 25 - Diagrama das categorias e entes mais solicitados no e-SIC pela Classe Trabalhadora (sem escala).....	127
Figura 26 - Síntese de uma das dinâmicas informacionais no Estado capitalista.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor de mercado das empresas mais valorizadas do mundo	23
Gráfico 2 - Evolução do salário real anual dos trabalhadores dos EUA, em anos-chave	41
Gráfico 3 - Crédito doméstico fornecido por instituições financeiras e bancos no Mundo (1968-2016)	42
Gráfico 4 - Crédito interno fornecido por instituições financeiras e bancos nos EUA (1968-2016)	43
Gráfico 5 - Fluxo de Investimentos Diretos Externos no mundo, países desenvolvidos, em desenvolvimento e em transição (1970-2017).....	55
Gráfico 6 – Entrada de IED no G7+CHN em relação ao fluxo mundial.....	56
Gráfico 7 - Saída de IED do G7+CHN em relação ao fluxo mundial.....	57
Gráfico 8 - Entrada de IED no ID8 em relação ao fluxo mundial.....	58
Gráfico 9 - Média anual de exportação de serviços e bens de Tecnologias da Informação e Comunicação (em US\$)	59
Gráfico 10 - Total de solicitações de patente - entradas diretas nacionais e PCT (1980-2016) ..	60
Gráfico 11 - Ingressos de investimentos diretos no país (participação no capital) durante governo do Partido dos Trabalhadores (US\$ milhões)	93
Gráfico 12 - Reservas internacionais nos últimos 20 anos (em milhões de US\$).....	95
Gráfico 13 - Comparação sobre a demanda da informação no e-SIC entre os períodos de dezembro de 2012/dezembro de 2013 e dezembro de 2016/dezembro de 2017	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tema, problema, objeto e recorte da pesquisa	24
Quadro 2 - Produção Científica, recuperadas na BRAPCI, sobre temas relacionadas ao Acesso à Informação, Transparência e política da informação, nos últimos dez anos (2010-2019).....	27
Quadro 3 - Coleta de dados do e-SIC em números	34
Quadro 4 - Variação Percentual das solicitações enviadas ao e-SIC entre 12/2012 e 12/2017... 98	
Quadro 5 - Variação percentual das solicitações enviadas ao e-SIC entre os períodos de 12/2012 – 12/2013 e 12/2016 – 12/2017	99
Quadro 6 - Representatividade das categorias em V1 (12/2012 – 12/2013) e V5 (12/2016 – 12/2017)	99
Quadro 7 - Critérios de divergências entre as Leis de Acesso à Informação mundial e a LAI brasileira	101
Quadro 8 - Programas de avaliação.....	106
Quadro 9 - Recorte de dados coletados da entidade Pedido.....	111
Quadro 10 - Exemplo da amostra da entidade Solicitante	111
Quadro 11 - Exemplo de categorização diferente para um mesmo órgão destinatário	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesa interna bruta em Pesquisa e Desenvolvimento (em milhões de dólares)	49
Tabela 2 - Investimentos em P&D, por setor	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Análise de Políticas Públicas
BRICS	<i>Brazil, Russia, India, China, South Africa</i>
CEF	Caixa Econômica Federal
CETIC	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
C&T	Ciência e Tecnologia
CF	Constituição Federal de 1988
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGU	Controladoria Geral da União
CHN	China
CI	Ciência da Informação
CSV	<i>Comma-separated values</i>
DAS	Grupo-Direção e Assessoramento Superiores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPU	Defensoria Pública da União
EUA	Estados Unidos da América
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido
G7+CNH	G7 e China
GII	<i>Global Information Infrastructure</i>
Gapi	Grupo de Análise de Políticas de Inovação
IED	Investimentos Externos Diretos
ID8	Índia, Brasil, Rússia, Coreia do Sul, México, Indonésia, Turquia e Arábia Saudita
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>

LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MER	Modelo Entidade-Relacionamento
MF	Ministério da Fazenda
MT	Ministério do Trabalho
NATIS	Sistemas Nacionais de Informação
PIB	Produto Interno Bruto
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCT	Tratado de Cooperação de Patentes
PIB	Produto Interno Bruto
SGBD	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
SNI	Serviço Nacional de Informações
Swift	Sociedade para Telecomunicações Globais Interbancárias
TI	Tecnologias da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UIS	<i>Unesco Institute for Statics</i>
UNCTADSTAT	United Nations Conference on Trade and Development Statistic
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNISIST	Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnologia
V-troca	valor-de-troca
V-uso	valor-de-uso
WIPO	<i>World Intellectual Property Organization</i>

SUMÁRIO

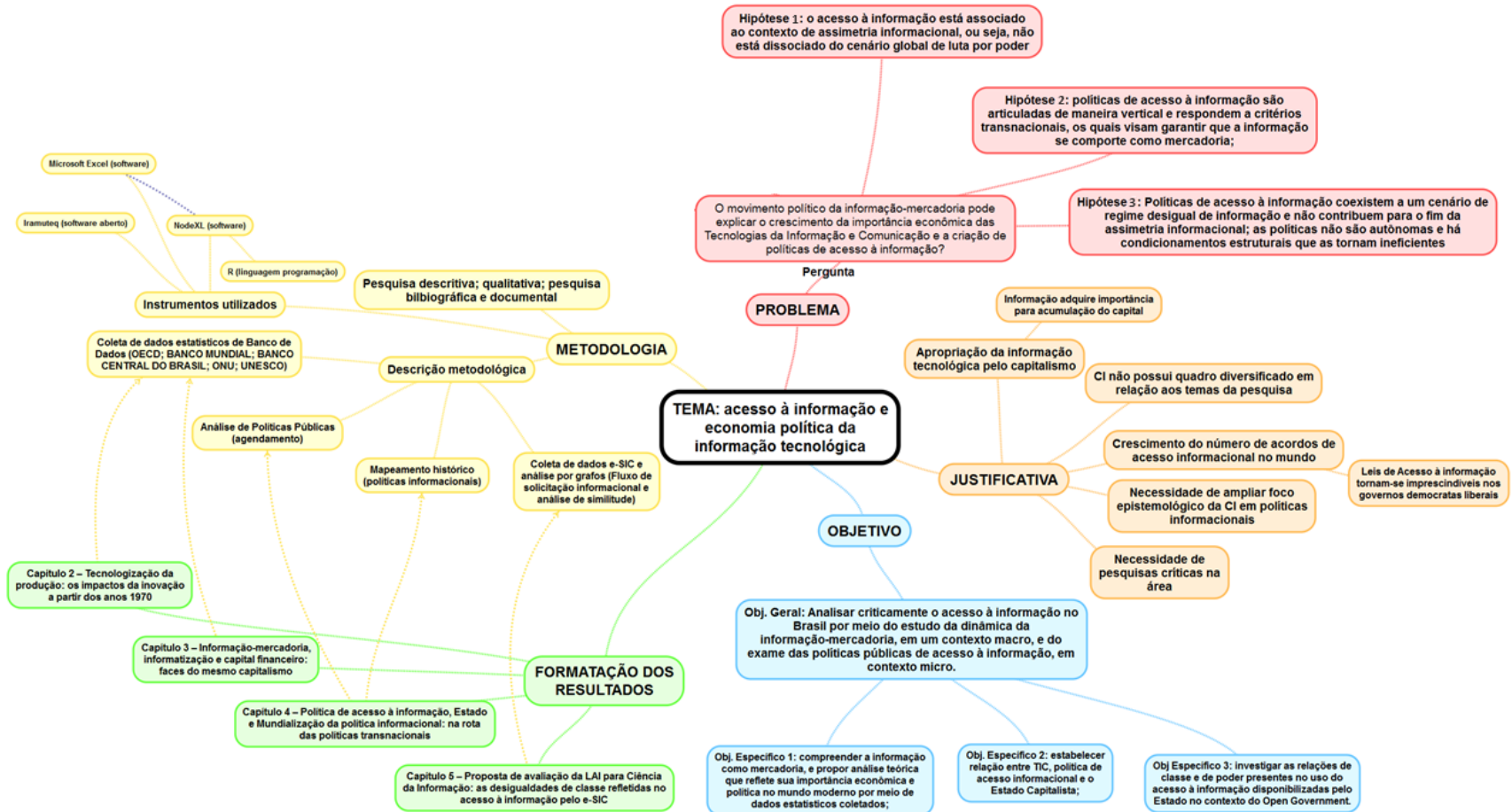
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Tema, problema e pressupostos didáticos: Informação-mercadoria, Tecnologia e Pós-modernidade	19
1.2 Justificativa	25
1.3 Objetivos	29
1.3.1 Objetivo geral	29
1.3.2 Objetivos específicos	30
1.4 Método, etapas e estrutura do trabalho	30
2 A TECNOLOGIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: OS IMPACTOS DA INOVAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1970	35
2.1 Crise do capitalismo pós-era de ouro e financeirização do capital: evolução histórica da informação como mercadoria	35
2.2 A tecnologia em tempos de acumulação flexível	46
2.3 Considerações sobre o regime de acumulação e a informação, em uma abordagem macro 51	
3 INFORMAÇÃO-MERCADORIA, INFORMATIZAÇÃO E CAPITAL FINANCEIRO: FACES DO MESMO CAPITALISMO	52
3.1 Divisão internacional do trabalho e as relações entre C&T no regime de acumulação do capital	53
3.2 Informação-mercadoria em tempos de regime flexível [e tecnológico] do capital	62
3.3 Considerações sobre a informação-mercadoria e o estudo da informação no interior das relações capitalistas	74
4 POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO, ESTADO E MUNDIALIZAÇÃO DA POLÍTICA INFORMACIONAL: NA ROTA DAS POLÍTICAS TRANSNACIONAIS	76
4.1 Campo das políticas públicas e o estado capitalista	77
4.2 Análise de políticas públicas e mapeamento histórico das políticas públicas de acesso à informação	79
4.3 Política brasileira e a informação no contexto pós-guerra	82
4.4 Políticas públicas de acesso à informação e reabertura democrática: agenda internacional para investimentos externos	85
4.5 Esforço nacional na implementação das políticas de acesso à informação e cidadania: agenda importada à política nacional	89
4.6 Considerações sobre a análise da LAI no contexto da ciência da informação	103
5 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA LAI PARA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: AS DESIGUALDADES DE CLASSE REFLETIDAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO PELO E-SIC	106
5.1 Avaliação da LAI por amostra e coleta de dados do e-SIC: uma proposta de análise	

5.1.1 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA DA COLETA DE DADOS PARA AVALIAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DOS TRABALHADORES	110
5.1.2 E-SIC E A <i>CLASSE TRABALHADORA</i> MENOS ESCOLARIZADA.....	113
5.2 Considerações sobre avaliação da LAI.....	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE DE MÚLTIPLAS ANÁLISES SOBRE A INFORMAÇÃO.....	129
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A – TRABALHOS RECUPERADOS A PARTIR DE PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS À PESQUISA	147
APÊNDICE B – ABORDAGENS MARXISTAS DE ESTADO, SEGUNDO UNICAMP (2002)	159
APÊNDICE C – ABORDAGENS MARXISTAS DE ESTADO, SEGUNDO FLEURY (1994)	160

1 INTRODUÇÃO

As evoluções preconizadas a partir da emergência do capitalismo financeiro – a partir da década de 1970 – bem como o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) levaram a um processo contínuo de alargamento das “bandas” cognoscível, informacional e comunicacional, além de dilatar e cada vez mais diferenciar, no nível macro, as formas expansão do capitalismo. As TIC, portanto, assumiram papel de relevo no cenário econômico, sobretudo pelo impacto que possui sobre a reprodução do capital fictício e ascensão de modelos de negócios associados à mercadoria informacional, sobre a qual o presente estudo se dedica. O capítulo introdutório se divide entre (1.1) *Pressupostos didáticos, convergências e divergências entre informação, tecnologia e pós-modernidade*, seção em que se discutem conceitos e temas que permearão a dissertação; (1.2) *Justificativa da pesquisa*; (1.3) *Objetivos*; e (1.4) *Metodologia*. A Figura 1 sintetiza a estrutura do presente estudo em forma de mapa mental ou mapa conceitual.

Figura 1 - Estrutura do estudo, em forma de mapa mental



Fonte: Elaborado pelo autor.

1.1 Tema, problema e pressupostos didáticos: Informação-mercadoria, Tecnologia e Pós-modernidade

O desenvolvimento da produção (inovação), o aproveitamento econômico das TIC e a inserção das tecnologias no cotidiano de grande quantidade de pessoas impactaram na vida social, seja acirrando a divisão social do trabalho¹ e a luta de classes, seja provendo novas formas de comunicação, interação com o mundo. Além disso, o fenômeno informacional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, passou a ocupar outros espaços sociais, quando a tecnologia deixou a tutela do Estado e da indústria bélica.

Lima (2000) sugere que as TIC suscitaram transformações nas experiências cognitivas humanas, ou seja, no modo de pensar e se relacionar com o meio ambiente e a forma com que adquirimos e utilizamos o conhecimento. A argumentação de Lima (2000) está contida nas construções teóricas que procuraram compreender as evoluções preconizadas pela emergência de sistemas de organização produtiva e de acumulação do capital, impulsionadas pelas máquinas e computadores. As designações mais recorrentes desse novo tipo de ordem deram conta de que vivemos em uma *Sociedade da Informação*, conceito utilizado por Machlup (1973) e Masuda (1982), e tantos outros, *Sociedade pós-industrial*, para Bell (1974), *Sociedade do Conhecimento*, para Drucker (1968) e *Sociedade em Rede* para Castells (1999). Segundo Santos (2004), a sociedade, por ele denominada como pós-industrial, está saturada de informação, e os indivíduos acabaram se transformando em um terminal informacional.

¹ [Marx] assinala que a divisão do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias pois, sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns dos outros, não haveria mercadorias para trocar no mercado. Mas a recíproca não é verdadeira: a produção de mercadorias não é uma condição necessária para a existência de uma divisão social do trabalho; mesmo as comunidades primitivas já conheciam a divisão de trabalho, mas seus produtos nem por isso se convertiam em mercadorias. De modo semelhante, a divisão do trabalho dentro de uma fábrica não é o resultado da troca, entre trabalhadores, dos seus produtos individuais. Isso sugere que há duas divisões de trabalho inteiramente diversas a serem consideradas. Primeiro, há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão de trabalho entre trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. Essa é uma divisão de trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção. [...] [A divisão social do trabalho] existe em todos os tipos de sociedade e tem origem nas diferenças da fisiologia humana, diferenças estas que são usadas para favorecer determinados fins dependendo das relações sociais que predominem. Além disso, comunidades diferentes têm acesso a diferentes meios de produção e de subsistência em seus ambientes naturais, e tais diferenças estimulam a troca de produtos quando as diferentes comunidades entram em contato. Assim, a troca dentro *de* e *entre* unidades sociais (a família, a tribo, a aldeia, a comunidade, ou seja, o que for) dá impulso à especialização da produção e, portanto, a uma divisão do trabalho. *Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo, os produtos são gradualmente convertidos em mercadorias, e surge uma divisão do trabalho no seio do processo de produção, uma criação especificamente capitalista, que interage com a divisão social do trabalho* [...] (BOTTOMORE, 2001, p. 112, grifo nosso).

As reflexões desenvolvidas pelos --paradigmas pós-modernos, naturalizaram, no nível social, as transfigurações da acumulação de capital e passaram a compreender de forma idealista como os indivíduos responderam ao novo processo econômico. Para Sousa Sobrinho (2014, p. 23) essa compreensão está ancorada na elevação do individualismo, em que residiria a “mediação ideológica e cultura necessária para a adequação do ser social aos novos padrões do consumo estabelecido pela racionalidade formal enquanto saída estratégica para a contenção das contradições entre produção e circulação”. As teorizações “pós” foram construídas a partir do movimento reestruturação do Estado por meio da ascensão, entre outros, do projeto neoliberal no mundo, após a grande crise mundial dos anos 1970² e o surgimento de incertezas ligadas ao futuro viável da sociedade.

A presente pesquisa, contudo, embora não recuse a perspectiva pós-moderna, já que a CI nasce buscando novos paradigmas, propõe o realinhamento, do ponto de vista teórico-metodológico, da informação, concedendo-lhe relevância no mundo, mas também a inserindo em um processo macro, que condiciona o acesso, uso, produção e consumo informacionais. Desse modo, é a partir da objetivação crítica da atualidade que o presente trabalho orientou sua análise e compreensão do fenômeno informacional.

Figura 2 - Perspectiva do estudo em relação aos condicionamentos entre Infraestrutura e Superestrutura



Fonte: Elaborado pelo autor.

² É importante considerar que o fenômeno informacional do mundo contemporâneo, sobretudo no interior da Ciência da Informação, teve como arcabouço teórico sua inserção nessa nova compreensão de crise da modernidade e na defesa da superação, ou na necessidade de sobreposição dos paradigmas modernos.

A Figura 2 situa o leitor acerca da estruturação de temas que foram tratados no presente estudo, a partir da clássica passagem de Marx sobre infraestrutura e superestrutura³. Em outros termos, para a pesquisa, a infraestrutura não só fornece as bases, mas ampara e dialeticamente se relaciona com o mundo informacional e os usos da tecnologia, alinhados às necessidades dos sistemas de acumulação do capitalismo.

Não se pretende defender, contudo, uma óptica determinista, a partir da qual a economia se constitui como apartada e, ao mesmo tempo, determinante de uma superestrutura jurídico-política. Advoga-se em favor da análise por meio de uma relação dialética entre superestrutura e infraestrutura, uma vez que aquela é parte constitutiva desta.

Marx e Engels (1977) afirmam que ao se separar as ideias da classe dominante da própria classe, analisando-as como autônomas e não relacionadas à realidade, incorre-se no erro de universalizar tal ideia, de modo a torná-las as únicas a serem racionais e universalmente aceitas. As análises idealistas, portanto, partem do que os “homens dizem, imaginam ou representam [...] para [...] chegar aos homens em carne e osso” enquanto que o materialismo inicia o trabalho de análise a partir “dos homens realmente ativos [...], de seu processo de vida real”, em que se expõe o “desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida”, ou seja, as ideias e a superestrutura (MARX; ENGELS, 1977, p. 36-37).

Nesse sentido, autores pós-modernos propõem uma inversão da analogia da edificação da Figura 2, impondo à superestrutura “propriedade da mudança” em relação à infraestrutura. Na sua teorização sobre o mundo atual, Castells (1999) estabelece a convergência entre o desenvolvimento das TIC e a ascensão da economia, a qual denominou como *global e informacional*, a um novo ordenamento social, fortemente influenciado pelas redes digitais. Nessa *nova economia*, “a concorrência é feita em uma rede global de integração. E ela surgiu no último quartel do século XX porque a Revolução da Tecnologia da Informação fornece a base material indispensável para esta nova economia” (CASTELLS, 1999, p. 87).

A informação, desse modo, assume um posicionamento estratégico na dinâmica capitalista atual, sobretudo pela instrumentalização tecnológica dos processos de valorização e acumulação do capital. Advoga-se, portanto, que o enfoque central na discussão sobre a informação tecnológica e a tecnologia seja a dinâmica capitalista. Estrategicamente, no entanto, a informação ganhou contornos valorativos pós-1970, o que determinou sua relevância no

³ Marx compreendia, segundo Althusser (1974), que a sociedade era estruturada em instâncias. A infraestrutura constitui a base econômica (“unidade” das forças produtivas e das relações de produção), enquanto que a superestrutura é determinada pela infraestrutura e carrega dois níveis: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia.

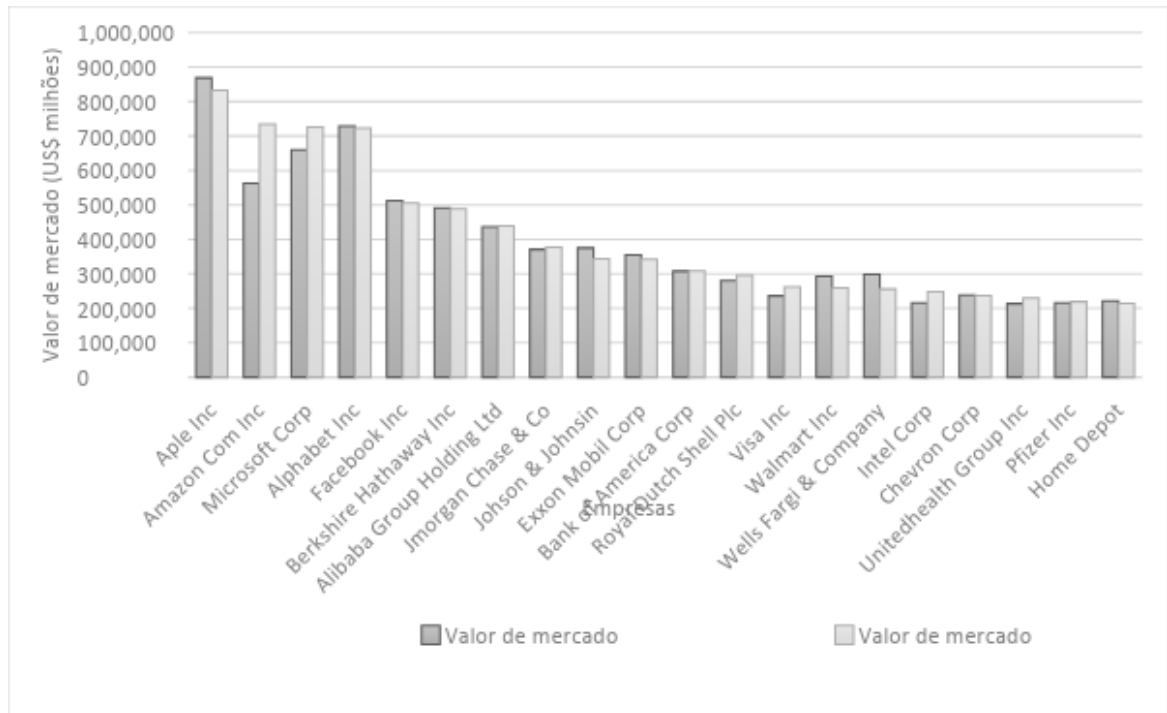
mundo, sobretudo pelo desenvolvimento de serviços de tecnologia e do alargamento do mercado financeiro.

Para demonstrar a importância da informação-mercadoria no mundo contemporâneo, faz-se necessários exemplificar tal condição e apontar evidências de sua manifestação. A revista britânica *The Economist* publicou, em maio de 2017, em versão digital e impressa, um artigo na *Leaders Section*, intitulado *Regulating the Internet giants: the world's most valuable resource is no longer oil, but data*⁴, no qual qualifica o dado e a informação como as mercadorias mais valiosas dos tempos digitais, desbancando o próprio petróleo (REGULATING..., 2017). A publicação salienta o processo de oligopolização do cenário digital *online* ao afirmar que as cinco principais empresas – *Titans-Alphabet* (“empresa-mãe” do Google), Amazon, Apple, Microsoft e Facebook – são, também, as cinco mais valiosas organizações do mundo, com um lucro líquido de US\$ 25 bilhões, apenas no primeiro trimestre de 2017. Chambaud (1993 apud LE COADIC, 1996) confirmou essa dinâmica ao afirmar que a indústria da informação, como denomina as empresas do ramo informacional e tecnológico, tornava-se cada vez mais importante no contexto estadunidense, com crescimentos na ordem de 20% a 40% por ano.

O Gráfico 1 demonstra, em números, o valor de mercado das empresas mais valorizadas do mundo. As cinco primeiras posições do *ranking* são ocupadas por empresas no ramo tecnológico e informacional. Segundo ainda dados do mesmo período, do grupo de empresas que mais se valorizaram, destacam-se a Amazon Com Inc (1º lugar), Microsoft Corp (2º lugar), Netflix Inc (3º lugar), Intel Corp (4º lugar), Adobe System Inc (11º lugar), Nvidia Corp (13º lugar) e Salesforce Com Inc (15º lugar). É importante salientar que todas as empresas líderes ampliaram, no período, os ganhos no mercado financeiro.

⁴ “O recurso mais valioso do mundo não é mais o petróleo, mas o Dado” (REGULATING..., 2017, tradução nossa).

Gráfico 1 - Valor de mercado das empresas mais valorizadas do mundo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Economática Insights (2018).

The Economist destacou que a consolidação de serviços e/ou as possibilidades de acesso a informações e conhecimentos gerados pelas TIC garantiram a ampliação e expansão dos negócios das grandes empresas digitais – que mantêm modelos de negócios calcados em dados e informação do consumidor –, as quais, não possuem, dentro da dinâmica de mercado, concorrentes cuja atuação não possa ser amplamente fagocitada por essas grandes empresas. É importante citar, ademais, que as empresas que mais se valorizaram nos últimos anos possuem capital aberto, expandiram seus investimentos em ações e têm uma rede de diferentes serviços, que lidam, dentre outros, com dados e informações.

A capilarização dos serviços gratuitos⁵ oferecidos pelas grandes empresas do ramo digital, de maneira estratégica, contribuiu para o fomento dos bancos de dados privados que, na estruturação de suas práticas, armazenam informações e as transformam em mercadoria imaterial dentro do modelo de negócio digital. Paula (1984) assinala que mercadoria se caracteriza tanto como o que pode ser tangível, acumulável e que tem existência no tempo e no espaço, quanto como o que é imaterial, que não tem massa, e que só pode ter sua existência no

⁵ Despreza-se, ao considerar *serviços gratuitos*, a contrapartida das empresas, que não se materializam, de imediato, em cobranças financeiras e o próprio custo técnico para a conexão de aparatos tecnológicos à rede de Internet.

tempo, como é o caso da informação. “Temos um novo problema, que é o da abundância e controle das informações. A informação registrada (documento) e organizada (sistemas de informação) passa a ser uma mercadoria; vendida por alguns grupos mundiais que controlam os bancos de dados” (ARAÚJO, 1992, p. 47).

Diante dos pontos suscitados, o presente estudo apresenta como tema o acesso à informação e a economia política da informação circunscrito ao problema de pesquisa: o movimento político da informação-mercadoria pode explicar o crescimento da importância econômica das Tecnologias da Informação e Comunicação e a criação de políticas de acesso à informação? Para isso, faz-se necessário o aporte da Ciência da Informação (CI), como elucida capítulos vindouros, uma vez que os fenômenos contemporâneos relacionados à informação e tecnologia não podem ser compreendidos em sua totalidade sem a subvenção teórica, metodológica e aplicada da CI. O Quadro 1 clarifica e resume os principais eixos norteadores do presente trabalho.

Quadro 1 - Tema, problema, objeto e recorte da pesquisa

Tema	Acesso político à informação e economia política da informação tecnológica
Problema	O movimento político da informação-mercadoria pode explicar o crescimento da importância econômica das Tecnologias da Informação e Comunicação e a criação de políticas de acesso à informação?
Recorte	Análise do movimento/fluxo da informação tecnológica no mundo pós-1970 e análise da Lei de Acesso à Informação (LAI) para estudo das relações entre informação pública e Estado, na perspectiva capitalista.
“Objeto”	Informação-mercadoria e Política de acesso à informação (LAI)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir desse quadro inicial de pesquisa, torna-se possível delinear as hipóteses que circundam o presente estudo. Por meio das contribuições de autores e métodos da CI e de outras áreas das Ciências Sociais – o trabalho procura estabelecer diálogo com outros saberes, métodos e teorias – construiu-se as seguintes hipóteses:

- a) a informação-mercadoria está inserida no contexto de luta por poder ou disputa por hegemonia e por isso é política e social;
- b) políticas de acesso à informação são articuladas de maneira vertical e respondem a critérios transnacionais, os quais visam garantir que a informação se comporte como mercadoria;

- c) políticas de acesso à informação coexistem a um cenário de regime desigual de informação e não contribuem para o fim da assimetria informacional; as políticas não são autônomas e há condicionamentos estruturais que as tornam ineficientes.

Em síntese, esta seção tem como objetivo apresentar os pressupostos teóricos que sustentam o objeto do estudo e introduz o conceito de informação-mercadoria, que é retomado no Capítulo 3, a partir da contribuição teórica crítica sobre o tema. Portanto, sobretudo a partir da década de 1970, quando há o desenvolvimento de novo regime de acumulação capitalista, as TIC tornaram-se centrais na ampliação do capital e a informação, antes um atributo bélico e de tutela dos Estados, transformou-se em uma “mercadoria” cuja característica é debatida no Capítulo 2.

1.2 Justificativa

A visão hegemônica que considera as TIC como grandes responsáveis por mudanças estruturais, pelo empoderamento de sujeitos e por fomentar a constituição de coletividades pela união de individualidades – como aquela descrita por Castells (2013), entre tantos outros pesquisadores –, foi substituída por uma análise materialista no presente trabalho, uma vez que as tecnologias informacionais e a própria informação estão subsumidas a condições estruturais, que fundamentam o acesso e seus usos, e se relacionam de maneira dialética com a infraestrutura sobre a qual está estruturada. As escolhas realizadas no referencial teórico, por conseguinte, estão diretamente relacionadas com a reflexão crítica a que se dedica o estudo, uma vez que o acesso à informação e o uso das tecnologias não devem ser compreendidas como processos alheios ao desenvolvimento da luta pelo poder, e muito menos como instaurador de uma nova ordem política, social e/ou econômica, como apontam as teorias mais conhecidas.

Parte-se, no presente trabalho, de quatro premissas indissociáveis, sobre as quais se construiu a justificativa da pesquisa, e cuja articulação é elucidada no texto que se segue: (1) informação, (2) tecnologia, (3) Ciência da Informação e (4) Acesso à Informação.

(1) A informação, de caráter (2) tecnológico, como o estudo denomina, e que é produzida sem valor mas que ascende ao patamar de mercadoria (imaterial), ganhou destaque, sobretudo no novo regime de acumulação do capitalismo, e adentra inúmeros mercados de forma cada vez mais diversificada. Este tipo de informação é um elemento estratégico de mercado e, conseqüentemente, dos Estados, mediante a pauta da transparência da administração pública tornou-se unanimidade democrática liberal. A informação articulou, no nível

supranacional e dos territórios nacionais, uma série de acordos, protocolos e mecanismos que circunscreveram a pauta do *accountability* na medida em que fortaleceram os laços econômicos e comerciais entre as nações.

A informação objeto da CI, para a presente pesquisa, é compreendida como “mercadoria”; como um fenômeno social, portanto, apropriada e determinada por fatores de ordem extrínseca à própria informação; caracterizada e expandida pela dinâmica tecnológica; usada socialmente em diversos âmbitos (informação multidimensional); que possui regime de distribuição e é socialmente controlada⁶ – ou seja a informação não se expande por características orgânicas, mas a partir de diretrizes estabelecidas socialmente.

Entretanto, apesar de se constituírem como assuntos prementes, a CI não possui diversificado e numeroso quadro científico de trabalhos que se dedicam à informação “mercadoria” e políticas de acesso informacional, relacionado a temas como governo eletrônico, transparência pública e governança, como como demonstrado no Quadro 2, complementado pelo quadro do Apêndice A, no qual se esquematiza trabalhos recuperados na *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI), nos últimos dez anos (2010-2019), a partir de duplas de termos relacionados ao presente estudo. Neste quadro, além disso, foram apresentados trabalhos que estabelecem relação entre *Informação e Mercadoria, Economia Política e Informação* e que, de alguma forma, estudam *Assimetria da Informação*. Foram recuperados 125 trabalhos, que apareceram, alguns deles, mais de uma vez em virtude das semelhanças em relação aos descritores.

⁶ De acordo com resultados da pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros, produzida pelo Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet (CGI), embora o país tenha superado algumas médias mundiais, o Brasil apresenta *gap* entre as classes sociais, em relação ao acesso às tecnologias (CGI, 2018). O estudo aponta, por exemplo, que 99% dos domicílios da classe A possuem acesso à internet, enquanto apenas 30% das famílias das classes D/E têm a possibilidade de fruir da grande rede (CGI, 2018). “Embora tenha havido uma expansão significativa de usuários de TIC, o recorte por classe social, renda, escolaridade, faixa etária, localização geográfica revela gargalos de desigualdade de acesso” (GERALDES; NEGRINI, 2014, p. 327). Soma-se à fórmula os aparatos necessários para acesso à informação, já que os programas nacionais de oferta de Internet gratuita são exíguos

Quadro 2 - Produção Científica, recuperadas na BRAPCI, sobre temas relacionadas ao Acesso à Informação, Transparência e política da informação, nos últimos dez anos (2010-2019)

Produções científicas (2010-2019)	
Termos de busca	Nº de trabalhos recuperadas
Informação; Mercadoria	6
Transparência Pública; Acesso à Informação	43
Transparência Pública; LAI	10
Transparência; Governo Eletrônico	6
LAI; Governo Eletrônico	1
Políticas Públicas; Transparência	9
Governo Eletrônico; Tecnologia	12
Economia Política; Informação	28
Assimetria da Informação	11
Total: 104 trabalhos (sem repetições)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ampliação do uso por sujeitos sociais de redes digitais e de tecnologia possibilitou expandir, igualmente, os bancos de dados, já que a capacidade e possibilidade de armazenamento é “virtualmente infinita”, em relação às estruturas anteriores. Por isso, os estudos específicos da Ciência da Informação e a investigação das modificações paradigmáticas impostas pelo sistema produtivo às tecnologias tende a contribuir para a investigação acerca da *informação*, sua dimensão mercadológica e suas relações com o processo político e de ordenamento social.

(3) Para o estudo e análise dos conceitos delineados, além das teorias políticas e as que envolvem o campo da Sociologia, Tecnologia e Comunicação, o presente trabalho pautou-se no conhecimento consagrado pela Ciência da Informação nos campos de acesso à informação, políticas informacionais e economia política da informação.

Uma das prerrogativas associadas à capacidade de compreender e interpretar a realidade e os fenômenos do mundo que cercam o ser social consiste no acesso, compreensão, condições de armazenamento, seleção e interpretação das informações. Essas capacidades estão diretamente associadas à dimensão política da sociedade, uma vez que acesso e capacidade de “interpretação” da informação é um passo primordial para compreensão da materialidade e consequente construção de conhecimento. Lênin (1975) define conhecimento como processo por meio do qual o próprio pensamento aproxima-se do objeto.

A informação, dessa forma, torna-se um dos instrumentos por meio dos quais se torna possível desenvolver e compreender o processo humano de produção de conhecimento, de intervenção sobre a natureza e, conseqüentemente, do trabalho. Segundo Barreto (2007, p. 23), os fluxos da informação ocorrem em dois níveis fundamentais: no primeiro nível “os fluxos

internos de informação se movimentam entre os elementos de um sistema de armazenamento e recuperação da informação e se orientam para sua organização e controle”. Já no segundo nível, a informação gerada adentra no sistema para ser consumida pelo ser social: “o lugar em que a informação se faz conhecimento é na consciência do receptor que precisa ter condições para aceitar a informação e a interiorizar” (BARRETO, 2007, p. 24). Ou seja, a transfiguração da informação em conhecimento se dá a partir de um processo que envolve os sistemas da informação e a ação antrópica (mediação informacional), tanto na manipulação e seleção das informações, quanto na interpretação e interiorização de determinado conhecimento, conforme exposto na Figura 3.

Figura 3 - Os níveis do fluxo de informação



Fonte: Barreto (2007, p. 24).

É importante assinalar que a análise da informação descrita por Barreto (2007), delinea a forma que o sujeito se apropria da informação e converte-a em conhecimento, em um fluxo em que a consciência influencia o ser social. O presente trabalho, embora considere que o movimento assinalado pelo autor se dá no nível individual, reposiciona a informação de modo a considerá-la como ente dotado de condicionamentos econômicos e políticos, sem desprezar a relação dialética presente entre o “intrínseco” e “extrínseco” ao ser social. Esse reposicionamento do objeto circunda o conjunto teórico que atribui ao ser social a determinação da consciência e para tal, a Ciência da Informação constitui o campo por meio do qual se torna possível: a) relacionar informação, serviços de informação e tecnologia; b) compor corpo teórico sobre informação, serviços de informação e proporcionar métodos e análises empíricas que permitem confirmar ou não as hipóteses; c) estabelecer a “comunicação” tanto com os

usuários da informação, quanto com os gestores informacionais que proverão o acesso informacional; d) sugerir melhorias no processo de acesso informacional e serviços de informação, criticar as políticas públicas de informação e propor novos rumos para a gestão informacional.

(4) Já no tocante ao acesso à informação, optou-se pela investigação política e estudo da *Lei de Acesso à Informação* no interior da pauta mundial da *accountability* e transparência da administração pública. Nesse contexto, Jardim (2008) pondera que o campo da informação não dispõe de quadro conceitual de alta densidade sobre políticas de informação, já que, em geral, a literatura ignora aspectos teóricos e metodológicos de políticas públicas. Frohmann (1995) fez críticas ao campo da Ciência da Informação ao assinalar a limitação da literatura de política de informação da área, uma vez que, em primeiro lugar, boa parte dos estudos da CI interpretam políticas de informação como políticas de governo e/ou políticas arquivísticas e documentais de governos; e em segundo lugar, muitos pesquisadores limitam seus estudos em políticas públicas a problemas de produção, organização e disseminação da informação técnico-científica. Além disso, Frohmann (1995) destacou que a Ciência da Informação apresenta foco epistemológico estreito ao analisar as políticas de informação, e não enfatiza as relações entre poder e informação ou como o poder se exerce nas relações sociais mediadas pela informação.

Os estudos sobre os mecanismos de acesso informacional visando à transparência, de política pública de informação (*policy*⁷) e de informação pública, e, sobretudo dos desdobramentos da LAI, uma das mais importantes legislações de informação do Brasil, caracterizam-se por sua atualidade e conseqüente tendência de ampliação do volume de pesquisas na área, já que o tema ganhou destaque na última década, sobretudo por novos acordos e protocolos firmados em nível mundial.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

A partir da fundamentação teórica e do entrecruzamento da problemática e as hipóteses, o projeto buscou, por meio das relações políticas que se estabelecem, com aporte da Ciência da

⁷ Palavra da língua inglesa que se refere ao conteúdo da ação política, em forma, por exemplo, de programas políticos, planos de governo ou políticas públicas. Constituem-se, portanto, como as resoluções adotadas pelo Estado em torno da política.

Informação, análise crítica do acesso à informação no Brasil por meio do estudo da dinâmica da informação-mercadoria, em um contexto macro, e do exame das políticas públicas de acesso à informação, em contexto micro.

1.3.2 Objetivos específicos

Dentre os objetivos específicos do presente estudo, destacam-se:

- a) compreender a informação como mercadoria, e propor análise teórica que reflète sua importância econômica e política no mundo moderno por meio de dados estatísticos coletados;
- b) estabelecer relação entre TIC, política de acesso informacional e o Estado Capitalista;
- c) investigar as relações de classe e de poder presentes no uso do acesso à informação disponibilizadas pelo Estado no contexto do *Open Government*.

1.4 Método, etapas e estrutura do trabalho

O campo da Ciência da Informação caracteriza-se pela capacidade de estabelecer múltiplos canais de análise e comunicação com seus objetos, o que leva muitos estudiosos a atribuir caráter interdisciplinar da sua gênese enquanto disciplina científica. Segundo Araújo (2003), a Ciência da Informação não nasce como ciência social, já que sua origem está ligada aos estudos da computação, como nos trabalhos de Vannevar Bush, e à recuperação automatizada da informação, que se preocupava com a eficácia, com a utilidade com o prático e à prática e muito pouco com o teórico (LE COADIC, 1996). Contudo, a partir da década de 1970, a área passa a receber contribuições das Ciências Sociais, como o desenvolvimento de pesquisas marxistas com grande aproximação com a área de Comunicação, que se tornam traços identificadores da própria área da Ciência da Informação. Segundo Le Coadic (1996, p. 21), os estudos acerca da informação que objetivam esclarecer um problema social concreto, e direcionado ao ser social ou usuário “coloca-se no campo das ciências sociais [...], que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e cultural”.

Partindo dos desdobramentos da consideração da Ciência da Informação como ciência social, o presente trabalho atribui à natureza crítica da informação a substância na qual os objetos foram imersos. Araújo (2003, p. 25) estabelece que as características da perspectiva

crítica em informação são “a historicidade como condição para explicação dos fenômenos, o conflito, a inserção de todo fato isolado no contexto global de relações de luta por poder”.

Conforme Araújo (2014), uma subárea da Ciência da Informação surge na década de 1980, denominada “informação social”, que se propôs a entender a sociedade como um produto do humano e o humano como produto social, na intenção de “captar e interpretar o fenômeno informacional em seu movimento dialético entre ambos. Assim, [...] toda informação é social” (CARDOSO, 1994, p. 111). O objeto de estudo da informação social deve ser apropriado, tendo como horizonte:

- a) a historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis [...] que os coloca em uma relação culturalmente determinada; em uma interação de produção de sentidos. [...] toda ação e relação são produtos de agentes ou atores [...], e, portanto, podem ser modificadas; não existindo leis imutáveis senão na natureza [...];
- b) totalidade dos fenômenos sociais. Como totalidade entendemos que a sociedade é uma estrutura orgânica em que o conjunto dá sentido ao fragmento, não sendo, então, possível estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência [...];
- c) tensionalidade constante que está presente na sociedade, determinando as relações, e a produção de sentido sobre elas, entre os diversos grupos, segmentos e classes sociais que fazem da cultura [...] o terreno de disputa pela hegemonia [...]. (CARDOSO, 1994, p. 111-112).

A partir desse referencial, a análise e investigação críticas do objeto, dentro das vastas possibilidades fornecidas pelo campo das Ciências Sociais dar-se-á a partir das seguintes premissas: a) historicidade da informação-mercadoria e dos sujeitos cognoscentes no uso do acesso à informação; b) totalidade dos fenômenos, incluindo aqueles que dizem respeito à informação; c) fenômeno social se insere no contexto global de disputa pelo poder, por diversos grupos e classes sociais, no interior e fora do Estado; d) abordagem materialista, a partir da qual a vida material condiciona o processo de vida social e política, incluindo os movimentos e fluxos da informação-mercadoria no mundo moderno.

Para isso, dentre os autores que influenciam o presente estudo e nos quais busca referências, destaca-se a obra de Karl Marx, autor cuja obra articula-se com a abordagem teórica da análise proposta e com a própria Ciência da Informação. Apesar da pesquisa não ter sido desenvolvida a partir da metodologia materialista histórica e dialética, os contornos do trabalho é influenciado pelo autor ao se considerar a) a leitura materialista da realidade e a totalidade dos fenômenos sociais; b) a influência dialética na análise dos fenômenos sociais e do objeto

de estudo e c) a historicidade dos objetos e do sujeito, bem como os conflitos e luta pelo poder consideradas primordiais no presente trabalho.

A sociedade, segundo Marx, se transforma a partir das evoluções dos modos de produção e, por esse motivo, os indivíduos, uma época ou um período não se podem ser explicados pela consciência que têm de si mesma. “É preciso [...] explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2008, p. 48). A informação, portanto, está inserida em um contexto de reprodução da vida material e, conseqüentemente, está imbuída do conflito pelo poder causado pela disputa da hegemonia. Nesses termos, o objeto de análise, situado no nível micro, tem suas categorias incorporadas à análise do macrossociológico, sem, contudo, deixar de possuir elementos singulares metodológicos que revelem suas contradições. No método crítico, portanto, a partir do objeto e suas relações é possível evidenciar a realidade empírica, experienciada pelos sujeitos sociais, que ainda pode ser ressignificada enquanto o *real aparente*, isto é, apenas reflete a aparência e não a essência. Após elevar o objeto ao nível da abstração, é possível desvelar a concretude do objeto e se chegar ao real concreto ou *real pensado*, a partir do qual se alcança a essência do objeto, ou a negação da negação e, com isso, a suprassunção (superação crítica do objeto).

Esclarecidos os pressupostos, esta pesquisa tem natureza descritiva, valendo-se de pesquisas bibliográfica e documental e análise qualitativa. O presente estudo, cabe ressaltar, apresentou-se como uma investigação inicial e que está distante de se encerrar, além de dar campo para trabalhos futuros, seja para crítica às considerações desenvolvidas neste texto, seja para sua continuidade. Por se tratar de um trabalho investigativo a respeito de um elemento imaterial, mas cuja essência se dá na concretude da realidade material, necessita de críticas, sugestões e considerações de outros estudiosos e carece de informações, proposições e conhecimentos de outras áreas.

Em primeiro lugar, a pesquisa dedicou-se a explicar acerca das bases do novo sistema de acumulação, a inovação (tecnologia) produtiva e o crescimento da importância da informação-mercadoria advindo desse processo (**Capítulo 2 – Tecnologização da produção: os impactos da inovação a partir dos anos 1970**), procurando situar a informação e tecnologia em um mundo de efervescentes evoluções. Em outras palavras, o capítulo em questão ilustra e contextualiza a dinâmica capitalista e a informação no seio das transformações políticas, econômicas e sociais.

Do Capítulo 2, fez-se necessário contextualizar a informação, compreendida no presente trabalho como mercadoria, neste novo mundo (**Capítulo 3 – Informação-mercadoria, informatização e capital financeiro: faces do mesmo capitalismo**). Em uma primeira análise, o trabalho se dedicou a relacionar hegemonia tecnológica e informacional a fluxos de investimentos, com aporte do conceito de Divisão Internacional do Trabalho. Para tal, dados em bases de grandes entidades econômicas (*World Bank; OECD; Trading economics*, entre outros) foram coletados a fim de levantar as estatísticas acerca dos investimentos e tecnologias da informação, mercado financeiro, entre outros, e confrontar tais dados com a dinâmica da informação-mercadoria em nível mundial. Em uma segunda análise, o trabalho foca na informação-mercadoria e sua relação com a pesquisa e a própria Ciência da Informação. Nesta etapa estabelece-se os limites e as características desta formulação sobre a “informação”

A partir disso, o estudo avançou no conceito de informação – por meio da evolução narrativa da economia política da informação – ao trabalhar com o levantamento das políticas públicas relacionadas ao acesso à informação pública. O trabalho propõe, por conseguinte, uma nova abordagem ao tratar da informação enquanto uma mercadoria moderna que é apropriada pelo capitalismo e pelo Estado capitalista. O capítulo 4 tem como horizonte realizar a análise da informação-mercadoria no contexto político brasileiro de transparência pública. Nessa fase, a Lei de Acesso à Informação (LAI) foi situada historicamente, elencando-se as principais políticas públicas do século XXI, com vistas às mudanças e contradições do percurso político e informativo do Estado. É nessa etapa que se mapeou o agendamento das políticas de disponibilização de informação pública (**Capítulo 4 – Política de acesso à informação, Estado e Mundialização da política informacional: na rota das políticas transnacionais**), uma das etapas da Análise de Políticas Públicas (APP), e se contrapôs com os dados estatísticos obtidos ao se trabalhar com a economia informacional.

Mediante o quadro apresentado no Capítulo 4, que propõe discussão política de acesso informacional, a análise aplicada se deteve a avaliar o acesso à informação por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), buscando mapear os usuários da amostra que buscaram informações em órgãos públicos no ano de 2016, quatro anos após o surgimento do e-SIC (**Capítulo 5 – Proposta de avaliação da LAI para Ciência da Informação: as desigualdades de classe refletidas no acesso à informação pelo e-SIC**). Este capítulo tem como objetivo confrontar a evolução da informação-mercadoria esclarecida nos segundo e terceiro capítulos, em nível macro, com o micro, isto é, com o acesso informacional de brasileiros, em uma amostra de pesquisa com recorte de classe.

A etapa da coleta foi concretizada mediante transferência dos dados disponibilizados pelo *site* do e-SIC⁸, em formato *Comma-Separated Values* (CSV) com base no ano de 2016. A amostra foi definida a partir dos parâmetros profissão (trabalhadores assalariados) e escolaridade (menores escolaridades). O objetivo dessa fase foi demonstrar, por meio de procedimentos empíricos, a condição de classe envolvida no acesso à informação. O detalhamento do percurso metodológico foi realizado, de maneira oportuna, no interior do Capítulo 5. Os números apresentados no Quadro 3 demonstram a quantidade de solicitações coletadas e analisadas no presente trabalho.

Quadro 3 - Coleta de dados do e-SIC em números

Categoria	Números e-SIC
Nº total de solicitações coletadas	83.590
Nº total de solicitantes	41.000
Nº solicitações da amostra	3.981

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, a pesquisa será dividida nas seguintes etapas:

1. Fase Macro:

- a) organização e levantamento bibliográfico e documental da pesquisa;
- b) análise da tecnologia e da informação-mercadoria no sistema capitalista;
- c) análise dos elementos políticos da informação-mercadoria e reflexão sobre assimetria informacional.

2. Fase Micro:

- a) organização e levantamento bibliográfico e documental da pesquisa;
- b) análise política do acesso à informação, no Brasil, por meio da LAI e APP
- c) mapeamento dos e-SIC aplicado à análise do uso do acesso ao sistema, com amostra por recorte de classe
- d) confrontamento do *corpus* da pesquisa com os resultados obtidos;
- e) redação e publicação dos resultados.

⁸ Cf. <https://esic.cgu.gov.br>.

2 A TECNOLOGIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: OS IMPACTOS DA INOVAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1970

As evoluções preconizadas, na segunda metade do século XX, a partir do advento e desenvolvimento das inovações e das Tecnologias da Informação e Comunicação diagnosticaram um processo contínuo, no nível micro, de alargamento das “bandas” cognoscível, informacional e comunicacional, além de ter cada vez mais diferenciado, no nível macro, as formas com que o processo produtivo interage, se expande e obtém mercados. Os estudos sobre os impactos e as formas de entrelaçamento econômico e social da tecnologia passaram a sensibilizar, de maneira mais profunda, os campos do conhecimento mediante à ampliação da importância tecnológica a partir da década de 1970.

Este capítulo tem como objetivo situar a tecnologia no contexto produtivo e sua relação com a nova fase do capitalismo, caracterizada, a partir da segunda metade do século XX, pela financeirização, levando-se em conta o percurso metodológico adotado. Para isso, o capítulo aborda de maneira teórica as crises, as mudanças econômicas na fase do capital financeiro e os pressupostos e consequências informacionais e tecnológicos oriundos desse processo de reorganização sistêmico. Este é um passo essencial para discorrer sobre a dinâmica da informação como mercadoria no contexto atual.

2.1 Crise do capitalismo pós-era de ouro e financeirização do capital: evolução histórica da informação como mercadoria

A crise econômica do capitalismo está ligada à natureza e ao funcionamento e desenvolvimento das próprias relações capitalistas. Em geral, as crises originaram-se como resultado da expansão do sistema, oscilando entre o desenvolvimento ampliado das forças produtivas do trabalho social – por meio, dentre outras, dos avanços científicos e tecnológicos, os quais estão imiscuídos no processo de produção, transporte e comunicação – e a ampliação da expropriação do trabalho – conceito marxiano (MARX, 2017) – e exclusão social. O capital, segundo Alves (1999, p. 83) “não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas condições de produção”. É a partir das oscilações da

crise que o sistema de mercadorias se expande e reestrutura as bases do regime de acumulação de capital⁹ (SOUZA, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, quando se esgotaram as alternativas de financiamento do Estado à própria crise do sistema, um novo padrão de acumulação erigiu-se, como forma de sustentação do capitalismo: mercado financeiro, mundialização do capital ou globalização, desenvolvimento da tecnologia e da inovação e diminutos avanços da civilização deram a tônica desse novo período.

Durante o período que compreende os anos de 1945 e 1973, a expansão do capitalismo teve como fundamento formas de controle, por meio do Estado, do trabalho, da configuração político-econômica, da tecnologia e dos hábitos de consumo (HARVEY, 2008). O modelo keynesiano-fordista, ancorado no Estado de bem-estar social constituiu-se como um conjunto estruturado de práticas governamentais com o objetivo de recobrar as taxas de crescimento, após as tensões econômicas, sociais e políticas oriundas no espaço de tempo entre a Primeira Guerra (1914-1919) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (VICENTE, 2009). O crescimento com estabilidade na história do capitalismo foi acompanhada da regulamentação e intervenção do Estado, o qual incorreu na tentativa de a) neutralizar as falhas do mercado; b) combater monopólios e a concentração de poder ou abusos, em áreas sensíveis como transporte e comunicação; c) oferecer bens e serviços que não podem ser vendidos como defesa, segurança, educação, entre outros; e d) evitar descontroles ou surtos especulativos (HARVEY, 2008).

O fundo público, arrematado pelo Estado, constituiu-se, durante todo período fordista-keynesiano, como um dos articuladores de financiamento da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho por meio de investimentos em providência de serviço (OLIVEIRA, 1988). Os países capitalistas centrais que adotaram o modelo de bem-estar alcançaram, concomitantemente, a recuperação econômica pautada no desenvolvimento de políticas sociais e na ampliação produtiva alinhada ao Fordismo, simbolizado pelas linhas de produção da indústria automobilística. O modelo de Ford para a produção, à época, fundiu as regulações de trabalho do Taylorismo com o consumo e a produção em massa, legando ao capitalismo, a possibilidade de regulação do valor para além da espontaneidade do mercado.

No modelo Keynes-Ford-Taylor, “o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras noções

⁹ “Um regime de acumulação *descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência com a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados*”. (HARVEY, 2008, p. 117, grifos do autor).

descolonizadas” (HARVEY, 2008, p. 125). Isso só foi possível a partir de um reposicionamento global, no qual o Estado passou a desempenhar novos papéis, o capital corporativo ajustou-se para garantir taxas de lucro seguras e o trabalho organizado responsabilizou-se por novas funções dentro da dinâmica produtiva (HARVEY, 2008). O sistema de acumulação fordista preconizou, do início do século XX até a primeira crise global do pós- II Guerra (anos 1970), o desenvolvimento da produção em massa e do processo de organização pelas linhas de montagem; a diminuição dos preços dos bens de consumo duráveis; e “uma grande coalizão política incluindo o capitalismo vitorioso, a classe profissional emergente, e os trabalhadores cujos salários aumentavam com a produtividade” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 181).

A partir dos anos 1960, os limites do Estado keynesiano ficaram expostos mediante a “saturação dos mercados internos de bens e consumo duráveis, concorrência intercapitalista e crise fiscal e inflacionária que provocaram a retração dos investimentos. Junto com o Estado de Bem-Estar Social entram em crise os regimes sociais-democratas” (SOUZA, 2009, p. 8). Já nas periferias, sobretudo na América Latina, os anos 1960 marcam a consolidação de políticas de substituição de importações e o início de um destacado processo de industrialização em países cuja situação trabalhista era vantajosa aos capitalistas.

Diante da incapacidade de atender às necessidades criadas pela própria crise econômica e política, na década de 1970 o capitalismo passou para uma nova fase de desenvolvimento, a partir do qual precisou dar novas respostas para ampliação e expansão de seus próprios domínios. O aumento da matéria-prima, os altos índices inflacionários, a queda da taxa de lucro (TEIXEIRA, 2014), a diminuição do ritmo da produção total, a partir da recuperação econômica de europeus e asiáticos, a substituição da importação na periferia do capital, o estado de seguridade social e a consolidação de um campo do trabalho organizado e valorizado em relação a outros períodos, chocam-se com a recessão causada pelo choque do petróleo, a partir de 1973. Esse fato, segundo Harvey (2008), levou as corporações a iniciar processo de reestruturação produtiva, apoiando-se no controle, cada vez maior do trabalho. A “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, e fusões e medidas para acelerar o giro do capital [...]” compuseram a linha de frente para enfrentamento da crise (HARVEY, 2008, p. 137).

Este grande colapso econômico pós-Guerra Mundial foram fulcrais para o rompimento do *Acordo de Bretton Woods*¹⁰, a partir de 1971, para a renovação conservadora em torno do

¹⁰ O Acordo de Bretton Woods foi firmado em julho de 1944, mediante assinatura de 45 países, com objetivo, dentre outros, de estabelecer um novo padrão monetário mundial e estipular regras de regulação da política

programa neoliberal e para a reorganização econômica na transição para um sistema financeiro global, a partir de 1973 (BRESSER-PEREIRA, 2010). Estes fatos acompanhariam o fim do que Hobsbawm (1995) denomina Era de Ouro – entre o fim da II Guerra Mundial e o início da crise dos anos 1970.

A transição capitalista concedeu ao setor financeiro o controle da dinâmica econômica, o que fomentou a origem, ao que Bresser-Pereira (2010, p. 54) denominou de um “capitalismo intrinsecamente instável”. De maneira sintética, essas mudanças objetivaram recuperar o padrão de acumulação e retomar a hegemonia do capital, a qual havia sofrido reveses, sobretudo em virtude dos ciclos de crises na década de 1960 (ANTUNES, 2009). O sistema de acumulação flexível demarca a cisão com o modelo de bem-estar ao ancorar sua proposta na

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008, p. 140).

Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 55), pode-se apontar três características fulcrais para esse novo sistema de acumulação:

(1) um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; (2) a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e (3) um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas.

Esse processo culminou na quebra das barreiras nacionais e internacionais, liberalização radical, e livre circulação dos capitais, gerando o que Chesnais (1996) denominou de mundialização do capital. Esse tipo de acumulação promoveu “mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual”, segundo Harvey (2008, p. 140), mediante fomento e alocação do

econômica internacional. Conforme Bretton Woods, todas as moedas dos países signatários estariam condicionadas ao dólar, com margem de manobra de 1% em relação à taxa de câmbio da moeda estadunidense – que estaria condicionada à conversibilidade em ouro (dólar-ouro). Além disso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram criados. “A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar”. (HARVEY, 2008, p. 132).

trabalho no setor de serviços e “Terceiro Setor”, e desenvolvimento industrial de regiões antes pouco exploradas (ANTUNES; ALVES, 2004; HARVEY, 2008).

Em decorrência das alterações do sistema de acumulação, o neoliberalismo constituiu-se como o arcabouço das necessidades ideais para um redirecionamento do Estado em benefício do capitalismo, sobretudo no final da década de 1970 e durante toda década de 1980. A defesa do Estado mínimo, bem como a desregulamentação, privatização, capitalização de esferas desmercadorizadas (ANDERSON, 1998), o anticomunismo, dentre outros, constituíram a pauta neoliberal. Segundo Pereira (2007), outro fator importante da política neoliberal é a reorganização do fundo público, o qual foi redirecionado para atender as necessidades do capital: operacionaliza-se a mercantilização dos direitos e serviços sociais, focalizando o conjunto de políticas a classe dominante, o que refletiu na retomada do crescimento da desigualdade de renda¹¹ nos países capitalistas centrais

Para ilustrar o aprofundamento da desigualdade nos períodos pré-guerra e pós-guerra (neoliberalismo), Piketty (2014) demonstra o aumento da participação na renda nacional dos Estados Unidos do conjunto da população que representa o décimo mais rico, sobretudo a partir dos anos 1980. Entre as décadas de 2000 e 2010, a participação dos mais ricos equivalia a 50% de toda renda nacional, superando momentos de expansão capitalista pré-II Guerra Mundial.

No interior do sistema produtivo flexível, o padrão toyotista de produção ascendeu como nova racionalização do trabalho, a partir do qual se verificou a inserção engajada do trabalhador (ANTUNES; ALVES, 2004). A informatização da produção, elemento endógeno – característica essa que será tratada na próxima subseção – aos meios de produção capitalista, promoveu, conforme Antunes e Alves (2004, p. 346), para além da sofisticação da própria produção, a “captura da subjetividade operária”, em outras palavras, um novo tipo de envolvimento do trabalho humano capturado pelas empresas. Apesar de se diferenciar do sistema fordista-taylorista, o toyotismo mantém contornos de alienação¹², somado, contudo, a

¹¹ Para o referencial marxista, compartilhado pelo presente estudo, a desigualdade é atribuída à existência das classes sociais. “A classe social a que o indivíduo pertence é a que determina, em última análise, o montante de renda que ele pode ganhar. Portanto, para se entender como se constitui a repartição da renda é preciso analisar a estrutura de classes do país e as transformações pelas quais ela passa no processo de industrialização”. (SINGER, 1990, p. 94).

¹² No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica (BOTTOMORE, 2001, p. 4).

uma diminuição oportuna do *gap* entre a elaboração e a execução do trabalho e certa fluidez na hierarquização produtiva. Esse fato permitiu ao operário possuir formas para maior “participação” no processo da produção.

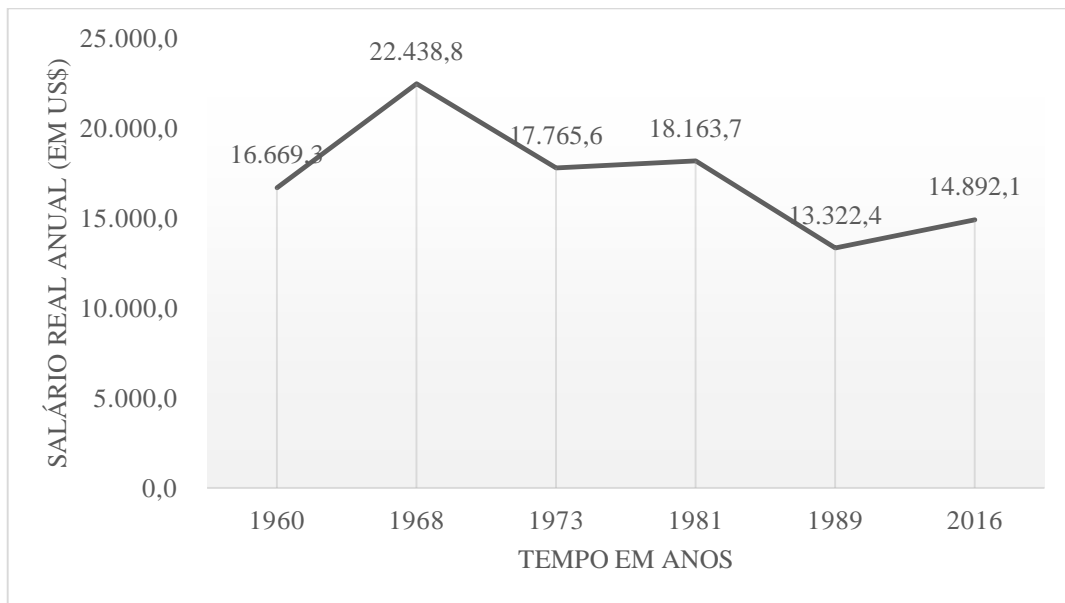
Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do *chão* da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347, grifos dos autores).

De certa forma, o toyotismo é a fase de ampliação do fordismo-taylorismo pela necessidade do capital, uma vez que a nova estrutura de concorrência do capitalismo estava ligada ao cenário de crise de superprodução e mercados restritos (ALVES, 1999).

Em uma análise comparativa, é possível diagnosticar que o salário anual, nos Estados Unidos, em 1989 equivalia a aproximadamente 90% do salário de 2016. Além disso, os valores de 2016 representam 84% do salário anual de 1973, ano da crise mundial do petróleo – o Gráfico 2 auxilia na visualização dos anos-chave¹³ para a análise – e representa o mesmo salário de um trabalhador em 1986.

¹³ (a) 1960, ano de início da série histórica; (b) 1968, ano em que se registra maior salário real anual na história recente do século XX; (c) 1973, ano em que eclode a crise econômica mundial; (d) 1981, ano da ascensão de um governo neoliberal ao controle do Estado; (e) 1989, ano do término do mandato de Ronald Reagan; (f) 2016, ano do último dado da série histórica.

Gráfico 2 - Evolução do salário real anual dos trabalhadores dos EUA, em anos-chave



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da OECD (2019).

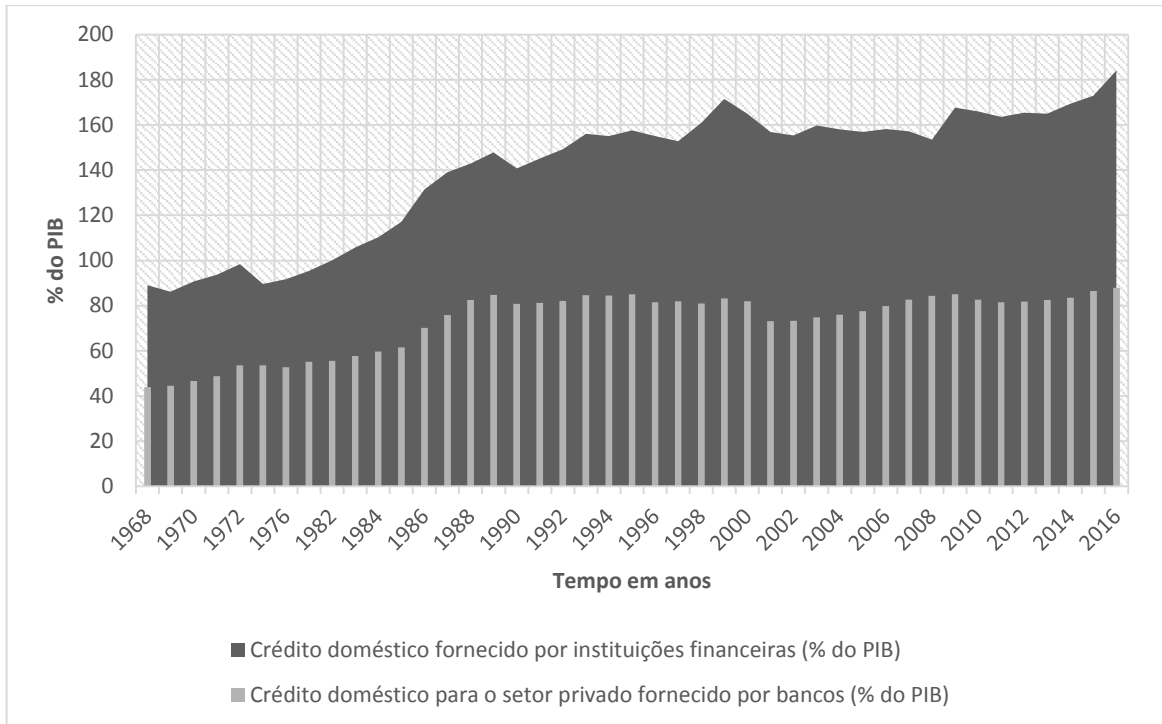
É possível ademais, verificar, em especial após a expansão das políticas neoconservadoras, o avanço das instituições financeiras na providência de créditos em caráter mundial. O Gráfico 3 demonstra que a evolução do crédito doméstico fornecido pelas instituições financeiras¹⁴ aos países do mundo, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, expandiu-se a partir da década de 1970, e embora tenha oscilado até chegar ao último ano (2016), elevou-se consideravelmente entre 1968 – quando representava 89% do PIB mundial – e 2016 – 184% do PIB mundial.

Além disso, a partir dos dados, pode-se constatar que o crédito fornecido pelos bancos ao setor privado¹⁵, como fator para elevação produtiva, duplicou no período, o que demonstrou aumento da capacidade dos bancos em conceder crédito, por meio de empréstimos, vendas e compras de títulos, entre outros, para o empresariado. É importante esclarecer que, segundo Bresser-Pereira (2010), o crédito nessa nova fase do capitalismo se traduz, em sua maioria, na negociação de títulos por investidores financeiros, como mostra o Gráfico 3.

¹⁴ O crédito interno, segundo Banco Mundial, fornecido pelo setor financeiro pressupõe o crédito a diversos setores da economia em termos brutos, com exceção dos créditos fornecidos aos governos centrais. “O setor financeiro inclui autoridades monetárias e bancos depositários, bem como outras corporações financeiras onde os dados estão disponíveis” (THE WORLD BANK, 2018).

¹⁵ O crédito doméstico concedido ao setor privado pelos faz referências a recursos financeiros, como por meio de empréstimos, compras de títulos não cotados e créditos comerciais, entre outros, concedidos “ao setor privado por outras corporações depositárias (empresas de depósito, exceto bancos centrais)”. (THE WORLD BANK, 2018).

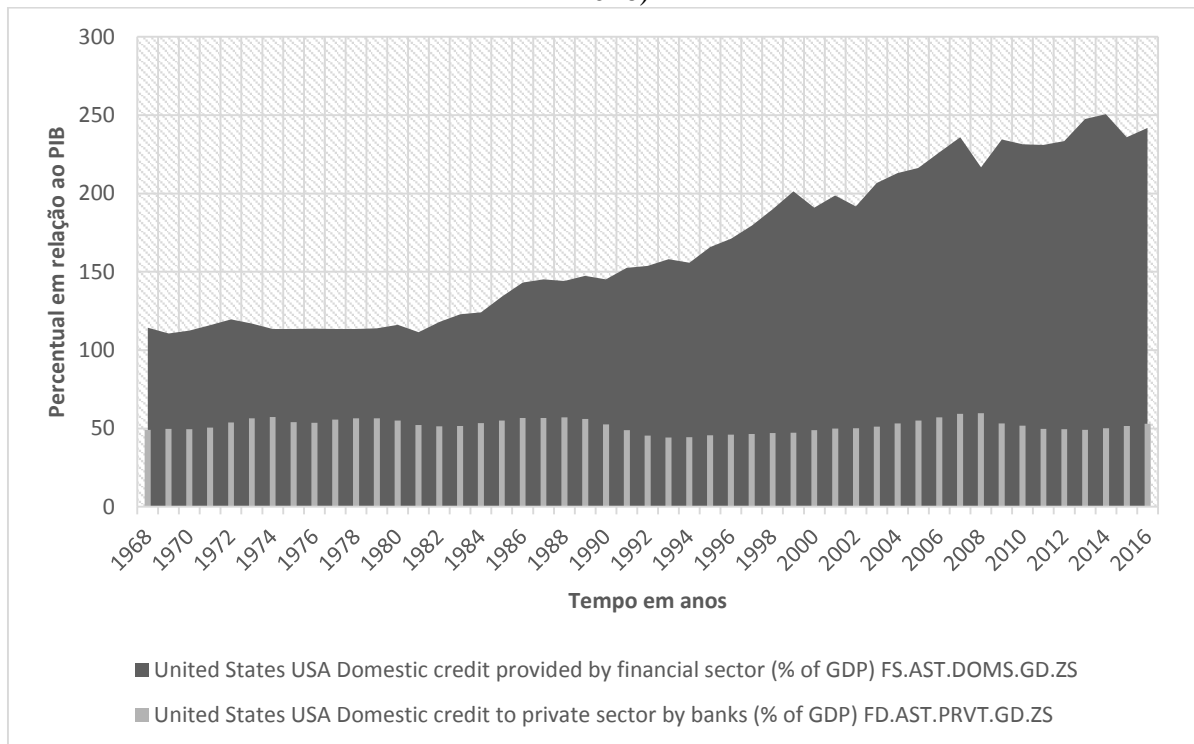
Gráfico 3 - Crédito doméstico fornecido por instituições financeiras e bancos no Mundo (1968-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do The World Bank (2018).

O Gráfico 4 apresenta as relações do crédito doméstico ou interno fornecido por instituições financeiras nos Estados Unidos da América. É possível notar, neste país, que o crédito a diversos setores da economia em termos brutos, em relação ao PIB, ultrapassa a casa dos 200%, e o *gap* entre a concessão de crédito pelas instituições financeiras e ao setor privado é maior do que o observado no mundo.

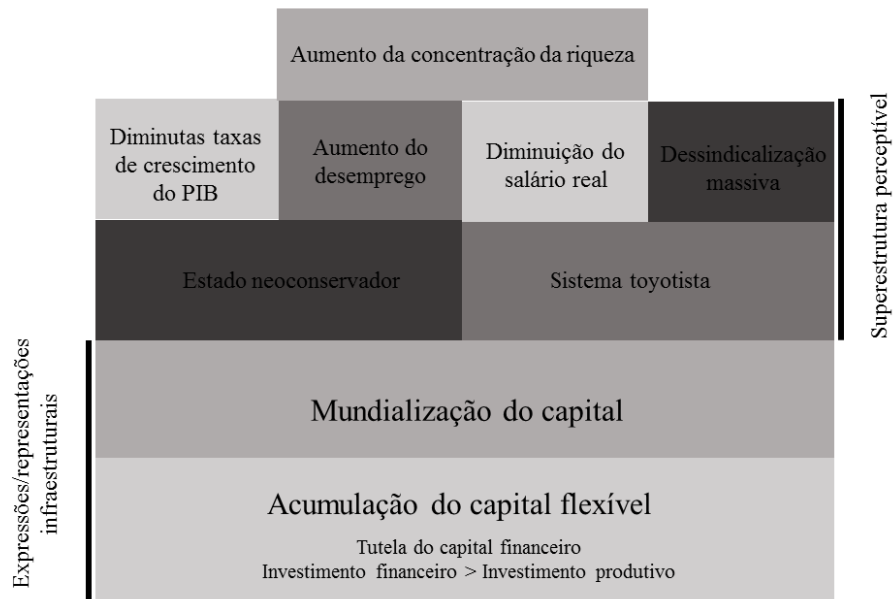
Gráfico 4 - Crédito interno fornecido por instituições financeiras e bancos nos EUA (1968-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do The World Bank (2018).

A partir do Gráfico 3 e do Gráfico 4, é possível destacar o papel que as instituições financeiras e os bancos possuem no sistema de acumulação flexível, tal como afirma Antunes e Alves (2004). A Figura 4 esquematiza algumas características tratadas no presente capítulo da nova fase do capitalismo.

Figura 4 - Características do capitalismo financeiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

O capital, dessa forma, especulativo (capital financeiro), segundo Souza (2009), demoveu o capital produtivo e possibilitou, a quem possui meios para uso e aproveitamento econômico da informação e da tecnologia, auferir grandes quantias. No tocante à inovação produtiva, a tecnologia, sobre a qual se detém a subseção que sucede, estrutura-se como um novo meio para exploração do capital fictício, que pode ser entendido como resultado de uma fração do capital que promoveu a criação de títulos do direito de propriedade sobre um fluxo vindouro de rendimentos, tendo ou não base no capital real. Segundo Andaku e Bueno (2009) o capital fictício tem duas características importantes: a) diferentemente do capital-dinheiro que possui função na reprodução do capital industrial, o capital fictício não cumpre função nenhuma e b) o valor do capital fictício é relativamente autônomo à dinâmica da economia e não necessariamente apresenta correspondência com o trabalho e extração do mais-valor. Esta forma de valorização do capital passou a ser primordial para a acumulação a partir dos anos 1970, com a expansão dos serviços financeiros.

A descentralização e a possibilidade de elevar taxa de lucratividade sob a tutela de um capital financeiro tornou a atividade econômica cada vez menos dependente de espaços consolidados ou fronteiras, o que se convencionou chamar de mundo globalizado. O termo globalização nasce, segundo Oliveira (2015), no bojo da reprodução ideológica midiática, ou seja, sem reflexão científica ou constructo teórico que o sustentasse, embora, durante a década de 1990 teóricos importantes como Milton Santos, Paulo Freire, Octávio Ianni e Paul Singer,

para citar os brasileiros, objetivaram dar justificativas arrazoadas à expressão. Chesnais (1996), contudo, chama atenção para o fato de que no período pós-1970 não há somente a mundialização das mercadorias e das trocas, mas a mundialização das operações do capital no que concernem suas manifestações no campo produtivo industrial e/ou no campo financeiro.

Durante esse processo “revolucionário” e silencioso, segundo Alves (1999), os investimentos externos diretos tornam-se preponderantes a partir da década de 1990, assim como a mundialização de instituições financeiras e bancárias, por meio de fusões e aquisições transnacionais. Além disso, a interdependência econômica se consolida a partir do fluxo crescente de trocas intrafirmas, da criação de novas modalidades para acordos e contratos entre empresas e transferência de tecnologia, nascimento de novos tipos de empresas organizando-se como redes (ALVES, 1999).

A mundialização, em outras palavras, não está relacionada apenas à globalização, como conceito geopolítico e cultural, mas à *globalização do dinheiro*, enquanto capital¹⁶, seja nas suas expressões Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro’ (D-M-D’), seja na expressão recente Dinheiro – Dinheiro’ (D-D’), popularizada pelo mercado financeiro. Marx (2017) antecipou que durante os ciclos de acumulação, o capital “materializa” expansão do volume de mercadoria e que, no entanto, este mesmo capital procura libertar-se da forma mercadoria por meio do predomínio de mecanismos financeiros. O capitalismo da mundialização do capital, por conseguinte, é o sistema da nova divisão internacional do trabalho e do poder das corporações transnacionais, em um processo contínuo de reestruturação produtiva para sua própria reprodução (ALVES, 2011). Wolff (2009, p. 99) afirma que a automação de base microeletrônica, flexível, “diferencia-se da rígida por admitir as informações sobre o processo produtiva sejam modificadas sem que se altere sua base material. Daí ser o tipo de automação mais apropriado para o contexto de mercado mundializado e diversificado que marca o capitalismo [...]”

Nesse complexo cenário, o Estado, segundo Harvey (2008), assume uma posição problemática, já que é conclamado a regular as atividades do capital tendo em vista os interesses nacionais e, concomitantemente, é empurrado a criar um clima favorável para atrair o capital financeiro global, sem o qual se torna cada vez mais difícil desempenhar o seu papel, e torna-se obrigado a reter a fuga de capitais

¹⁶ Quando a soma de dinheiro passa a funcionar como capital, o dinheiro está posto como instrumento de produção. Deixa de ser simplesmente um elemento para realizar os preços, para impor os valores de troca em uma ‘unidade coletiva’, criando o caráter determinado dos preços (BELLUZZO, 2013, p. 63, grifo nosso ou grifo do autor???)

A partir deste breve histórico recente do capitalismo e do capital, o presente estudo se dedica a situar a tecnologia nesse processo de mudanças econômicas, ético-políticas e teóricas. A retomada de pressupostos e da própria história do sistema capitalista faz-se necessário em virtude do percurso teórico metodológico deste trabalho.

2.2 A tecnologia em tempos de acumulação flexível

O desenvolvimento da tecnologia, a partir da década de 1970, caracterizada pela evolução e criação da robótica, da microeletrônica e sofisticação dos computadores, promoveram transformações produtivas, além de possibilitar criação de alternativas e vias para o capital imaterial/intangível. Para analisar o papel da tecnologia na atualidade, convém explorar aspectos que interligam o desenvolvimento científico, econômico e tecnológico, tomando como base pensamento de autores críticos.

Rosenberg (1976, p. 127, tradução nossa) assinala que Marx e Engels insistem que a essência da classe dominante é o dinamismo tecnológico e a inovação: “o capitalismo gera incentivos únicos para introdução de novas tecnologias de redução de custos”¹⁷. A busca por maiores taxas de lucro e por menor tempo de trabalho, a pressão da concorrência e as mudanças que ocorreriam no foro do conhecimento tecnológico, induziriam os meios de produção a investirem o excedente produtivo na diversificação e intensificação da sofisticação de máquinas.

A transição capitalista para o sistema de acumulação toyotista desencadeou a necessidade da expansão do capital a partir de sua mundialização, rearranjo da atuação estatal, impulsionado, dentre outros, pelo desenvolvimento endógeno das TIC. Rocha, Andres e Rosa (2010) relembram que um dos marcos da nova fase deveu-se, entre muitos, pela implantação do Sistema Swift¹⁸ de compensação interbancária transnacional, além da ascensão do neoliberalismo – no Chile, em 1973, com derrubada de Salvador Allende e tomada do poder pelo general Augusto Pinochet; e na Inglaterra, com Margaret Thatcher, em 1974 –, o

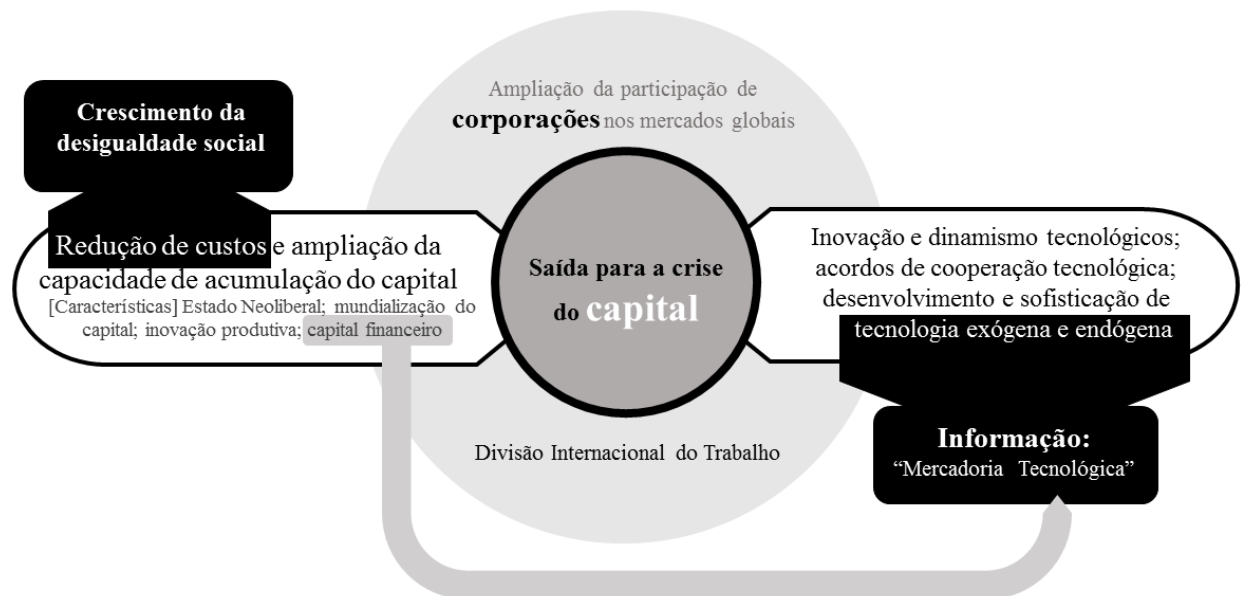
¹⁷ “Capitalism generates unique incentives for the introduction of new, cost-reducing technologies” (ROSENBERG, 1976, p. 127)

¹⁸ Swift é a sigla em inglês para Sociedade para Telecomunicações Globais Interbancárias, responsável pela transmissão de mensagens autenticadas entre bancos. Segundo site oficial da Swift, o serviço cooperativo está presente em mais de 200 países e conecta 11 mil instituições bancárias e do mercado de capital, infraestrutura de mercado e clientes corporativos. Cf. <https://www.swift.com/>.

rompimento com Bretton Woods e a consequente dissociação do padrão ouro/dólar de forma unilateral por parte dos Estados Unidos.

Chesnais (1996) avalia que a passagem para o processo de acumulação do capital pós-fordista ocorreu mediante a necessidade de centralização internacional e concentração do capital. Esse fato, segundo Tavares (2017), pressionou, a partir de uma lógica interna, o capital para o desenvolvimento de Tecnologias da Informação (TI), TIC e tecnologias de transporte, além da concentração do capital possibilitado por alianças e acordos de cooperação tecnológica. Segundo Dupas (2005, p. 35), a tecnologia transformou-se em expressão de relações de poder, uma vez que a “necessidade de inovação – que realimenta o ciclo da acumulação – exige a contínua ampliação da participação das grandes corporações nos mercados globais. É por ela que se obtém o controle dos processos e dos fatores de produção e que se apropria e se concentra a riqueza [...]”. Nesse “novo movimento” do capital, a informação, graças ao desenvolvimento das TIC, tornou-se matéria-prima de acumulação. Segundo Wolff (2009, p. 90), a informatização “trouxe no seu bojo a exigência de que todos os níveis passem a funcionar de forma integrada e tendo as TICs como ferramenta, o que impôs uma reconfiguração da divisão técnica do trabalho no interior da produção”.

Figura 5 - Síntese de relações entre Tecnologia, Informação e crise do capital



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra característica diagnosticada diz respeito à expansão dos investimentos em pesquisa tecnológica. Tavares (2017, p. 228) explica que, na visão de Chesnais, as “novas condições tecnológicas fazem dos acordos de cooperação e aliança tecnológica meio central de compartilhamento de custos, riscos e de acesso aos recursos complementares e insumos tecnológicos variados à estratégia produtivo-tecnológica empresarial”. O adensamento estratégico dos investimentos em “ativos intangíveis necessários à agenda produtivo-tecnológica” (TAVARES, 2017, p. 228), gerou entrelaçamento entre ciência e tecnologia, já que empresas passaram a financiar e a influenciar a agenda de pesquisa nos Estados Unidos da América (EUA). Para Chesnais, as principais contrapartidas dos Investimentos Externos Diretos (IED)¹⁹ se constituíam por “i) unidades de [Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)] nas filiais; laboratórios filiados, criados ou integrados pelas aquisições/fusões (produção privada da tecnologia, em base multinacional); e ii) acordos tecnológicos com universidades ou com pequenas e médias empresas estrangeiras [...]” (TAVARES, 2017, p. 230).

A nova era digital abre espaço para se instaurar contatos e influências cujo sucesso não depende de distâncias e localizações. Isso é particularmente importante nas relações de poder entre Estados nacionais e economia mundial. A entrada e a saída livre dos investimentos privados passam a poder gerar ou suprimir diretamente empregos e impostos, atributo até então exclusivo dos Estados no uso do seu território. O novo poder econômico é, portanto, desterritorializado. (DUPAS, 2005, p. 83).

Rosenberg (1976), em consonância com o que afirma Chesnais (1996), assinala que o crescimento e sofisticação da produtividade não pode ser encarada apenas em função do desenvolvimento tecnológicos dos meios de produção do capitalismo, uma vez que a vitalidade tecnológica está associada ao estado do conhecimento científico e à capacidade que a propriedade privada da produção possui para explorar tal conhecimento. Marx e Engels, a respeito disso, afirmam que a ciência é fundamental para crescimento da produtividade e para ampliação da capacidade do humano de transformar a natureza com vistas aos propósitos humanos (ROSENBERG, 1976).

¹⁹ A partir dos anos 1980, Chesnais (1996) salienta o crescimento dos Investimentos Externos Diretos (IED) que se traduzem em diversas modalidades, tais como “fusões e aquisições de firmas, passando por parcerias tecnológicas diversas e investimentos *greenfield*, até a aplicações financeiras de curto prazo mascaradas como investimento de longo prazo” (TAVARES, 2017, p. 226, grifo do autor). Esse processo desvelou os ditames da economia mundializada: enquanto América Latina atraía um fluxo diminuto em relação aos países de “primeiro mundo” e a África continuava marginalizada em relação aos destinos dos IED, China e alguns países asiáticos começavam a receber os primeiros lotes consideráveis de investimentos externos (TAVARES, 2017).

Apesar de diferenciar desenvolvimento tecnológico da ampliação técnico-produtiva capitalista, Dupas (2005) estabelece que a hegemonia está relacionada à liderança tecnológica, e se estiver associada à oferta de força de trabalho e de matéria prima estratégica, o pressuposto para o exercício da hegemonia está completo. Chesnais, aponta, segundo Tavares (2017) que a internacionalização da tecnologia e da P&D tem se constituído como uma das soluções possíveis à crise da taxa de lucro dos anos 1970, sobretudo na tríade que detém hegemonia no tocante à pesquisa (EUA, Japão e Europa), para além da China, um novo polo de poder econômico e de inovação.

Na Tabela 1 é possível observar a evolução das despesas internas brutas em P&D dos países que possuem taxas relevantes, tanto no que diz respeito ao PIB, quanto aos investimentos em Ciência e Tecnologia.

Tabela 1 - Despesa interna bruta em Pesquisa e Desenvolvimento (em milhões de dólares)

	República Popular da China	União Europeia (28 países)	Japão	EUA
1981	-	-	50 648	151 767
1985	-	-	72 167	170 834
1990	-	-	100 115	219 164
1995	17 206	195 921	103 869	247 364
2000	40 891	239 004	122 223	333 142
2005	95 556	263 761	141 893	361 066
2010	213 486	308 002	140 619	410 093
2011	242 801	320 166	145 278	421 098
2012	281 116	325 425	145 829	417 864
2013	316 340	327 440	153 654	430 606
2014	344 692	337 210	158 196	443 140
2015	374 910	346 960	154 553	456 903
2016	410 188	349 988	149 495	464 324

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2019).

A República Popular da China, que a partir dos anos 2010 manteve sua taxa de crescimento maior do que demais países capitalistas centrais²⁰, elevou em mais de 30 vezes os gastos internos em Pesquisa e Desenvolvimento em apenas 25 anos. Atualmente, apenas os Estados Unidos fazem frente à China, ao destinar mais de 460 bilhões de dólares para P&D. Ao se considerar a proporcionalidade do investimento em P&D em relação ao PIB nacional, a

²⁰ Em 2010, o crescimento anual do PIB chinês alcançou a marca de 10,6%. Em 2017, a taxa de crescimento do PIB da China chegou a 6,9%, resultado maior que o alcançado, no mesmo ano, pela União Europeia (2,4%), Japão (1,7%), EUA (2,3%) e Reino Unido (1,8%).

Coreia do Sul é o Estado que apresenta maior fluxo de recursos ao setor científico e tecnológico (4,3% do PIB coreano é designado ao setor), seguido por Israel (4,2% do PIB) e Japão (3,4% do PIB). Mais de dois terços de todos os investimentos em P&D nos países em questão advêm da iniciativa privada, que globalmente sustentam os recursos à ciência.

Segundo Lima (2008), o regime de acumulação flexível caracteriza-se, dentre outros, pela instrumentalização da ciência e conhecimento no interior da produção. Os investimentos crescentes em pesquisa fomentaram o desenvolvimento científico de instituições como universidades, centros de pesquisas e laboratórios, além da criação de agências de fomento. Entretanto, o resultado das pesquisas em instituições públicas passou a ser apropriado por firmas industriais privadas, o que fez com que o mundo científico enfrentasse cinco problemas:

1. A apropriação do conhecimento, através dos direitos de propriedade intelectual que, por um lado, restringem o acesso de países e classes sociais à inovação, e, por outro, internacionalizam a P&D, mas circunscrevendo-a aos oligopólios internacionais [...]
2. Modificação do papel do Estado na produção do conhecimento e sua posterior transferência para iniciativa privada. A pesquisa pública, sob a “consigna” de sua valorização [...], passa então a ser submetida às regras de rentabilidade [...]
3. O “dirigismo” da pesquisa científica para áreas que não necessariamente respondem a prioridades civilizatórias, como o são a medicina para os pobres ou as tecnologias ambientalmente sustentáveis;
4. A mercantilização da ciência, buscando áreas e pesquisas de retorno financeiro breve e altamente lucrativas que, entre outros aspectos, significa reduzir o papel da educação superior, da pesquisa e do conhecimento técnico, direcionando-as mais para negócio e menos para a formação;
5. A dinâmica da programação da obsolescência dos produtos, ou encurtamento do ciclo do produto[...]. (LIMA, 2008, p. 170-171, grifos do autor).

Os dados da *Unesco Institute for Statistics* (UIS) demonstram a ampliação do percentual de participação das empresas privadas nas despesas relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento. Como mostra a Tabela 2, apenas a Índia apresenta participação da iniciativa privada em P&D menor em relação ao Estado.

Tabela 2 - Investimentos em P&D, por setor

País	Investimento aproximado (em milhões de dólares)	Participação privada nos investimentos em P&D (em %)	Participação do governo nos investimentos em P&D (em %)	Número de Pesquisadores (a cada mil habitantes)
EUA	US\$ 476 000	71,5%	11,35%	4,25
China	US\$ 370 000	77,3%	15,8%	1,09
Japão	US\$ 171 000	77,8%	8,3%	5,33
Alemanha	US\$ 110 00	67,7%	14,6%	4,32
Coreia do Sul	US\$ 73 000	78,2%	11,2%	6,85

França	US\$ 61 000	63,6%	12,7%	4,23
Índia	US\$ 48 000	35,5%	60,5%	0,15
Reino Unido	US\$ 44 000	65,1%	7,3%	4,25
Rússia	US\$ 40 000	59,6%	30,4%	3,10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de UIS (2018).

Para ilustrar o quadro competitivo tecnológico atual, o número de patentes em todo mundo cresceu nos últimos anos. Segundo relatório da *World Intellectual Property Organization* (WIPO, 2017), 1,35 milhões de patentes foram concedidas em 2016. Na distribuição mundial, a China manteve liderança global, já que houve aumento de 21,5% nos pedidos. Os EUA, no mesmo período, apresentaram crescimento de apenas 2,7%. A Ásia foi o único continente, entre 2006 e 2016, a ter crescimento percentual de solicitações de patentes: em 2006, a região era responsável por 49,7% de toda requisição realizada no mundo e 10 anos depois, o continente asiático responde por 64,6% das solicitações (WIPO, 2017).

A concentração tecnológica e científica, dessa forma, segue os padrões de acumulação do capital, o que corrobora com as análises de Rosenberg (1976), Chesnais (1996) e Marx (2017). Desse modo, pode-se chegar às seguintes constatações: Ciência e Tecnologia (C&T) não devem ser analisadas isoladas nem como precursora uma da outra; C&T não são neutras; a tecnologia não deve ser encarada como ciência aplicada; faz-se necessário analisar o papel de ambas em um contexto maior, permeado pelas relações capitalistas e regimes desiguais. Neste contexto, Auler e Delizoicov (2001) criticam as análises sobre C&T ao considerarem que professores apegam-se aos mitos, dentre os quais destacam-se: a) a crença da Ciência e Tecnologia como panaceia; b) a perspectiva do determinismo tecnológico, que sugere que as tecnologias possuem lógica autônoma de desenvolvimento; c) a abordagem de que as tomadas de decisões devem ser tecnocráticas, isto é, tomada por especialistas, tidos como neutros, imparciais e isentos.

2.3 Considerações sobre o regime de acumulação e a informação, em uma abordagem macro

Em caráter descritivo, o presente capítulo pretendeu apresentar as principais alterações no sistema econômico e político no pós-1970 e elucidar as razões pelas quais as TIC, a informação/dados e o conhecimento tornaram-se elementos estratégicos para o processo de acumulação do capital. O capítulo inicia-se descrevendo as evoluções capitalistas que imputaram políticas neoliberais aos Estados Centrais visando à ampliação do processo de

acumulação do capitalismo. A partir destas políticas é possível verificar queda do salário real, queda das taxas de crescimento do PIB, que tendem a zero, desemprego estrutural, entre outros, fomentado pelo reconhecimento do aumento do mais valor e a tecnologia está ligado a este processo, no capitalismo.

Na seção subsequente, o trabalho se dedica a associar o capitalismo financeiro à *tecnologização* produtiva e não produtiva, na tentativa de explicar o crescimento da importância em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia, da tentativa do capitalismo em sair da crise, apelando para a acumulação por capital fictício, além de ressaltar o aumento do mais-valor e a substituição de alguns postos de trabalho pelas tecnologias. Tudo isto só foi permitido pela apropriação capitalista das TIC, da inovação, do conhecimento e conseqüentemente da informação. Estas seções são essenciais no desenvolvimento do trabalho uma vez que todos os demais capítulos partem das premissas estabelecidas a partir da descrição analítica produzida até aqui.

Além disso, é importante manifestar que, embora tenha o aporte de outras áreas do conhecimento, o capítulo 2 é um alerta para a Ciência da Informação no sentido de demonstrar a necessidade de leitura do mundo para a leitura dos objetos de pesquisa. Do contrário, torna-se possível a produção e reprodução ideal de conceitos, teorias, abstrações já descritas e interpretadas, e trabalhos de pesquisas técnicas. Portanto, o presente capítulo, além de se apresentar como substrato dos demais, alerta o cientista da informação e a Ciência da Informação a levar em conta pressupostos que compreendam a informação não mais nem menos do que realmente ela é: um instrumento essencial na vida humana atualmente, mas que tem sido apropriada pelas relações sociais capitalistas e por isso reproduz materialmente as contradições do próprio capitalismo, ao desvelar o regime desigual e a luta por poder.

3 INFORMAÇÃO-MERCADORIA, INFORMATIZAÇÃO E CAPITAL FINANCEIRO: FACES DO MESMO CAPITALISMO

Com os desdobramentos do capitalismo, a informatização e a própria informação, exógenas e endógenas à produção, passaram a ter papel de destaque na dinâmica econômica e política. O interesse pela informação, nas relações sociais capitalistas, só pode surgir a partir do momento em que ela se torna mercadoria e, conseqüentemente, possibilita aumentar os ganhos do capital. Deste modo, embora o presente trabalho não advogue pela centralidade da

informação no capitalismo, a reificação informacional permitiu a estruturação de uma economia cada vez mais mundializada e fluida. Para tal, algumas observações acerca da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) são suscitadas a fim de estabelecer as relações entre C&T e o contexto produtivo capitalista. Desta relação é possível delinear o regime desigual de riqueza no mundo e atrelá-la ao capítulo 2, ao demonstrar que maior parte das nações informatizadas são aquelas que detém um lugar estratégico na dinâmica mundial. Além disso, cada vez mais, o investimento em C&T está associado ao desenvolvimento da capacidade de acumulação do capital

Após as explicações sobre DIT e C&T, o trabalho dedica-se a desdobrar o conceito de *informação-mercadoria* e associá-lo ao regime hegemônico informacional. É possível verificar, mediante a elucidação conceitual da reificação informacional, que a DIT e o regime desigual que se impõe no mundo (macro) pode ser encontrado nas relações que pressupõem os dados e a informação como produtos com valor ou valorizáveis, sobretudo quando se analisa o capitalismo financeiro vigente. Por fim, pretende-se situar a informação enquanto um dos objetos da Ciência da Informação, além de estabelecer pressupostos de pesquisa para a etapa subsequente (análise da Lei de Acesso à Informação).

3.1 Divisão internacional do trabalho e as relações entre C&T no regime de acumulação do capital

A Divisão Internacional do Trabalho corresponde, sinteticamente, às funções que cada Estado possui no contexto produtivo internacional, atrelado a questões relacionadas à divisão do trabalho no interior desses países. Cosenza (2015, p. 65) assinala que a ideia da divisão internacional do trabalho parte da tese da existência de disparidades e desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: a riqueza ou ausência dela “é resultante da diferença do momento histórico em que cada país se encontra, e do sistema de exploração e dominação estabelecido em favor dos países desenvolvidos”.

Bukharin (1984) estabelece que a Divisão Internacional do Trabalho se constitui a partir da segmentação entre os países do trabalho social mundial, em seu conjunto, ou seja, se constitui a partir do desenvolvimento das forças produtivas no interior de cada Estado e em sua relação com os mercados mundiais. Bukharin (1984), em sua teorização sobre o imperialismo – identificado como uma categoria histórica e fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista (CAPUTO; PIZARRO, 1971) –, afirma que a DIT se impõe de maneira a determinar

as características econômicas e de produção de cada país e como elas se constituirão no sistema mundializado capitalista, de modo a regular a vida social e econômica a nível internacional²¹.

Molina (2011) refez a trajetória discursiva proposta por Pochmann (2002, 2012), ao realizar a leitura das diferentes etapas da DIT, no horizonte histórico, e considerar três momentos da história do trabalho na humanidade. A primeira divisão do trabalho se constituiu a partir da repartição da produção em um contexto mundial entre os países do Hemisfério Sul, que se tornaram responsáveis pela produção de bens agrícolas e matéria prima para o fomento da indústria, e os países do norte, encarregados de fornecer bens industrializáveis. A segunda divisão teria origem no período posterior à Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela ampliação e expansão das empresas multinacionais, que se estabeleceram para além das fronteiras dos países centrais, e criaram filiais nas nações periféricas

A terceira fase da DIT é compreendida como extensão da fase anterior, já que as multinacionais passaram a atuar em escala mundial “de forma a estabelecer funções específicas para unidades produtivas situadas em diferentes países.” (MOLINA, 2011, p. 48). Cosenza (2015, p. 67-68) afirma que a terceira DIT caracteriza-se a) pela economia financeirizada; b) pelo fortalecimento de oligopólios; c) pela oposição entre os Estados capitalistas centrais em que se “predomina trabalho de pesquisa, desenvolvimento e administração, em relação a países periféricos que realizam a produção, em especial a primária e a de certa manufatura”; d) expansão e crescimento das redes comerciais intrafirmas “que superam as trocas realizadas pelas nações” e; e) pela promoção e execução do “trabalho qualificado no centro e de trabalho desqualificando na periferia, havendo maior desemprego na periferia do que no centro”.

Nesta última fase, os dispêndios em Ciência, tecnologia e os investimentos em ativos, dentro da dinâmica econômica mundializada, tornaram-se peça central na determinação da DIT. A reestruturação do capital, mencionada em capítulos anteriores, corresponde ao processo de concentração e centralização do capital²² e concedeu às grandes corporações transnacionais a

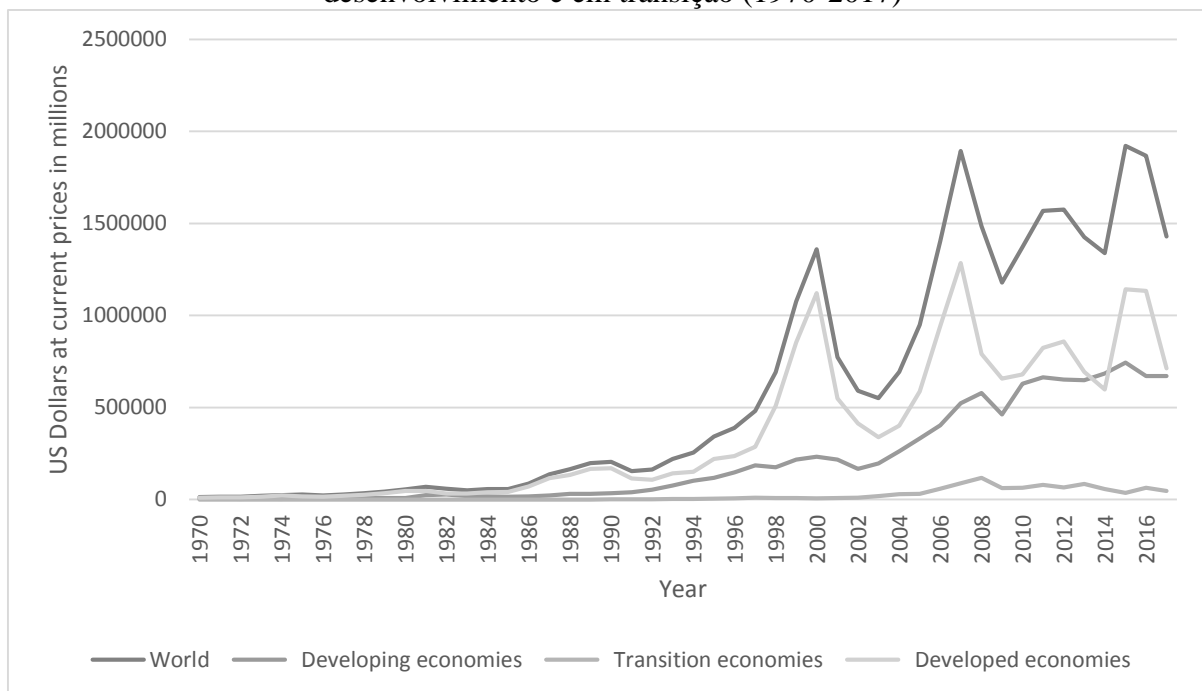
²¹ “Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Hilferding, Bukharin e Lenin concordam num ponto metodológico fundamental: a unidade da economia mundial, no sentido de uma integração cada vez mais estreita de todas as suas partes, num sistema de relações moldado pelo capital e dominado pelos países capitalistas centrais” (CHESNAIS, 1996, p. 48).

²² O capital tem dois aspectos distintos. Em relação ao processo de trabalho, ele existe como uma massa concentrada de meios de produção que comanda um exército de trabalhadores: em relação ao capitalista particular, representa a parte da riqueza social concentrada em suas mãos como capital. Esses aspectos do capital são, por sua vez, objeto de dois processos distintos: o processo de crescente concentração por meio da acumulação, que Marx chama de concentração do capital; e o processo de crescente concentração através da concorrência e do crédito, que ele chama de centralização do capital. A acumulação é o reinvestimento do lucro em métodos de produção mais novos, mais poderosos (BOTTOMORE, 2001, p. 57).

possibilidade de atuar em diversas nações, indicando que o comércio internacional tende a se consolidar muito mais entre empresas do que entre países (POCHMANN, 2012).

Um dos vetores que elucidam a DIT diz respeito à expansão dos Investimentos Externos Diretos ²³. Segundo Pochmann (2012) os IED permanecem concentrados nos países capitalistas centrais, apesar de parte do fluxo ter sido direcionado aos países semiperiféricos, como demonstra o Gráfico 5, já que os investimentos mundiais acompanham a tendência dos países desenvolvidos.

Gráfico 5 - Fluxo de Investimentos Diretos Externos no mundo, países desenvolvidos, em desenvolvimento e em transição (1970-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de United Nations Conference on Trade and Development (UNCTADStat, 2018).

Para ilustrar os fluxos de investimentos externos, que retratam as divisões globais, elencou-se dois grupos de países: o primeiro abarca economias centrais, consolidadas, nomeado *G7+CHN*, que reúne as nações que compõem o *G7* (França, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Japão e Itália) e a China (*CHN*)²⁴ (país em desenvolvimento, mas que apresenta o 2º maior PIB do mundo em 2017); enquanto o segundo, denominado *ID8*, é composto por oito países em desenvolvimento com maior PIB, segundo dados do Banco

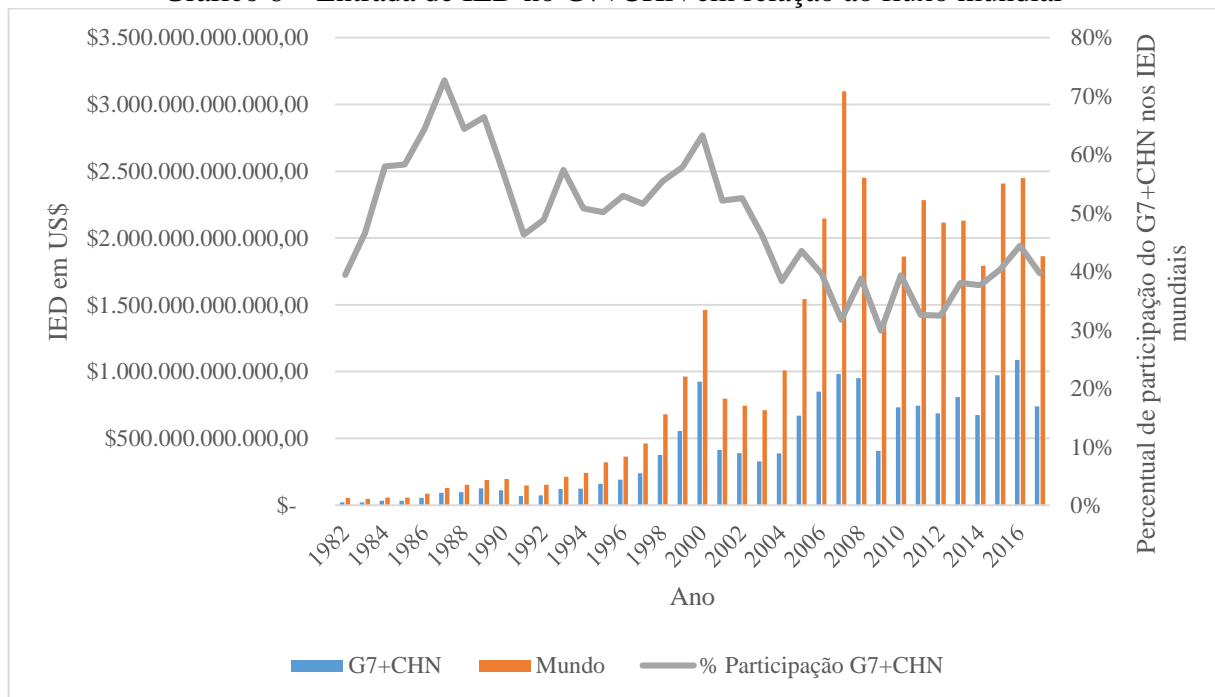
²³ Lênin diz que a exportação de capitais permite um desenvolvimento capitalista acelerado dos países aonde se dirigem, o que pressupõe que tais capitais assumam a forma de capitais investidos na produção. (CHESNAIS, 1996, p. 49).

²⁴ Não faz parte do cálculo regiões administrativas autônomas, como Hong Kong, que representou, por exemplo, o 4º maior fluxo de entrada de IED em 2017.

Mundial (THE WORLD BANK, 2018) em 2017: Índia, Brasil, Rússia, Coreia do Sul, México, Indonésia, Turquia e Arábia Saudita.

O Gráfico 6 corresponde à entrada de capitais de IED no grupo *G7+CHN* em relação ao total mundial. É importante observar que os fluxos mundiais de investimentos estrangeiros em direção aos países do *G7+CHN* caíram desde 1987, quando a entrada de IED nesses países representavam 73% do total mundial, apesar dos dados demonstrarem alguma recuperação entre os anos de 2012 (32% do total mundial) e 2017 (40% do total de IED do mundo), com tendência a queda no último ano. Essa queda tendencial desde a década de 1990 ilustra os novos rumos do capital que, ao passo que se concentrou, tornou-se, mundializado, pelas novas perspectivas de acumulação encontradas, por meio da flexibilização do mercado financeiro e de negócios intrafirmas.

Gráfico 6 – Entrada de IED no G7+CHN em relação ao fluxo mundial

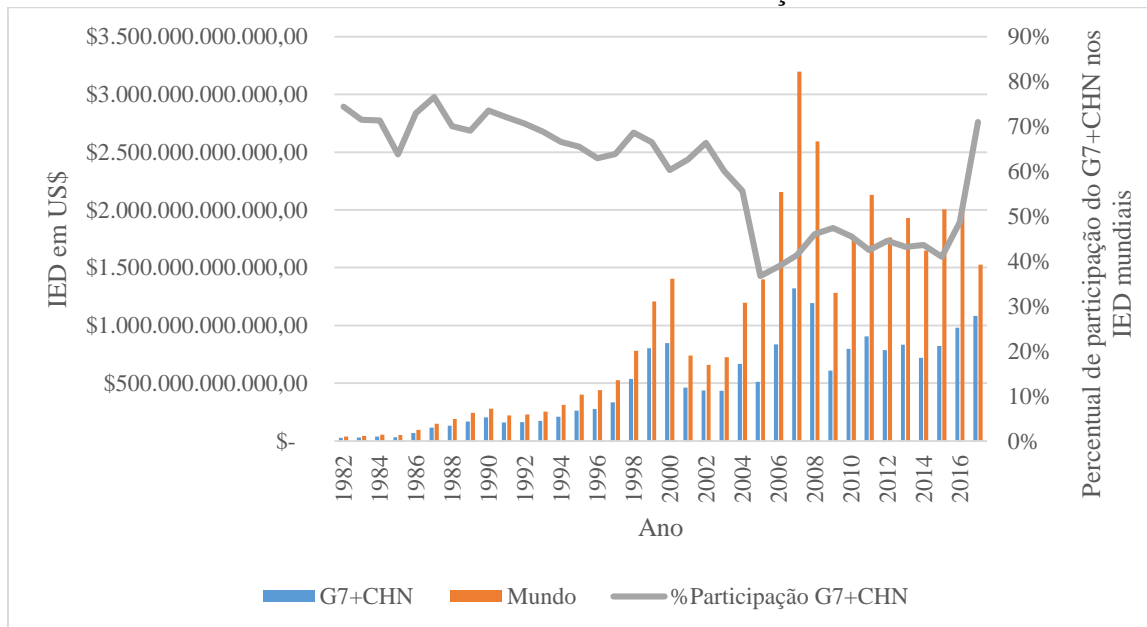


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do The World Bank (2018).

O Gráfico 7 representa as IED que saíram dos países membros do *G7+CHN* e que foram realocados em outras nações. A série histórica demonstrou recuperação dos investimentos oriundos desses países em relação ao investimento total mundial, o que revela a retomada da capitalização dos países centrais e consequente concentração de saída do capital. Se em 2005 os IED do *G7+CHN* direcionado ao mundo representavam 37%, em 2017 passou a representar 71%. Isso significa que

os investimentos em diversas áreas do mundo todo, por meio das IED, possuem como origem oito nações, centrais no capitalismo.

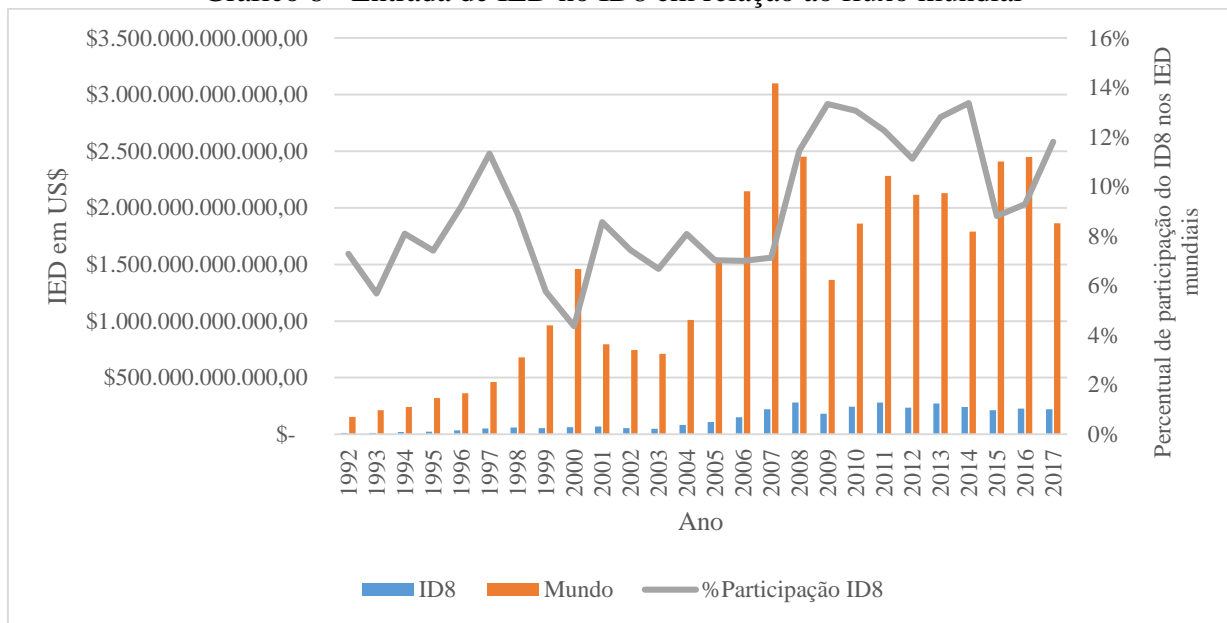
Gráfico 7 - Saída de IED do G7+CHN em relação ao fluxo mundial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do The World Bank (2018).

O movimento de IED no mundo sugere que os países *G7+CHN* fomentam o fluxo de capital entre si e para outros países desenvolvidos (como os demais países que compõe a União Europeia), a fim de permitir expansão do processo de centralização do capital em torno de setores econômicos estratégicos. As nações que compõem o *ID8*, com exceção de Coreia do Sul, têm matriz econômica exportadora ligada ao setor de *commodities*, que também atrai investimentos externos, mas muito menos vultosos do que setores industriais e, sobretudo, os setores tecnológico e financeiro. O Brasil, a título de exemplo, apresenta um quadro de desindustrialização nos últimos 30 anos e aumento da exportação de produtos primários, como apontam Valverde e Oliveira (2011). Os países do *ID8*, como representado no Gráfico 8, receberam uma média de 9% dos fluxos dos IED, embora figurem entre as nações em desenvolvimento com maior PIB do mundo, com exceção da China.

Gráfico 8 - Entrada de IED no ID8 em relação ao fluxo mundial

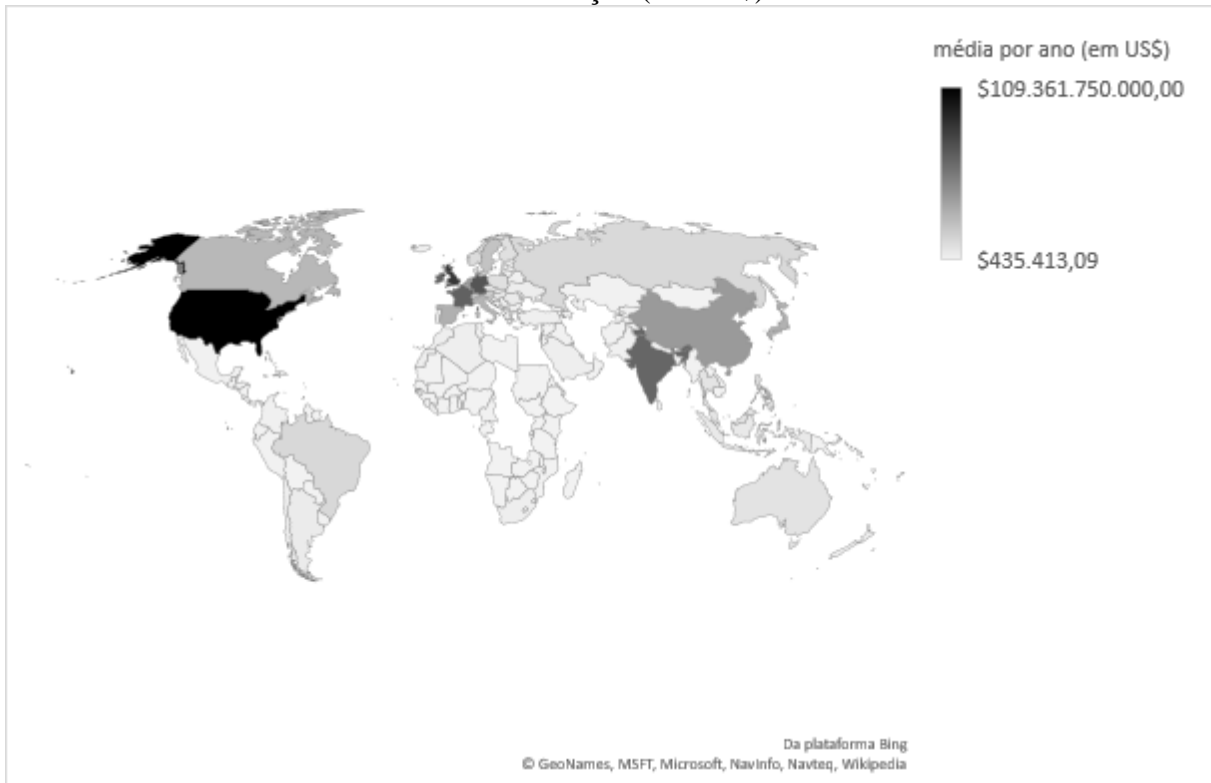


Fonte: Elaborado pelo autor a partir The World Bank (2018).

A destinação dos IED varia conforme, dentre outros, à DIT mundial. Contudo, o que se observa conforme os anos, segundo a Confederação Nacional da Indústria (2014), é que 63% dos fluxos de IED, entre 2009 e 2011 destinaram-se ao setor terciário, dos quais, 19,8% foi para o ramo de finanças e 22,6% para o setor de serviços a empresas. Isso significa que os países centrais recolocaram os seus recursos em capital intangível e em serviços empresariais no Brasil, a título de exemplo. O setor de serviços, é importante lembrar, está relacionado a atividades cujas demandas fomentam os mercados centrais e corporações, devido à crescente demanda de tecnologias, informação e serviços especializados (*know-how*) dos países desenvolvidos.

Segundo dados coletados no *World Development Indicators Databank*, do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2018), Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Irlanda e Índia são os líderes, nos últimos 20 anos (1998-2017), do *ranking* de exportações em serviços de tecnologias da informação e comunicação, incluindo computadores e serviços de comunicação e informação (dados computacionais e serviços relacionados a transações). O Gráfico 9 demonstra a média aritmética dos dados disponíveis de cada país do mundo por ano, em dólar exportado (serviços e bens convertidos em valores da moeda estadunidense).

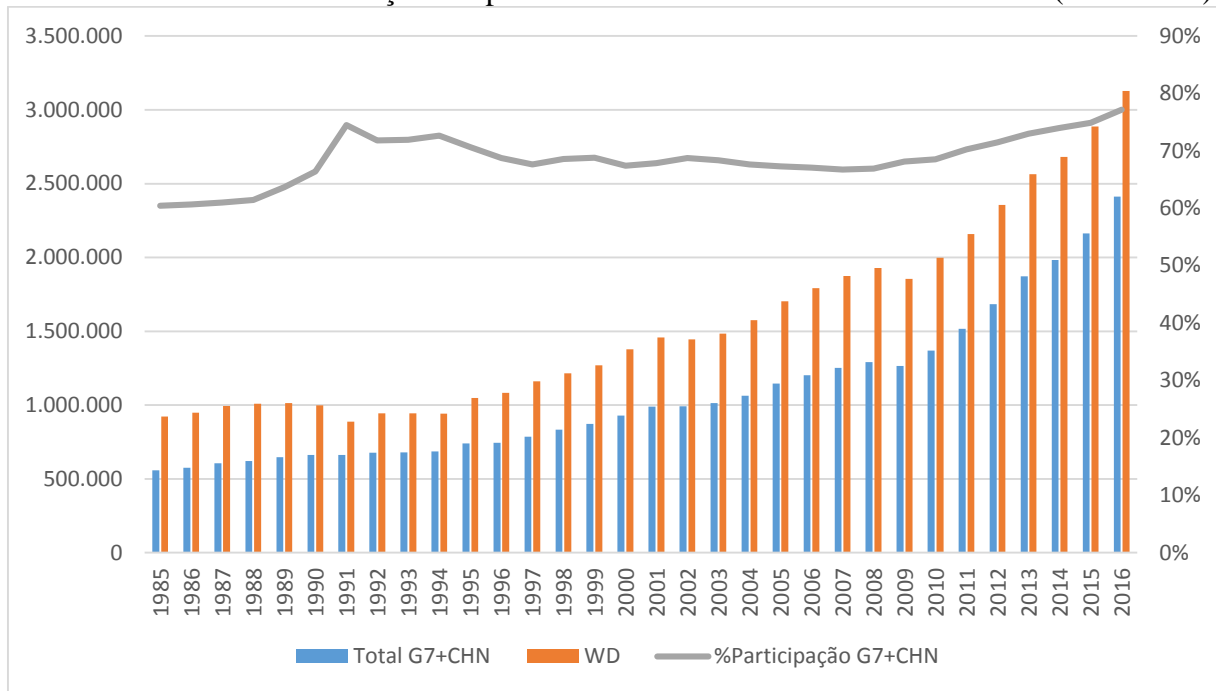
Gráfico 9 - Média anual de exportação de serviços e bens de Tecnologias da Informação e Comunicação (em US\$)



Fonte: Elaborado pelo autor partir de dados do The World Bank (2018).

Em valores absolutos, os valores exportados em TIC e serviços informacionais, pelos Estados Unidos, líder do *ranking*, chegou a aproximadamente US\$ 200 bilhões (THE WORLD BANK, 2018). Ainda que pouco representativo em relação ao PIB estadunidense (1% do PIB, aproximadamente), os investimentos na área adquiriram importância e apresentaram um crescimento tendencial: em 1998, as nove maiores haviam exportado cerca de US\$ 172 bilhões em serviços de informação e TIC, enquanto que em 2017, o montante foi de cerca de US\$ 1 trilhões, um aumento de quase 500%, em 20 anos (THE WORLD BANK, 2018).

Outro cenário estatístico que sugere a concentração tecnológica e informacional diz respeito ao conjunto de solicitações de patentes realizadas pelos países do *G7+CHN* em relação ao mundo, como representado no Gráfico 10

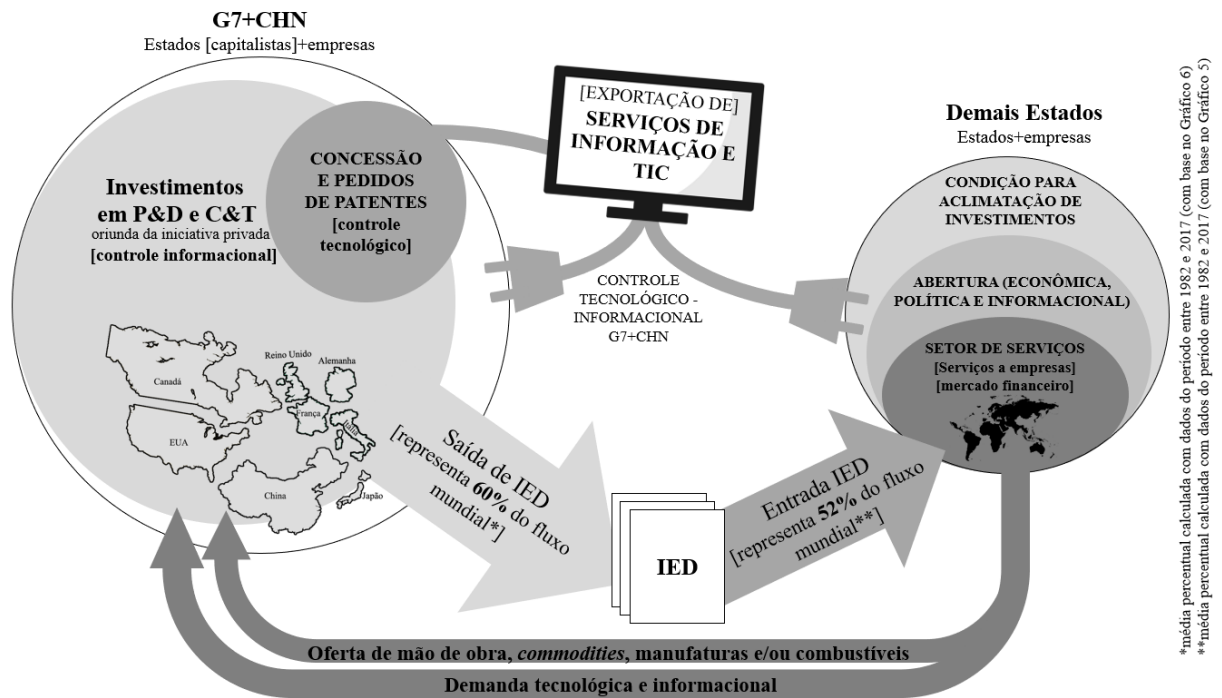
Gráfico 10 - Total de solicitações de patente - entradas diretas nacionais e PCT²⁵ (1980-2016)

Fonte: WIPO (2018).

Os dados apresentados apontam para a liderança mundial de criação intelectual tecnológica, investimentos em torno das TIC e serviços de informação, que são revertidos em capital para IED no mercado financeiro internacional. Em um esquema simplificado dos fenômenos suscitados neste capítulo, pode-se sintetizar que a dinâmica mundial em torno da tecnologia e informação se dá a partir dos processos e fluxos do capital na dinâmica econômica e política mundial, como sintetiza a Figura 6.

²⁵ O Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) auxilia os candidatos na busca de potencial proteção internacional de patentes para seus inventos, ajuda os escritórios de patentes com decisões à concessão de patentes, e facilita o acesso do público à uma grande quantidade de informações técnicas relativas a essas invenções. Mediante a apresentação de um pedido de patente internacional sob o PCT, os candidatos podem procurar simultaneamente a proteção de uma invenção na maioria dos países do mundo (WIPO, 2019).

Figura 6 - Fluxos econômicos e infocomunicacionais no regime de acumulação flexível



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os investimentos internacionais em finanças pelo *G7+CHN* geram capitais comprometidos com empresas e serviços de suas próprias matrizes econômicas, e tecnologia e pesquisa. O investimento em pesquisa e tecnologia e a capacidade de realizar e/ou receber os IDE/IED tornaram-se sustentáculos para acentuar os papéis na Divisão Internacional do Trabalho: o mundo periférico ou subdesenvolvidos e o semiperiférico ou em desenvolvimento apresentam um processo contínuo de desindustrialização, aliado ao fortalecimento do setor terciário da economia, e possuem, na DIT, o papel de agroexportadores, salvo exceções, como, por exemplo, Coreia do Sul, Índia e China; enquanto que os países centrais ou desenvolvidos expandiram seus investimentos nacionais e transnacionais em ciência e tecnologia, fortalecendo o setor terciário sem, contudo, ser acompanhado por um processo de desindustrialização.

O fluxo de capitais permite que em determinados países haja uma redução da participação do trabalho vivo dentro do processo de produção de mercadorias, ao mesmo tempo em que em outros países a utilização da força de trabalho aumenta vertiginosamente, garantindo a manutenção das taxas de lucro elevadas. A produção capitalista utiliza, assim, o tempo de trabalho vivo de forma socialmente desigual e combinada, seja do ponto de vista de economias nacionais ou entre no que se refere a fluxos de capitais em sua pátria (AMORIM, 2014, p. 151)

Como parte do processo de acumulação do capital, o Estado passa a intervir em favor da dinâmica econômica para encorajar investimentos ou investidores. Uma das consequências desse fenômeno, para além da abertura econômica, se deu a partir do fortalecimento das políticas informacionais a nível mundial, a fim de consolidar a agenda financeira global. Para elucidar esse processo, o presente estudo discorre sobre as políticas de acesso à informação e suas prerrogativas.

3.2 Informação-mercadoria em tempos de regime flexível [e tecnológico] do capital

O capitalismo pode ser sintetizado como uma relação social que organiza a sociedade (trabalho, classe, entre outros) e que funciona por meio de leis intrínsecas e imanentes, próprias e singulares a apenas essa relação social. Ao chamar atenção para a dinâmica informacional fora e dentro da produção é possível verificar, como já mencionado, que a informação possui um lugar especial no processo de acumulação do capital. Além disso, a informação tem sido responsável por fomentar fluxos econômicos de investimentos, como os IED, e interferir na arena política ao fomentar acordos e protocolos internacionais em torno da disponibilização de dados governamentais. Há, portanto, uma relação entre economia política da informação, cujo amálgama é a condição, atual, da informação-mercadoria se tornar um dos importantes meios para a reprodução das relações capitalistas.

De maneira simplificada, mercadoria pode ser descrita como tudo o que é produzido pelo humano e que assim o seja para satisfazer suas necessidades. Por isso, de imediato, toda mercadoria tem um valor-de-uso (V-uso), ou seja, uma utilidade e os valores-de-uso, para Marx (2017), efetivam-se apenas no consumo e acabam por constituir o conteúdo material da riqueza, seja qual for a materialização social desta riqueza. Riquezas, contudo, de V-uso possuem valor quando nele está incorporado o trabalho humano abstrato, ou determinada quantidade de trabalho social. “Para se produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. [...] Nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido [...], por isso, nenhum valor” (MARX, 2017, p. 119).

No entanto, o conteúdo da riqueza social (V-uso), na sociedade capitalista, também possui valor-de-troca (V-troca), a partir das quais, contraditoriamente, valores-de-uso de espécie diversa são trocados, a partir de uma relação que se altera no tempo e espaço – mediado ou não por condicionantes, como o dinheiro. Há, portanto, uma contradição: o V-uso é uma

condição natural da mercadoria, enquanto o V-troca é separado e isolado do primeiro. A mercadoria, em síntese, pode ser traduzida, grosso modo, como uma riqueza que possui, concomitante e contraditoriamente, V-uso e V-troca. Segundo Antunes (2012) o V-troca, nas relações capitalistas, sobrepõe-se ao V-uso embora aquele não elimine ou descarte este. O V-uso constitui-se como suporte material do V-troca e se em sua forma original pudesse ser definido como o valor atribuído à utilidade da mercadoria, agora se torna mero portador do V-troca (ANTUNES, 2012). Ao se promover a abstração de uma mercadoria, o seu valor será determinado pelo trabalho humano necessário e que envolve determinada. Uma riqueza que satisfaça as necessidades humanas mas não possua propriedade de troca não pode ser considerado mercadoria. O V-troca, portanto, é a representação do valor, que se define como trabalho socialmente necessário para produção de dada mercadoria (HARVEY, 2013). Marx estabelece que o valor de troca é a forma da aparência por meio da qual o valor converte-se em uma expressão reproduzível e reconhecível no capital.

Em uma mercadoria, portanto, encontram-se ocultas as relações de trabalho que a produziram. Em uma abordagem pouco analítica, uma mercadoria pode parecer trivial, mas no interior do processo de troca, ela se presta a cambiar de “corpo e alma” com qualquer outra mercadoria (MARX, 2017).

A partir de uma análise que se detém ao mundo atual, Wolff (2009, p. 90) afirma que a partir da década 1990, pela convergência tecnológica entre a informática e as redes de telecomunicações, a concepção de mercadoria alargou-se e a tecnologia digital permitiu “manipular e transformar informações tal como outrora se fazia com matérias-primas de dimensão material, o que permite ao capitalismo de hoje transformar e explorar mercadorias não só no plano material, mas também no imaterial”. Esse processo caracteriza a mercadorização da informação, que “implica em sua reificação na forma de dados” (WOLFF, 2009, p. 90), os quais podem ser encarados, conforme a autora, como resultado do tratamento e organização das informações objetivando deixar insculpidas somente as finalidades mercantis da própria informação. É dessa forma que a inovação “se tornou a principal estratégia competitiva das grandes empresas no atual contexto econômico” (WOLFF, 2009, p. 91).

No interior dessas mudanças apontadas por Wolff (2009), Zuboff (1994) chama a atenção para a dualidade da natureza da tecnologia da informação. Em primeiro lugar, as tecnologias podem ser utilizadas para a automatização das operações, ou seja, ser inserida no processo de produção, cujo “objetivo é substituir o esforço e a qualificação humanos por uma tecnologia que permita que os mesmos processos sejam executados a um custo menor, com

mais controle e continuidade” (ZUBOFF, 1994, p. 83). Em segundo lugar, a tecnologia pode ser usada como meio para se criar informações, ou seja, informatizar. Esse processo de informatização inclui e ultrapassa a automatização, pois é responsável pela geração de informações na própria dinâmica de trabalho em que a tecnologia de automatização está inserida. Em outras palavras, a “informatização nada mais é que um modo de gerir a informação mediante os recursos possibilitados pelas TIC, o que abre a possibilidade de se superar a opacidade de certas atividades produtivas, dando-lhes a transparência [...]” (WOLFF, 2009, p. 107).

Vemos o poder automatizante da tecnologia inteligente numa indústria quando dispositivos baseados em microprocessadores como robôs, [aqui eu colocaria entre colchetes o significado desta sigla] CLPS ou sensores, traduzem o processo produtivo de três dimensões em dados digitais bidimensionais. Tais dados são, então, geralmente colocados à disposição em terminais de vídeo ou em listagens de computador na forma de símbolos eletrônicos [...]. Estas informações não existiam anteriormente (ZUBOFF, 1994, p. 83)

A informação como mercadoria pode ser descrita como desdobramento das necessidades capitalistas no uso e desenvolvimento da inovação e na extensão dos mercados. Torna-se possível falar, a partir desse cenário, segundo Herscovici (2014, p. 79), em intensificação do processo de desmaterialização da mercadoria, “à medida em que (a) boa parte da produção é constituída por serviços, atividades imateriais por natureza e que (b) não há mais como avaliar (e medir) objetivamente o valor, a partir da quantidade de trabalho abstrato necessária para sua produção”. Dantas (1999) afirma que o trabalho vivo, que produz valor para o capital, tem se tornado, cada vez mais uma atividade de captura, processamento, gravação e comunicação de informações, seja entre trabalhadores, seja entre máquinas e trabalhadores. “[...] A informação circula dentro dos diversos círculos de *trabalho combinado* [...] onde ele é tratado e comunicado até ser objetivado dentro de sistemas de maquinarias, onde se realizará o trabalho *morto*” (DANTAS, 1999, p. 4, grifos do autor).

Há, pois, no capitalismo avançado, algo em comum a todos os seus processos de produção, resultem eles em valores de uso entrópicos ou neguentrópicos: o objeto imediato do trabalho vivo mobilizado pelo capital, num caso e noutro, é material sígnico. [...] O que ele produz, social e coletivamente, é uma matriz, onde está condensada a informação processada e comunicada (DANTAS, 2014, p. 44).

É importante esclarecer que na teoria marxiana, *trabalho vivo* é o trabalho (útil-concreto) que cria valor de uso em um determinado produto e, por esse motivo, é a atividade

indispensável para a reprodução humana; uma atividade primária e natural, presente em todas as formas de sociabilidade humana, visando satisfazer às necessidades humanas. Já o *trabalho morto* pode ser sintetizado como o tipo de trabalho que objetiva a criação de mais-valor, a valorização do valor e, conseqüentemente, a autovalorização do capital. A predominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo, no capitalismo atual, “conduz à evicção da práxis subjetiva pelo processo objetivo causalmente organizado e determinado, cientificamente construído, da revolução técnica, negando qualquer papel ao envolvimento do corpo do trabalhador na transformação do mundo” (HAMRAOUI, 2014, p. 47). A redução do trabalho vivo em trabalho morto é um processo que se dá a todo momento nas relações sociais capitalistas e é singular a este modo de produção. Para Marx (2017), a tecnologia produtiva torna-se o amo do trabalho vivo e este passa a submeter-se ao trabalho morto, o que culmina no processo de dominação da coisa sobre o humano, da transformação do sujeito em objeto.

A transformação do trabalho vivo em mero elo de integração das informações empresariais revela-se, assim, como outra particularidade do tipo de reificação próprio do trabalho informacional. [...] No espaço da grande empresa contemporânea, o trabalho imaterial é justamente aquele que produz o conteúdo informacional da mercadoria, ou seja, é um ofício onde as taxas de trabalho imediato são progressivamente subordinadas à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical (WOLFF, 2009, p. 108).

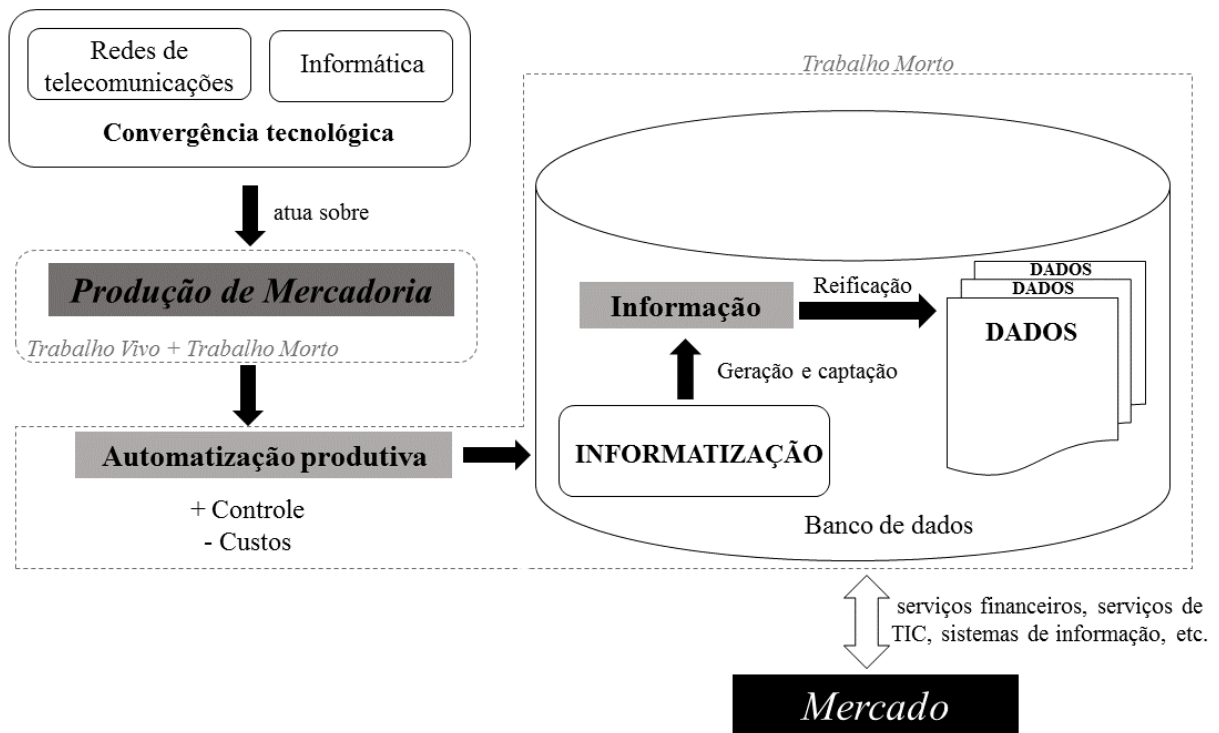
Apesar de constatar as mudanças oriundas da informatização, é importante considerar que, para o presente estudo, não há paradigma pós-industrial, mas sim uma alteração no nível produtivo e social que alavancou o capitalismo industrial a proporções estruturalmente inviáveis para o processo civilizatório capitalista, como o próprio Marx (2017) antecipara. “Nessa conversão do trabalhador em apêndice da máquina, quando os saberes empíricos e científicos passam a dominar a produção, o capital liberta-se da dependência das habilidades dos trabalhadores” (MARQUES, 2015, p. 56).

Wolff (2009) enfatiza que sob a informatização da produção, o trabalho abstrato ou morto deu um salto qualitativo ao impor a alienação que se materializa na quantificação do trabalho vivo, que acaba por se coisificar em dados e/ou softwares. “Logo, a questão de fundo que se coloca aqui é a *privatização da informação* com vistas à *capitalização do conhecimento*, uma qualidade que só o trabalho vivo pode criar e desenvolver” (WOLFF, 2009, p. 105, grifos da autora). Com a informatização, Zuboff (1994) afirma que as organizações tendem a desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem a captação e geração de informações,

de modo que elas se tornem válidas, imediatas e acessíveis. Muitas instituições, atualmente, são capazes “de recriar suas próprias imagens na forma de banco de dados integrados, detalhados e em tempo real, que dão acesso a informações sobre operações [...] e que podem organizar, resumir e analisar aspectos de seus próprios conteúdos” (ZUBOFF, 1994, p. 84), organizações estas em que os bancos de dados podem assumir vida própria. Por isso, Zuboff (1994) destaca a fala de proeminente executivo que afirma que os bancos se transformaram em grandes bancos de dados, ao se referir às mudanças promovidas pelos serviços financeiros.

Por esses motivos, a Figura 6 é representativa da dinâmica “interestado” em um capitalismo mundializado, que também envolvem as das relações contidas na Figura 7. Desse modo, embora a informação não possa ser considerada de imediato uma mercadoria, por suas relações de V-uso e V-troca não satisfazerem as características de uma mercadoria em que se despende tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, ela “absorve” as relações capitalistas e instrumentaliza o capital ao se organizar, de certa forma, como mercadoria que fomenta a acumulação do capital. É importante manifestar a tendência do capitalismo em precificar e tornar qualquer coisa em potencial mercadoria para a acumulação do capital (HARVEY, 2013). O presente estudo advoga que determinada espécie de informação, tecnológica e socialmente ligada à C&T e P&D, pode ser considerada, apegando-se aos limites apresentados para essa constatação, mercadoria, já que possui V-uso e é utilizada como V-troca – mesmo que indiretamente, como as dinâmicas de Estado e as políticas de acesso à informação demonstram nos capítulos 4 e 5.

Figura 7 - Informação no interior do processo de automatização e informatização da produção no capitalismo



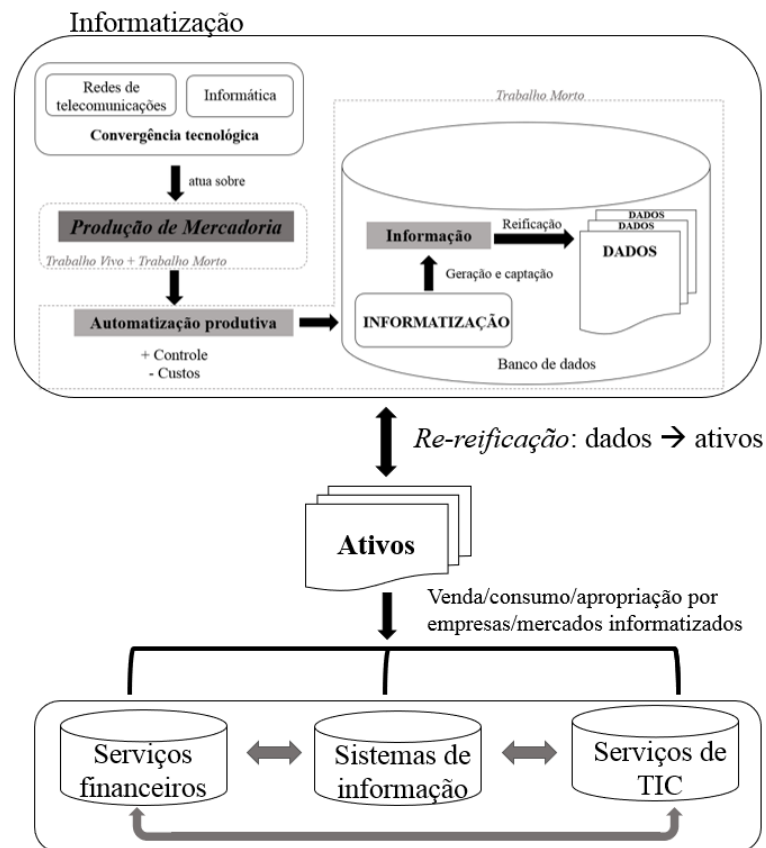
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como uma síntese da Figura 6 e Figura 7, bem como o estabelecido no capítulo 2 e seção 3.1, Amorim (2014, p. 151) afirma que o fluxo de capitais possibilita que determinadas nações reduzam a participação do trabalho vivo no interior do processo de produção de mercadorias, como é a tendência de países capitalistas centrais cuja produção é altamente informatizada e cujos serviços financeiros são mais desenvolvidos em torno da acumulação do capital, “[...] ao mesmo tempo que em outros países a utilização da força de trabalho aumenta vertiginosamente garantindo a manutenção de taxas de lucro elevadas”. A produção tipicamente capitalista usa, portanto, o tempo de trabalho vivo “de forma socialmente desigual e combinada, seja do ponto de vista de economias nacionais ou entre no que se refere a fluxos de capitais sem pátria” (AMORIM, 2014, p. 151) e isso contribui para assegurar a dinâmica da Figura 6.

É, portanto, por possuir características próprias que a informação, reificadas em dados, não deve ser colocada nas mesmas definições das mercadorias, até porque muitas vezes os dados, a informação e/ou conhecimento são extraídos ou “subtraídas” do próprio processo de trabalho de modo a aumentar a capacidade de acumulação do capital. Ou seja, não há, necessariamente, trabalho envolvido na produção da informação, muito menos o trabalhado tem

sua mão de obra expropriada por informação que muitas vezes é gerada mediante suas horas de trabalho. Contudo, é essa informação reificada que se transformará não somente em dinheiro, mas em capital e potencializará o mais-valor (Figura 8).

Figura 8 - Reificação da informação e sua relação com mercado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados produzidos a partir da informatização, em uma análise mais geral, são *re-eficados* e tornam-se ativos, apropriados por outros mercados, por meio de serviços de informação, serviços infocomunicacionais e serviços financeiros. Esse mercado passa a ter condições de interpretar informações que darão subsídios para a análise de viabilidade de investimentos. Em uma economia mundializada, os dados são processados e/ou enviados, em geral, a países centrais e informatizadas, que disporão de alternativas para investimentos, tanto na produção, quanto nas formas de investimentos externos e mercados financeiros. Por esse motivo, a informação, reificada em dados, torna-se elemento estratégico, decisório ou não, na esfera econômica e política, para aporte de investimentos e para determinado país se inserir na dinâmica de mercado. Os esforços nacionais e internacionais, seja de Estado, seja de empresas,

em fomentar este tipo de informação dá ao mercado financeiro condições especiais para determinar os rumos da economia atual.

Antigas questões que teimam em persistir nos afligindo, bem como outras, saudadas nos dias de hoje como descobertas recentes, estão presentes, e de modo bastante pertinente na teoria social desenvolvida por Marx. [...] Ao nos debruçarmos sobre a extensa obra marxiana, verificamos o quanto é atual, quanta produtividade ela é capaz de impulsionar, o quanto é desafiador apoiar-se em teoria assim tão absolutamente inconclusa que só pode efetivar-se em coautoria com os sujeitos sociais de cada tempo histórico (SOUZA JÚNIOR, 2014, p.136)

Marques (2015) já assinala, dentro de um campo multidisciplinar, a preocupação que a informação e a tecnologia assumem nas discussões sobre o trabalho e teorias do valor e do próprio capitalismo, como se pode perceber nos escritos sobre trabalho imaterial de Gorz (2005), Amorim (2009) e Santos (2013), sobre o infoproletário (ANTUNES; BRAGA, 2009), capitalismo imaterial (HERSCOVICI, 2014) e polarização do conhecimento na era informacional (MARQUES, 2014; MARQUES; KERR PINHEIRO, 2014a, 2014b).

Neste sentido, esta é uma abordagem pouco explorada no interior do campo da Ciência da Informação. A maioria dos trabalhos e pesquisas realizadas, que tratam a informação e a tecnologia como objetos e mercadorias inseridas na dinâmica do capitalismo, pertence a disciplinas científicas como sociologia, sobretudo sociologia do trabalho, filosofia, a destacar a filosofia da tecnologia, entre outras. A defesa em tratar de temas como informação e conhecimento com abordagem crítica e sistêmica no campo da CI, no presente trabalho, se dá pela própria imbricação e origem desta disciplina científica. Ou seja, tratar o objeto (informação, dados e conhecimento) apartado de suas determinações históricas e materiais é não se atentar ao contexto formativo da própria CI e formar um repertório teórico fragmentado. Para assinalar a importância desta abordagem no interior de uma ciência multidisciplinar, portanto, é coerente assinalar as origens e fundamentos da Ciência da Informação que tornam coerente o estudo e as categorias de análise presentes na pesquisa.

A Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento e científico, tem sua origem ligada às demandas das imperiosas evoluções pelas quais o mundo passa nos séculos XIX e XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando de fato o campo inicia a trajetória acadêmica – década de 1950 (SMIT; TALAMO, 2007). Desse modo, a CI é fruto e está condicionada pelos novos processos que transformaram o mundo em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, e que impactaram na formatação dos processos nos dias atuais.

Segundo Capurro (2009), embora as definições clássicas da Ciência da Informação sugiram que seu objeto esteja relacionado à produção, seleção, organização, armazenamento, recuperação e uso da informação – como Borko (1968) afirma²⁶ –, para se constatar o papel de uma ciência autônoma da informação, deve-se transportá-la a níveis mais abstratos, o que demanda uma epistemologia.

Pinheiro (2004) assinala que múltiplos campos do conhecimento e diversas ciências necessitam e alimentam-se de informação, mas poucos se apropriam e a tornam objeto de estudo, tal como a CI o faz. A informação, enquanto objeto científico, é multifacetada e pode ser tomada tanto em uma determinada área quanto sob determinada abordagem (PINHEIRO, 2004). O presente trabalho não se detém a caracterizar epistemologicamente a Ciência da Informação, mas delinear de que tipo de informação está se tratando, dentro dos estudos da área, e quais imbricações com esse objeto a Ciência da Informação e outras ciências possuem.

Segundo Capurro (2003), a CI apresenta um conjunto paradigmático que sofreu transformações desde sua aceção no pós-Guerra. O paradigma físico, inspirado na Teoria da Informação e na cibernética, postula a existência de um objeto físico que o emissor transmite ao receptor. Essa teoria, na Ciência da Informação, “implica numa analogia entre a veiculação física de um sinal e a transmissão de uma mensagem, cujos aspectos semânticos e pragmáticos intimamente relacionados ao uso diário do termo informação são explicitamente descartados por Shannon” (CAPURRO, 2003). “Baseado numa epistemologia fisicista, tal paradigma é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido [...] técnico, uma informação mensurável [...]” (ALMEIDA et al., 2007, p. 20).

No entanto, esse paradigma, segundo Capurro, exclui a atividade do sujeito cognoscente, ou do usuário no processo informativo e comunicativo. Buckland (1991), ao teorizar sobre a informação enquanto fenômeno objetivo (*information-as-thing*) aproximou-se desse paradigma, embora o valor informativo que faz relação à definição de coisa, para Buckland, corresponde “a um predicado de segunda ordem, isto é, algo que o usuário ou o sujeito cognoscente adjudica a qualquer coisa num processo interpretativo demarcado por limites sociais de pré-compreensão que o sustentam” (CAPURRO, 2003).

Já o paradigma cognitivo assenta sua epistemologia no sujeito cognoscente ao tratar da forma com que os processos informacionais influenciam ou transformam o usuário. Esse

²⁶ Borko (1968, p. 3) afirma que a Ciência da Informação se constituiu enquanto disciplina científica responsável por analisar e investigar “comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento de informação, visando à acessibilidade e usabilidade otimizadas”.

paradigma possui como ponto de partida a premissa de que a busca informacional está associada a uma necessidade, quando o conhecimento disponível ao usuário é insuficiente (CAPURRO, 2003). O paradigma cognitivo desloca-se, portanto, em direção a um contexto mais amplo do que o físico, uma vez que seu foco é o usuário e seu conhecimento, na interação entre humano e máquina e na inter-relação entre CI, Psicologia Cognitiva, Inteligência Artificial, sugerindo modelos que a recuperação da informação poderia adotar: há uma mudança “do acesso à informação centrado na informação para o acesso à informação centrado no usuário” (ALMEIDA et al., 2007, p. 21).

O paradigma social amplia a proposta do cognitivo ao compreender a informação como fenômeno social. Segundo Capurro (2003) uma das diferenças práticas do paradigma social em relação aos demais se constitui a partir do abandono “de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, como aspiram o paradigma físico e o cognitivo”, uma vez que, segundo Almeida et al. (2007, p. 23), o paradigma social “considera as possíveis perspectivas ou pontos de acessos distintos de acordo com o interesse do usuário ou comunidade”.

O valor da informação, sua mais-valia com respeito ao mero conhecimento, consiste precisamente da possibilidade prática de aplicar um conhecimento a uma demanda concreta. Assim considerado, o conhecimento é informação potencial. Não é difícil ver aqui a relação entre nossa disciplina e o trabalho sempre difícil e arriscado de interpretar, sobretudo se esse trabalho não se reduz a decifrar um texto obscuro, mas, sim, abrange todos os problemas reais e não menos obscuros e anômalos do existir humano. (CAPURRO, 2003).

Segundo Bembem, Oliveira e Santos (2015, p. 190), o paradigma social entende o sujeito a partir dos condicionamentos sociais e materiais: “os sujeitos, que não são apenas usuários, mas participantes ativos da construção do conhecimento, são centrais para a definição e elaboração de dispositivos que considerem sua visão de mundo nos processos de recuperação da informação”. O paradigma social está associado, em geral, a teorias sociais, que acabam por fornecer as bases teórico-metodológicas de investigação do trabalho científico e arregimentar formulações conscientes do objeto (MOREIRA; DUARTE, 2016).

Dado o exposto, a informação, no presente estudo, adquire contornos sociais e tecnológicos. Desse modo, parte-se da “informação-como-coisa”, classificação de Buckland (1991) – a definição clássica mais próxima de uma materialidade, ainda que não abarque a concretude do objeto em seus contornos sociais e políticos – para se chegar à essência das

transformações de apenas uma das facetas sociais da informação, tendo como sustentação os campos da economia e política, vinculados aos aspectos informacionais, o que arregimenta-se no paradigma social. Dessa forma, o presente estudo constrói a interpretação de um objeto ancorado em uma perspectiva sociopolítica e materialista e, conseqüentemente, social e objetivado.

Nesse aspecto, Araújo (2002) afirma que a CI ampliou a aceção e compreensão do seu objeto ao franquear enfoque social às investigações, cujo foco é a esfera humana e a ênfase é o processo de comunicação entre humano e tecnologia da informação. O objeto da CI pode ser percebido como “uma construção humana e social, consolidada nos processos comunicacionais, tendo como diferencial a possibilidade de gerar conhecimento a nível individual e coletivo” (MESSIAS, 2005, p. 95).

A informação e a Ciência da Informação, assim como qualquer outra ciência e objeto de estudo, perpassam mudanças e evoluções conforme as alterações paradigmáticas do mundo. No tocante à evolução pela qual passou a área, como exposto no capítulo 1, a partir da década de 1970 a Ciência da Informação recebeu contribuições e imbricou-se ao campo das Ciências Sociais, ao se deter à análise dos fundamentos sociais da informação, aproximando-se dos estudos marxistas e comunicacionais do objeto (ARAÚJO, 2003). De maneira simplificada, o desenvolvimento contínuo das tecnologias e máquinas pela necessidade de modernização produtiva e para acumulação do capital levaram à expansão da capacidade de produção, compartilhamento e reprodução de informação e conhecimento. É imbuída nesse cenário de desenvolvimento *técnico-econômico-informacional*, cada vez mais acirrado, que a Ciência da Informação desenvolveu estudos com atenção voltada aos quadros da informação e do conhecimento centrados, entre outros, nas relações da tecnologia, da mediação e das práticas sociais e informacionais.

As origens macroeconômicas da CI estão articuladas, por conseguinte, ao processo de reestruturação do capital, na mudança dos modelos de produção, que gera a nova fase do capitalismo (mundializado e financeiro). Para além dos campos da biblioteconomia, documentação, arquivologia, comunicação e computação, a informação adquire, como qualquer outro objeto, novas determinações e características, conforme é apropriada por diferentes dimensões e inseridas em questões sociais, econômicas e políticas. Torna-se, desse modo, contraproducente considerar informação tendo dimensão una, imutável, técnica e servindo apenas aos processos consagrados, como os dispostos nos campos mais tradicionais.

É importante assinalar, contudo, que a CI, por ter se originado em um espaço infocomunicacional desenvolvido, tende a trabalhar com temas relacionados à ciência e tecnologia, “[...] com um encanto particular pelas TIC. Ainda que legítimo, vale lembrar que o regime de informação hegemônico segue se alimentando e se desdobrando *offline*, nas ruas e nos corpos” (FIGUEIRA; SCHNEIDER, 2018, p. 3235, grifo nosso). Desse modo, a despeito do desenvolvimento infocomunicacional a que se dedica o campo da Ciência da Informação, os problemas estruturais perpassam os anos, sobretudo aqueles relacionados ao desenvolvimento das relações capitalistas, e não se alteraram em essência, como apontam as teorias pós-modernas ou pós-industriais, que são valorizadas pela epistemologia da informação. O objeto, por conseguinte, da área, seja ele a informação, dados, conhecimento ou suas mediações e desdobramentos, devem abarcar as contradições sociais mais amplas, nem sempre elucidadas pelo campo da CI e por suas pesquisas técnicas. Aqui, por conseguinte, não se pretende inserir a informação no centro do debate capitalista, mas ponderar sobre o papel da informação no estágio de desenvolvimento do capitalismo.

A Ciência da Informação, atrelada a esse objeto, constituir-se-ia como campo multidisciplinar e crítico, cuja pretensão é analisar múltiplas dimensões da informação, no contexto atual e com objetivos direcionados à contribuição e consolidação da própria área, bem como a crítica ao *status quo* e compromisso social. A responsabilidade da CI, apontada por Smit e Tálamo (2007) e por Wesig e Nevelling, em Saracevic (1996), é demonstrada pela necessidade de se pensar uma Ciência emergente, que propõe a aproximação e convergência de diversas disciplinas científicas e que estude a informação não apenas como uma questão técnica ou formalista, mas uma questão política que incide sobre a sociedade (ARAÚJO, 2014).

Nesses termos, a compreensão proposta de informação, como objeto, e da Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento, no presente trabalho, abordam os novos campos e relacionamentos entre conhecimentos que permeiam o mundo. Propõe-se, por conseguinte, reinterpretar o objeto por meio de um paradigma sócio crítico, a partir do qual o objeto em si não é responsável por suas próprias interpelações, mas um conjunto estruturante, extrínseco ao objeto, é capaz de caracterizá-lo e dar suas vestes.

Para tal, até o presente momento, o trabalho dedicou-se a debater as principais evoluções do regime de acumulação do capitalismo no pós-1970, evidenciando o crescimento da importância das TIC nesse processo, em uma economia mundializada. Em consequência, a informação, sobretudo tecnológica, adquire um papel estratégico no capitalismo, devido ao seu uso e reuso em sistemas informacionais ou banco de dados que se retroalimentam em torno da

riqueza financeira. Não só empresas, contudo, adquirem esses contornos, mas os Estados passam a articular a informação, reificadas em dados, como elemento estratégico da cena geopolítica e econômica. Dessa maneira, a presente pesquisa dedica-se no capítulo 4 a analisar as políticas de acesso à informação e a dinâmica mercadológica da informação no interior da cena estatal, a fim de desvelar os motivos e as consequências imediatas das políticas e acordos para acesso e uso informacionais. Após essa etapa, o estudo dedica-se, no capítulo 5, a analisar o recorte de classe presente no uso do acesso à informação a fim de demonstrar que a informação não é um atributo isolado das questões que envolvem o regime e a assimetria informacionais, postos em um contexto situado e histórico de evolução do capitalismo. O estudo, portanto, abre novas possibilidades de análise ao trabalhar com a informação não mais com o tradicional encantamento às TIC da CI, como afirmam Figueira e Schneider (2018), mas com postura crítica, visando buscar a essência das determinações informacionais.

3.3 Considerações sobre a informação-mercadoria e o estudo da informação no interior das relações capitalistas

Este capítulo pretendeu redimensionar o objeto informação em uma nova abordagem no campo da CI. Neste sentido, por se tratar de uma pesquisa com perspectiva crítica, o estudo parte das contradições macro, sintetizando um complexo quadro da economia política e sua relação com a informação, ao atrelá-la ao processo de acumulação do capital e desigualdade ou regime desigual. A partir da DIT, países centrais articulam, por meio dos polos industriais e tecnológicos, os fluxos e dinâmicas que determinam os rumos dos IED e os serviços de TIC. Há, neste sentido, uma disparidade no contexto global que determina a geração de riquezas dos países e incide sobre a distribuição desigual, não só de investimentos, recursos e capitais, mas de informação. É importante esclarecer, contudo, que em uma economia mundializada a riqueza capital não reside, necessariamente, nos países de origem das corporações, e caso esteja alocado nestes países isto não representa que a nação possui o capital. O que se pretendeu demonstrar a partir dos gráficos é que a história da sociedade reflete no contexto de desigualdade atual, ou seja, países historicamente atrelados ao processo de acumulação do capital no capitalismo industrial pertencem hoje a um seleto grupo que abriga a maior parte da riqueza capital ou onde os fluxos de capital têm sua origem ou destino. Quando se estabelece, em síntese, “países centrais” ou “países capitalistas centrais”, os termos agem como uma metonímia em torno de

um processo histórico que os colocam na hegemonia global por serem países chave para a acumulação de capital.

A partir do exposto, a informação tecnológica, como elemento apropriado do capitalismo, importa a dinâmica capitalista e ao se materializar enquanto “mercadoria”, a despeito dos contrapontos nessa abordagem. Esta assunção da informação enquanto mercadoria leva a CI a requalificar seu objeto, tratado aqui a partir da dualidade entre paradigmas “físico”, que o eleva à materialidade e o social, e o paradigma social, que interpõe discursos e formas sociais à determinação da própria informação. Deste modo, a Ciência da Informação, no presente estudo, reconhece a materialidade da informação reificada e reconhece seu objeto com determinações históricas e sociais que revestem todos os produtos superestruturais humanos. Nestes termos, a CI toma papel de preponderância ao tratar desta nova informação de acordo com meandros científicos da própria área, sem, contudo, deixar de prescindir de abordagem multidisciplinar.

4 POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO, ESTADO E MUNDIALIZAÇÃO DA POLÍTICA INFORMACIONAL: NA ROTA DAS POLÍTICAS TRANSNACIONAIS

As políticas públicas de acesso à informação, enquanto produto de debate sobre a regulamentação do direito à informação pública, constituem-se como uma das bases sobre as quais se constroem o discurso de ampliação da transparência das democracias atuais. Contudo, se hoje há consenso sobre a necessidade da responsabilidade da administração pública e da transparência enquanto premissas de governo, em décadas anteriores, a prerrogativa era o sigilo internacional.

No âmbito internacional, a gênese do processo de regulamentação do direito à informação e de transparência pública, assim como o conceito de *accountability*, está associada ao movimento de reorganização dos Estados democráticos liberais e de estímulo à disponibilização de informações, intensificados após a Segunda Guerra Mundial (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009), e principalmente com o fim da Guerra Fria. Para compreender, contudo, o cenário atual tendo como horizonte as políticas de informação, faz-se necessário demarcar o conhecimento produzido acerca da política pública.

Além de ser uma área pouco explorada na CI, o estudo das políticas de informação contribui para compor quadro de estudo na área, de maneira a despertar a necessidade de protagonismo na Ciência da Informação na proposição, análise, avaliação e mediação das políticas públicas. Além disso, como apontado anteriormente, o estudo das políticas públicas de informação auxilia na compreensão global da informação, seu regime e assimetrias oriundas da distribuição desigual de poder pelo mundo, quadro típico do desenvolvimento das relações capitalistas. Ao se afirmar isso, o estudo das políticas de acesso à informação, segundo viés crítico, advoga a necessidade de compor quadro analítico suficientemente amplo que desvela a informação no interior do jogo geopolítico e econômico e retira o imobilismo do encantamento da área, não só às TIC, mas às leis de acesso à informação, sem tirar eventuais méritos que as legislações possam ter. Desse modo, apela-se por um novo objeto, que ao ser tomado como “mercadoria”, imbrica-se com a política de Estado em um quadro de desigualdade sistêmica.

Neste capítulo o trabalho dedica-se a a) compreender políticas públicas no interior do Estado Capitalista, a partir de conjunto teórico crítico e de metodologias programáticas do campo das políticas públicas; b) situar o estudo das políticas informacionais na CI e determinar historicamente as legislações de acesso informacional do Estado Brasileiro; c) estabelecer relações entre leis de acesso à informação nos países em desenvolvimento e IED; d) realizar

análise de políticas públicas da Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/2011 (BRASIL, 2011) –, com ênfase no exame da *agenda setting*.

4.1 Campo das políticas públicas e o estado capitalista

O conceito de política pública não possui definição única, uma vez que compõe um saber multidisciplinar, cuja teoria visa sintetizar conjunto teórico construído na Ciência política, Economia e Sociologia (SOUZA, 2006). Em síntese acerca do conceito, Souza (2006) considera a área da política pública como campo que almeja, de maneira simultânea, colocar os governos em ação, propondo analisar essa ação (variável independente), e se for o caso, apresentar alternativas ou sugerir rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Araújo e Rodrigues (2017) definem políticas públicas como objetos multidimensionais que se realizam e desenvolvem em variados níveis de decisão e/ou ação (local, regional, nacional ou transnacional); e que envolvem diferentes atores que se articulam em quadros institucionais e políticos de modo a resolver determinado problema político e/ou determinada questão de distribuição de poder e de recurso. Nesse sentido, as definições de *policy*²⁷ orientam, conforme Souza (2006), a atenção à arena de embate em torno dos interesses e ideologias, ou seja, os próprios governos. Serafim e Dias (2012), apegando-se ao conceito de Dye (1976), asseveram que o conjunto de políticas públicas não deve ser compreendido somente como o que o Estado faz, mas também o que deixa de fazer. “Suas ações - ou inações - refletiriam os comportamentos dos atores que nele atuam” (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 124).

Segundo Parada (2006), governos podem ser análogos a instrumentos para a concretização de políticas públicas, pois dependem de resultados produzidos pelo conjunto de políticas em dado campo. Por esse motivo, Parada (2006) ressalta a utilidade em se estudar políticas públicas uma vez que, por meio delas, é possível analisar aspectos da política – em sentido amplo – que vão desde a discussão da agenda pública, até eleições entre diversos candidatos e atividades da oposição em um governo, por exemplo.

Frey (2000) pondera, contudo, que a acepção, criação e desenvolvimento de políticas públicas, ou *policies*, são pensados a partir da realidade e experiência dos países desenvolvidos ou capitalistas centrais. Por isso, o autor defende a ideia de que as particularidades “socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas

²⁷ Dimensão material: “Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000, p. 217).

apenas como fatores específicos de ‘polity’²⁸ e ‘politics’²⁹, mas é preciso adaptação do conjunto de instrumento de análise de políticas públicas [...]” (FREY, 2000, p. 215-216, grifos do autor). Nesse aspecto, o presente estudo diferenciou-se dos demais ao considerar a incongruência de análise de políticas públicas realizadas nos países periféricos, assim como assinala Frey (2000), e propor novos olhares sobre as políticas de acesso à informação.

Partindo da análise de Frey (2000), é importante assinalar que o estudo de políticas públicas no âmbito do Estado capitalista impõe condições ao trabalho de pesquisa. Em primeiro lugar, torna-se contraditório analisar as *policies* isoladas de determinações históricas, políticas, sociais e econômicas, além da própria atuação do Estado como legitimador das relações sociais do capitalismo. Em segundo lugar, contudo, o papel do objeto políticas públicas ganha vida no interior da dinâmica estatal, tanto no que concerne à agenda e ao jogo de interesses e conflitos que antecedem a formulação, quanto a sua implementação. As políticas públicas, portanto, inserem-se no contexto de disputas e negociações pelo poder. Por esse motivo, o estudo das políticas públicas de acesso à informação brasileiras deve respeitar aspectos concernentes à condição de país em desenvolvimento, no cenário capitalista.

Um dos principais teóricos críticos sobre tema, Marx estabelece que o Estado não é um poder extrínseco, imposto sobre a sociedade, assim como não pode ser considerado “realidade da razão”, como interpreta Hegel (ENGELS, 1941). “O Estado, para Marx, é produto de uma sociedade em um estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos [...]” (ENGELS, 1941, p. 155). Contudo, a fim de que essas contradições não findem as classes com interesses econômicos dicotômicos e a própria sociedade, o poder político do Estado surge como mediador do conflito, mantendo-o no limite da ordem (ENGELS, 1941).

Harvey (2005, p. 80) acrescenta que o Estado é criado a partir da contradição posta entre os interesses particulares e os da comunidade: “da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação [...]”, por meio de mecanismos particulares, como o poder de tributação, a lei e o poder de coação ou violência. O papel do Estado, além disso, cria outra noção contraditória: ao passo que a classe dirigente do Estado exerce seu poder a partir de seus interesses, ao mesmo tempo, a classe dominante afirma que

²⁸ Dimensão Institucional: Refere-se “à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo” (FREY, 2000, p. 216).

²⁹ Dimensão Processual: “tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição” (FREY, 2000, p. 216-217).

suas ações, políticas e leis são para o bem de todos os componentes sociais. Essa contradição é superada, conforme Harvey (2005) a partir de duas estratégias:

- a) expressar o domínio por meio de instituições que a manifestam, as quais devem parecer autônomas em seu funcionamento. Em outras palavras, os funcionários estatais devem se manifestar e apresentar como órgãos sociais, localizados em esfera superior à própria sociedade;
- b) conectar ideologia e Estado: os interesses da classe dirigente são reproduzidos como interesse geral, o que universaliza as próprias ideias dominantes. Todavia, tais ideias necessitam da aceitação universal. “Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivesse uma existência autônoma. As noções de ‘justiça’, ‘direito’, ‘liberdade’ são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe” (HARVEY, 2005, p. 81, grifos do autor).

Segundo o Grupo de Análise de Políticas de Inovação (Gapi) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2002), a visão marxista de Estado sugere a influência da economia na ação política e analisa a estrutura estatal como meio para manutenção da sociedade de classes. É importante destacar, ainda, que há diferentes análises associadas ao Estado, no marxismo, como demonstra o Apêndice B, inspirado na análise da Unicamp (2002), e Apêndice C, produzido a partir da análise de Fleury (2004).

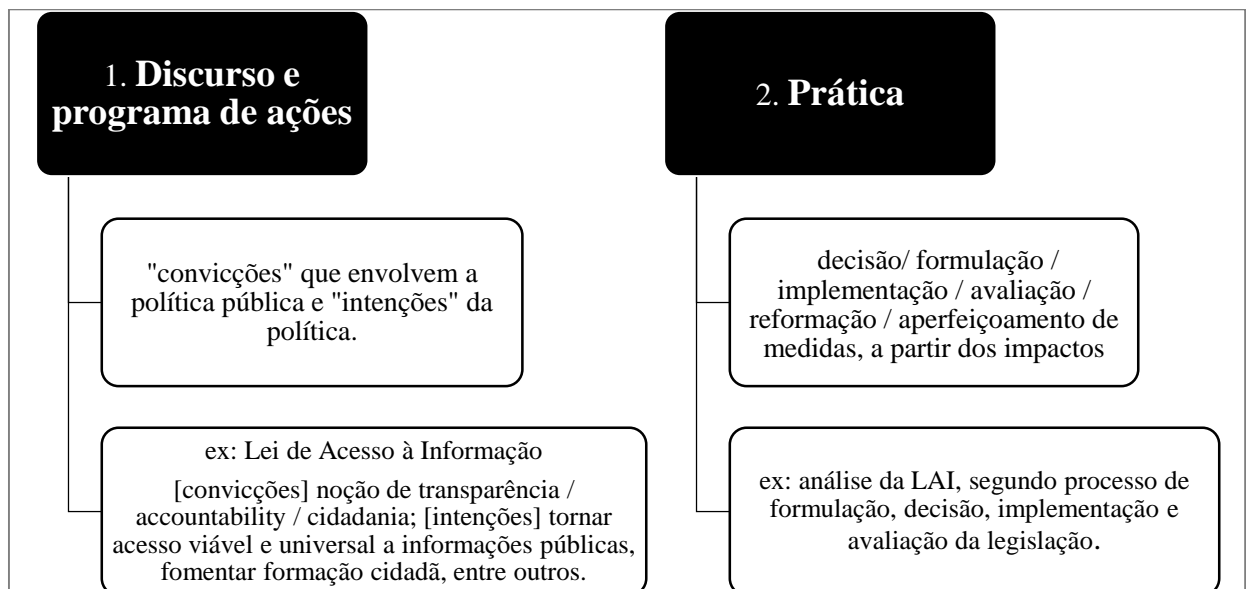
Ao adentrar tanto o campo de análise de políticas públicas, quanto de estudo do Estado, é possível constatar que não há unicidade quanto a métodos e a formas de compreensão, mas o próprio caráter multidisciplinar corrobora a hipótese de que a análise está pressuposta ao objeto do estudo. No entanto, o presente trabalho apoia-se na acepção do Estado como indissociável à organização da sociedade capitalista, já que o próprio Estado “é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, [...] ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele” (MARX, 2011, p. 148). Para o estudo das políticas públicas no interior do Estado Capitalista, realizou-se mapeamento histórico compreendendo a política pública de acesso à informação como objeto dinâmico do próprio Estado na organização social.

4.2 Análise de políticas públicas e mapeamento histórico das políticas públicas de acesso à informação

Para se realizar a análise de políticas públicas de acesso à informação no contexto do Estado, faz-se necessário o mapeamento histórico da política de acesso à informação, com o objetivo de desvelar as limitações da atuação estatal em favor de todas as classes. Esse pensamento, contudo, propõe às ciências sociais a permanente crítica política no sentido de superá-las enquanto determinações de classe e que, por isso, não pode ser encarada como uma teoria “imobilista” ou “paralisadora”.

Em uma perspectiva programática e pragmática, para Tanezini (2004), a análise de qualquer política pressupõe abordagem teórica e empírica articuladas. Por isso, “o papel do analista de políticas [...], nesta perspectiva dialética, é confrontar o discurso (a convicção) e o programa de ação (conjunto de intenções) com a prática [...], a partir de seus impactos (objetivos e subjetivos)” (TANEZINI, 2004, p. 22), como o modelo da Figura 9 demonstra. É importante esclarecer que a proposta analítica de Tanezini (2004) não se insere na perspectiva crítica, mas contribui para o desenvolvimento de análises alinhadas com o campo específico das *policies*.

Figura 9 – Síntese do papel da análise das políticas sociais, aplicada à Lei de Acesso à Informação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos estudos de Tanezini (2004).

Nesse contexto, o presente trabalho partiu do estudo da elaboração das políticas públicas, no que se refere às influências envolvidas na colocação da agenda³⁰ – *agenda setting*

³⁰ Conforme Fuks (2000) e Locks (2014, p. 46), a construção da agenda é social, “um processo pelo qual problemas e suas possíveis soluções adquirem ou perdem atenção pública, através da interação entre uma enormidade de fatores, como as ideias, os atores, as instituições e o governo. Se a agenda é uma construção social, existem disputas entre grupos pelas possibilidades de interpretação dos problemas e, conseqüentemente, da sugestão de alternativas, o que faz as políticas públicas serem o resultado de complexas interações e acomodações de

– (MULLER; SURUEL, 2002), passando pela formulação das políticas de acesso à informação – Lei de Acesso à Informação (LAI) – para, posteriormente, se dedicar a algumas dimensões de avaliação da política de acesso à informação, ao se lançar olhar sobre os impactos que a política tem sobre contexto socioeconômico, desvelando algumas contradições do Estado. No ciclo de análise das políticas públicas, uma abordagem funcionalista, como mostra a Figura 10, a *Agenda Setting* é considerada um dos pontos de partida das *policies*, que são influenciadas por atores sociais distintos. Segundo Fuks (2000), a agenda é responsável por conduzir o debate público ao centro do campo de investigação. As questões que envolvem a definição de assuntos públicos da agenda são “1) como surgem novos assuntos públicos e por que alguns (e não outros) ascendem às arenas públicas e ali permanecem (ou não); 2) que atores participam do processo de definição de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p. 80).

Figura 10 - Ciclo das políticas



Fonte: Adaptado de Knill e Tosun (2008, p. 10).

O estudo da agenda realizada pela pesquisa não está associado à identificação de todos atores que interagem e negociam para a formulação da política, mas razões estruturais que levaram o Estado a desenvolver as legislações de acesso informacional. Cabe considerar, antes de tudo, como já mencionado, que as políticas públicas de informação na América Latina,

forças”. Segundo Knill e Tosun (2008) a agenda constitui uma das primeiras fases da criação de políticas, uma vez que diz respeito à identificação de um problema público, que requer atuação do Estado. Contudo, embora se tenha muita demanda e que exista muitos problemas, poucos são os temas que receberão atenção oficial de legisladores e executivos. Os problemas públicos escolhidos pelos decisores constituem a agenda política, que é uma importante fonte de poder, já que a decisão sobre sua viabilidade pode ser social e econômica, mas também político, cultural e/ou ideológico (KNILL; TOSUN, 2008). Schattschneider (1960) afirma que os grupos desfavorecidos, para possuírem meios de formar e terem acesso à agenda, precisam expandir o "escopo de conflito".

segundo Cubillo (2003), nunca conseguiram ter espaços preferenciais na agenda dos governos e por isso os países latinos não apresentam quadro complexo e diversificado no tocante à regulamentação da informação pública.

No campo da Ciência da Informação, Freire e Rego (2016, p. 50) ponderam que o entendimento de política de informação está em construção e “o que se tem atualmente são conceitos amplos que exprimem a marca da Ciência da Informação, porém isso traz consigo alguns desafios”. González de Gómez (2002, p. 27) reforça o pressuposto de que a política informacional surge como domínio relativamente autônomo, mas acresce que “o nexo da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico”, tornando-se cada vez mais importante a nível internacional e geopolítico. No Brasil, as primeiras políticas de informação foram criadas nos anos 1950, com foco no crescimento tecnológico. González de Gómez (2002, p. 28), além disso, corrobora Cubillo (2003) e afirma que, nesse novo contexto, “apesar de muitos e importantes esforços, a formulação das políticas de informação não consegue o sucesso esperado nos países em desenvolvimento”.

A respeito das políticas informacionais, sobretudo as que possuem como conteúdo o controle, acesso e fomento à informação, convém observar o histórico das políticas informacionais no Brasil como fruto da análise acerca da elaboração das políticas e a *agenda setting* envolvida nesse processo. É importante destacar que embora a investigação das influências que acometem os temas que ascendem à agenda governamental e que se transformam em política não tenha se iniciado na perspectiva pluralista de análise de políticas públicas, os trabalhos de Dahl (1956, 1961), um dos representantes dessa escola, são marcos nos estudos da *agenda setting* (BRASIL; CAPELLA, 2015). O presente estudo, contudo, difere-se da teoria pluralista ao analisar que a emergência de tema não ocorre pela perspectiva democrática, mas por um conjunto de fatores impulsionados pelas classes diretivas do processo estatal e, conseqüentemente, ligada a interesses de classe, aproximando-se da escola Elitista quanto à perspectiva, mas distanciando-se quanto aos fundamentos.

4.3 Política brasileira e a informação no contexto pós-guerra

As políticas de acesso e fomento à informação pública no Brasil configuram-se como segmento que adquire contornos sensíveis às mudanças estatais e de governo nos períodos da

ditadura militar e que a sucede. Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 4) afirmam que as políticas de informação ganharam traços mais nítidos, enquanto tema governamental, após a Segunda Guerra Mundial, em especial nos países capitalistas centrais.

O aparente desenvolvimento e ampliação das economias nos anos posteriores à Guerra Mundial, impulsionadas pela reorganização dos países capitalistas centrais no que ficou conhecido como Guerra Fria, deu margem ao avolumamento das tentativas de consolidação de zonas de influências destinadas a potencializar a capacidade de reprodução e acumulação do capital. A Era de Ouro, como denomina Hobsbawm (1995), possibilitou a formação de uma economia mundial única, que atuava de modo a transcender as fronteiras fixadas pelos Estados – ou seja, operando de maneira transnacional – e as barreiras ideológicas estatais. Dessa forma, os governos passam a construir políticas nacionais de informação associadas à Ciência e à Tecnologia (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; MARQUES; PINHEIRO, 2011). Nos anos 1970 as políticas públicas da área destinam-se à disseminação de informações em redes enquanto crescem os debates e preocupações sobre temas relacionados à direitos autorais, proteção de conteúdos e segurança da informação e de dados (MARQUES; PINHEIRO, 2011).

No mesmo período, a onda de golpes de Estado que se sucederam nos anos 1960 e 1970 na América Latina manifesta o novo estágio da política externa estadunidense, que passa a apoiar um conjunto de ideias com princípios totalitários (DOCKHORN, 2014, p. 468), tendo visando à manutenção da “prosperidade” do capitalismo mundial. O golpe de 1964, no Brasil, se deu a partir de uma “ampla coalizão de interesses nacionais somada à ativa participação dos Estados Unidos e do capital multinacional” (DOCKHORN, 2014, p. 476).

Somado a esse contexto, o Estado, sob a chancela do capital financeiro, promoveu a abertura, em respostas às crises, ao capital externo e manteve economia atrelada às necessidades da mundialização do capital. Nesse momento histórico, a importação, pelos países latinos, de Tecnologia coincidia com a desnacionalização da indústria das nações periféricas; ampliação da expropriação por parte das multinacionais e o crescimento da dependência da importação da tecnologia dos capitalistas centrais (GALEANO, 1978).

Concomitante ao processo de dependência e “mundialização estatal”, observou-se a ampliação dos esforços em garantir a hegemonia de grupos privilegiados a partir da centralização e desenvolvimento das TIC e no monopólio da informação. Respondendo a esse movimento, dentre as estruturas governamentais responsáveis pelo controle da informação no Brasil, destacava-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) – Lei nº 4.341 de junho de 1964 – que incorporou o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (BRASIL, 1964) e

que, segundo Quadrato (2012), além de coletar e armazená-las, utilizavam as informações para uso da repressão e censura no país. O SNI capilarizava suas ações entre agências regionais, divisões de segurança, órgãos públicos e autarquias federais, legitimando o que se convencionou chamar de Ideologia da Segurança Nacional (COMBLIN, 1980). Rangel e Pimenta (2016) lembram que o objetivo do Serviço Nacional de Informações residia na coordenação e gestão as atividades de produção informacional, de contrainformação, e controle da circulação informativa no território brasileiro, a partir de ramificações e/ou extensões do próprio SNI, em cada um dos ministérios – por meio das Divisões de Segurança Interna – e em órgãos públicos ou autarquias, graças aos serviços das Assessorias de Segurança e Informação.

O esforço pelo monopólio e vigilância da informação, que subjazia à condução governamental brasileira, fazia parte do programa transnacional de mapeamento informacional tendo em vista o desenvolvimento e controle científico, das seguranças nacionais e da pesquisa tecnológica para fins comerciais capitalista. Rangel e Pimenta (2016, p. 7) afirmam que, de 1964 a 1985, um novo regime informacional estabeleceu-se no país, por meio de vetos e censuras do Departamento de Ordem Social e Política. Após o período, “novas aplicações aos conceitos de vigilância e contrainformação são apresentadas, alicerçadas no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação”. Ainda na década de 1970, a Comunidade de Informações é formada, composta por serviços secretos das Forças Armadas, o SNI, a Comissão Geral de Investigações, as Divisões de Segurança dos ministérios, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e os serviços de informações das Polícias Militares.

O governo brasileiro, imbuído a uma crise “importada” nos anos 1970, por razões internas e externas, com onerosas dívidas, aprofundamento da desigualdade social e poucos recursos, passou a aderir ao discurso internacional, liderado pelos Estados Unidos de abrandamento e abertura políticos (DOCKHORN, 2014). As determinações e políticas relacionadas à informação, dessa forma, passam a se conformar com o discurso internacional de distensão em relação à Guerra Fria e em favor a governos democráticos liberais. Jardim, Silva e Nharreluga (2009) destacam a atuação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) nas decisões internacionais ao indicar, nos anos 1960 e 1970, as bases para o Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST). Em 1972, quando o programa internacional da UNISIST é lançado, a UNESCO promove a união das forças nacionais para a consolidação de propostas de cooperação voluntária mundial visando à promoção do acesso e uso da informação para superação das brechas científico-informacionais entre os países ricos e pobres (JARDIM, 1995; JARDIM; SILVA;

NHARRELUGA, 2009). Os Sistemas Nacionais de Informação (NATIS), colocados em prática pela UNESCO, em 1974, constituíram-se como desdobramento da UNISIST.

A partir dessas transformações e das prerrogativas internacionais, o Estado passou a agente no processo de implementação e elaboração de política informacionais, tendo como domínio do seu exercício a ciência e a tecnologia (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002). No entanto, para a autora, países em desenvolvimento, como Brasil, não conseguem obter êxito, quanto aos esforços para implantação e formulação de políticas informacionais. Esse fato pode ser justificado a partir da compreensão do papel brasileiro na Divisão Internacional do Trabalho, como tratado anteriormente. González de Gómez (2002, p. 31), assinala, contudo que o desenvolvimento das TIC e a necessidade de infraestrutura informacional³¹ alterou a o caráter decisional das políticas informacionais, o qual “seria recuperado em meados da década do [19]90, mas circunscrito agora aos programas de institucionalização da Internet e da universalização do acesso a suas aplicações e serviços”. É nesse contexto último que as políticas destinadas à disponibilização de informação pública por plataformas digitais e em rede tomam corpo e passam a sensibilizar organismos supranacionais, que também dependem dessas informações para fazer circular o capital e investimentos indiretos em países periféricos e centrais.

4.4 Políticas públicas de acesso à informação e reabertura democrática: agenda internacional para investimentos externos

A reabertura democrática brasileira, articulada por setores da elite política e econômica, alargou-se, sobretudo, a partir da consolidação dos trabalhos da Assembleia Constituinte e da consequente aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF), que estabeleceu garantia de direitos que até então não pertenciam ao conjunto de artigos dos documentos anteriores.

A CF assegurou, em âmbitos gerais – alinhando-se aos princípios internacionais que reconheceram a necessidade da participação limitada à representação na democracia liberal e de informação pública, em termos jurídicos e como mecanismos de proteção dos direitos –, o acesso à informação e o direito de participação por meio leis de iniciativa populares, além de dispositivos relacionados à liberdade de manifestação e opinião (direitos individuais), direito à greve e manifestação (direitos sociais e trabalhistas) dentre outros.

³¹ “Considerado isoladamente, em seu sentido mais amplo, ‘infraestrutura de informação’ designa a convergência das tecnologias comunicação, telecomunicação e informática, tendo a Internet como principal locus de realização dessa convergência”. (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2002, p. 32. Grifo da autora).

O artigo 5º, inciso XXXIII, que abre precedente para as formas de oferta à informação, assegura que os cidadãos têm direito a informações de órgãos públicos, que são prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, com exceção das informações sigilosas (BRASIL, 2017). Já o artigo 216, além de estabelecer uma série de produções culturais materiais e imateriais como bens e patrimônios públicos, imputa à administração pública a responsabilidade da gestão da documentação governamental de patrimônios, bem como o dever de franquear formas de consultas e acesso a esses documentos e informações. Além desses, o parágrafo 3º do artigo 37, emenda à Constituição cuja redação data de 1998, disciplina a forma de participação dos usuários na administração pública, ao regular, sobretudo, “o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos do governo [...]” (BRASIL, 2017, p. 50).

Alguns outros dispositivos contidos na constituição mencionaram a importância dos serviços de informação ou dedicam-se a tornar o serviço um direito, mas não há outro parágrafo ou inciso cujo objetivo resida em regulamentar ou dar providências a regras formais de acesso à informação pública, o que será feito pelas legislações vindouras. A produção da Constituição Federal de 1988, no que concerne o direito à informação pública, pode ser considerada o passo nacional em direção à consolidação de legislações informacionais em torno da reabertura democrática liberal.

É importante considerar, no entanto, que até a promulgação da Carta Magna, alguns acordos e protocolos supranacionais são retomados e passam a influenciar o ideário liberal e libertário da constituição, como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enfatiza o direito de se receber e transmitirem informações, no imediato pós-Guerra, o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, adotado na XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, e vários outros acordos, a partir da década de 1970, com desenvolvimento ampliado das TIC e as possibilidades por elas geradas, formalizaram os interesses transnacionais na iniciativa da informação pública.

Na primeira metade do século XX, o vice-presidente estadunidense Albert Arnold “Al” Gore Jr. durante governo de Bill Clinton (1993-2001) apresentou junto à *International Telecommunication Union* (ITU) o programa *Global Information Infrastructure* (GII), a partir do qual o conceito de infraestruturas e informação são associados à rede, mercado e globalização (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). A estruturação do GII se daria, segundo a autora, visando ao mercado e a produção de tecnologias, uma vez que a universalização do acesso informacional ocorreria pela compra de aparatos tecnológicos a preços mais acessíveis

e pela interoperabilidade, transportabilidade e padronização de produtos e serviços pela metrologia.

Liderando um modelo aberto e expansivo da “pax” globalizada, lançava-se uma convocatória de investimento nesse novo tipo de infra-estrutura que, diferente das redes viárias e territoriais, caracterizava-se por seu alcance global e sua capilaridade local, sua capacidade de ligar nações e domicílios, organizações poderosas e indivíduos anônimos, sem passar necessariamente pelas fronteiras instituídas: as geopolíticas, as institucionais, as disciplinares. [...] Renovar-se-iam, nas arenas da economia da informação, o projeto moderno de integração, reformulado na aposta de conjugação da democracia neoliberal, a “pax” global e os mercados concorrenciais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 30, grifos nossos ou grifos da autora???)

Em um mesmo ideário da GII, A Comunidade Europeia desenvolveu documento conhecido como *Bangemann report*, intitulado *Europa e a Sociedade Global*. O relatório assinala a ascensão da *Sociedade da informação*: “Sociedade indica a convocação dos atores da iniciativa privada para implementar as mudanças; ‘informação’ enfatiza as aplicações e conteúdos culturais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 31, grifos nossos ou grifos da autora). Nesse ponto, a vinculação entre oferta informacional e a privatização/iniciativa privada toma posse das possibilidades da informação no mundo pós-Guerra Fria. No mesmo período, surgem Organizações Não Governamentais que possuem investimentos, tanto de órgãos supranacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), quanto investidores interessados na possibilidade de abertura informacional, tais como a Transparência Internacional e a *Open Society Institute*.

O Brasil adere aos pressupostos internacionais, em confluência com os programas de países desenvolvidos a partir da plataforma de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que, em 1999, desenvolveu o *Livro Verde*, intitulado *Sociedade da Informação no Brasil*, cujo objetivo era fomentar, coordenar e criar programas e ações para uso das TIC visando processo de inclusão da sociedade brasileira ao paradigma informacional mundial. Nesse contexto, González de Gómez (2002) advoga em favor de uma constituição comunicacional e informacional faz críticas à privatização do público e estratégias comunicacionais do mercado, que adquirem contornos de forças contrárias ao acesso informacional e à relação entre política e informação. “Ao abandonar o papel de executor para se tornar um pretense ente regulador desse setor, o Governo perdeu o acesso e o domínio da

informação, dificultando a concepção de políticas públicas e a própria regulação do mercado” (MARQUES; PINHEIRO, 2011, p. 72).

Outras iniciativas supranacionais e acordos com pauta informacional podem ser destacadas, dentre as quais: a Declaração Interamericana de Princípios sobre a Liberdade de Expressão, assinada pelos países da Organização dos Estados Americanos (OEA), em outubro de 2000, que considerou a informação como direito fundamental do indivíduo, imputando aos Estados a obrigação de garantir o direito do exercício, uma vez que, desse modo, fortalecer-se-iam as instituições democráticas; e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2003 e assinada pelo Brasil no mesmo ano, a partir do qual se fortaleceu a relação entre disponibilização de informação da administração pública, transparência e combate à corrupção e se estabeleceu formalmente a ligação entre a transparência pública e o fomento da cidadania. Além disso, a UNESCO, como já citado, apresenta papel importante na consolidação da agenda mundial em torno da informação.

Segundo Ackerman e Sandoval (2007), o mapa de distribuição geográfica das leis de acesso à informação aponta para maior concentração das LAI em países desenvolvidos. Além disso, a cronologia de aprovação e sanção das legislações apresentam ritmo acelerado a partir do final da década de 1990. “Quase dois terços de todas as LAI existentes foram aprovadas a partir de 1999” (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007, p. 24), aprofundam-se e aperfeiçoam-se a partir das décadas seguintes.

Em 2011, o Brasil assinou a *Declaração de Governo Aberto*, dos países membros da *Open Government Partnership* (OGP), um dos mais importantes movimentos de transparência pública, cujos fundadores foram o próprio Brasil, África do Sul, Estados Unidos, Indonésia, Filipinas, México, Noruega e Reino Unido.

O conjunto de nação que compõe o OGP tem como compromisso aumentar a disponibilidade de informações sobre a administração pública e os governos, apoiar a participação cívica, implementar altos padrões éticos e de integridade profissional na administração pública e ampliar o acesso às tecnologias visando à abertura e prestação de contas, reconhecendo a necessidade de abertura do governo e de maior participação cidadã. Além disso, o grupo possui quatro princípios que norteiam sua atuação – a) transparência; b) participação cidadã; c) *accountability*; d) tecnologia e inovação – a partir dos quais se referendam os planos de ação nacionais, os quais tem duração de dois anos. Os governos, após construção do plano, responsabilizaram-se em publicar anualmente o balanço de

comprometimento para execução das metas e são avaliados segundo o Mecanismo Independente de Avaliação. Fazem parte do OGP apenas nações que atendem aos critérios mínimos referentes à transparência fiscal, acesso à informação, participação cidadã e divulgação de declarações patrimoniais por autoridades. Atualmente, 75 países são membros do OGP.

No âmbito internacional, a assinatura do OGP representa, na atualidade, um dos principais passos para a consolidação do direito, ainda que parcial, à participação nos governos e informação pública. Esse comprometimento assinado durante a convenção, contudo, em âmbito nacional não atuou isoladamente: o Brasil, nos últimos 20 anos, manteve-se empenhado na criação de mecanismos e instrumentos de informações, seguindo as tendências internacionais como apontado por Ackerman e Sandoval (2007) e mencionado na próxima seção.

4.5 Esforço nacional na implementação das políticas de acesso à informação e cidadania: agenda importada à política nacional

Após elencar alguns dos principais acordos transnacionais que envolveram o acesso à informação pública, no âmbito regulatório nacional, em convergência ao desejo internacional, o Brasil aprovou, em dezembro de 1998 a Lei nº 9.755, que destinou recursos para criação de site na *Internet*, com o título "contas públicas" para divulgação de dados referentes à administração pública (BRASIL, 1988).

Em 4 de maio de 2000, o país avançou nos quesitos relacionados a *accountability* ao aprovar a Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu normas de finanças públicas destinadas à responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000). A LRF foi o primeiro passo no caminho da construção de políticas que se destinaram à disponibilização de informações públicas e dados abertos. O esforço nacional pela transparência, o que passa a ser quesito de articulação para a promoção de clima para investimentos externos e convergência com as temáticas internacionais, se desenvolveu, em sua maioria, a partir da administração pública do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011- 2016). É nesse período que os principais indicadores econômicos apontam crescimentos em áreas estratégicas e em investimentos estrangeiros, sobre os quais a presente seção discorrerá.

Em 2003, a Controladoria-Geral da União (CGU), um dos órgãos responsáveis pela ampliação dos mecanismos de transparência, é criada. Por meio da CGU, a presidência da República passou a ser assessorada nos assuntos concernentes à defesa do patrimônio público, ao desenvolvimento da transparência e combate à corrupção. Um ano depois, em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal, o canal responsável por fornecer informações acerca dos recursos federais e suas destinações, foi lançado.

Os maiores avanços em relação à disponibilização da informação pública se concretizaram ao final da primeira década dos anos 2000 e a partir dos anos 2010. Em 2009, a Lei Complementar nº 131 alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando, dentre outros, que a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal disponibilize, em tempo real, as informações orçamentárias e financeiras para acesso da população (BRASIL, 2009). Além disso, a Lei Complementar estabeleceu que qualquer cidadão, associação ou sindicato e partido político é parte legítima no que concerne eventuais denúncias ao Tribunal de Contas e órgão competente do Ministério Público. Em maio de 2010, atendendo aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o portal da transparência passou a atualizar diariamente os dados sobre a execução orçamentária do Poder Executivo.

A Lei nº 12.527, aprovada em 18 de novembro de 2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamentou o direito e permitiu o acesso a dados e informações públicas dos três poderes republicanos, estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2011). Além disso, normas, regras e procedimentos foram estabelecidos com o objetivo de possibilitar o exercício do direito descrito na constituição de acessar informações. A LAI constitui-se, atualmente, como uma das políticas públicas de maior alcance e amplitude, uma vez que, apesar da necessidade do acesso às TIC para a realização da consulta e apropriação da informação, regulamentou a garantia na oferta de informação, bem como estabeleceu, na inobservância dos termos, a responsabilização dos órgãos públicos que não respondem às solicitações da população por meio do Serviço de Informação ao Cidadão ou que ignoram a possibilidade de relacionamento entre cidadão e entidade/órgão. Além disso, a Controladoria-Geral da União, em 2015, criou a metodologia de avaliação e mensuração da transparência de municípios e estados, conhecido como Escala Brasil Transparente, a qual incorporada à Lei de Acesso à Informação e aos serviços de informação mediados pelas TIC.

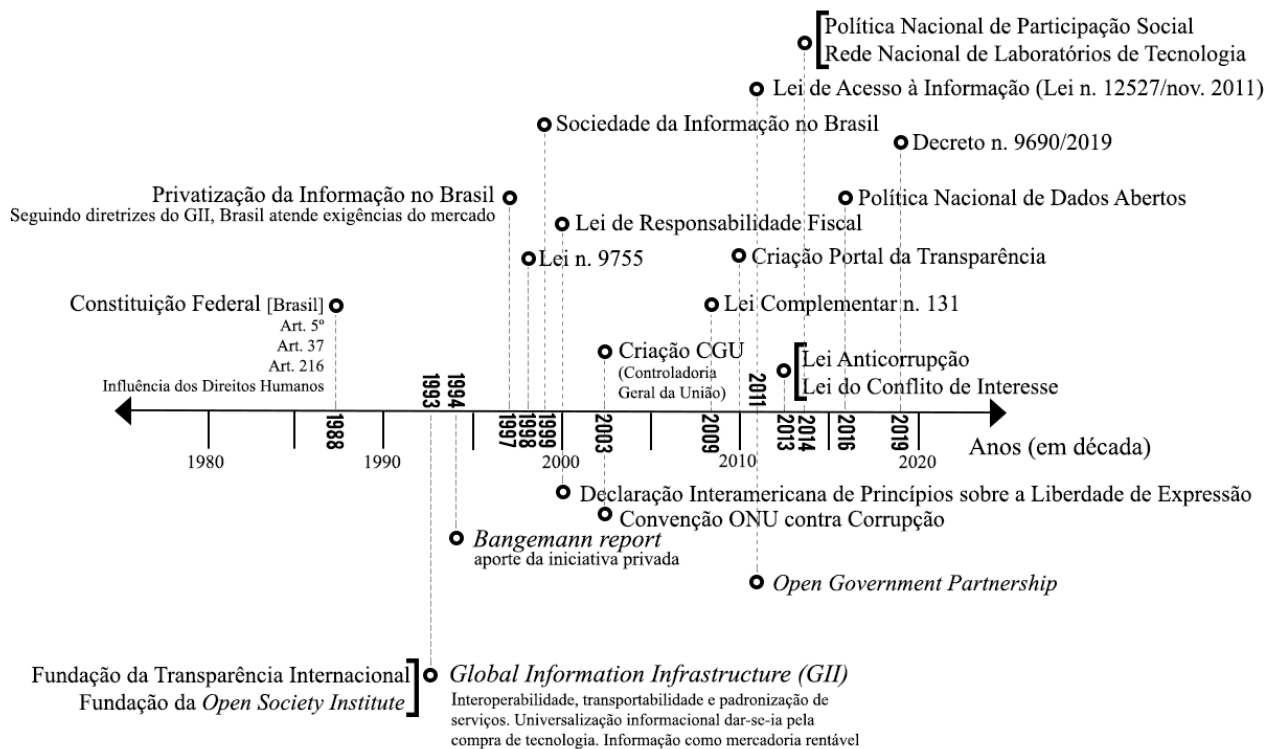
Outras legislações, tais como a Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – (BRASIL, 2013b), Lei do Conflito de Interesses – Lei nº 12.813/2013 que se dedicou a regulamentar e dispor sobre a responsabilização civil e administrativa de empresas ou pessoas jurídicas que

atentem ou pratiquem atos ilícitos contra a administração pública (BRASIL, 2013a) – e a Política Nacional de Participação Social, por meio do Decreto nº 8.243/2014, a partir do qual se instituiu, dentre outros, o Sistema Nacional de Participação Social, além de dispor sobre mecanismos de participação social (BRASIL, 2014); a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia, instituída em 2014, conjunto de laboratórios de tecnologia que atuam contra lavagem de dinheiro, por meio de compartilhamento de experiências e soluções destinadas à análise de dados financeiros, além da detecção da corrupção e lavagem de dinheiro e a plataforma Dialoga Brasil, de 2015, criadas como suporte à garantia do direito à informação, ao fomento da participação e do provimento ao combate à Corrupção.

Uma das mais recentes iniciativas do governo executivo federal consistiu no estabelecimento de regras para a disponibilização de dados abertos, isto é, dados que podem ser acessados, reutilizados, compartilhados e modificados, por meio da Política de Dados Abertos do Poder Executivo, implementada pelo Decreto nº 8.777/2016 (BRASIL, 2016). Além de permitir o aumento da transparência, e ampliar o alcance da avaliação e monitoramento dos recursos do executivo, a legislação possibilita o desenvolvimento de tecnologias com enfoque na gestão pública, participação e democracia atual (BRASIL, 2016). A implementação da política se dará mediante a execução de um Plano de Dados Abertos no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional.

Em síntese, as determinações sobre as políticas públicas de acesso à informação e democracia possuem ordenamento comum, já que os acordos internacionais, no geral, impulsionam as dinâmicas nacionais. A Figura 11 remonta o percurso das políticas de acesso informacional, bem como eventos importantes para a transparência dos governos.

Figura 11 - Linha do tempo dos principais acordos e políticas de acesso à informação dos últimos 30 anos



Se por um lado, os protocolos e convenções internacionais uniformizam e contribuem para que as LAI sejam aprovadas, por outro são realizadas sem nenhuma possibilidade de ampliação inicial da proposta de acesso informacional, muito menos levam em conta parâmetros e características singulares dos países em desenvolvimento.

Em janeiro de 2019, contudo, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, no exercício da presidência, assina o Decreto nº 9.690/2019 – alterando o Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2012) – que passa a a) permitir a competência da classificação “ultrassecreto” de informações e dados às autoridades de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) nível 101.6 ou superior³², e aos dirigentes de fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias; e b) permitir que autoridades de cargos do Grupo-DAS de nível 101.5 ou superior³³ ou de hierarquia equivalente possam classificar informações e dados como “secreto” (BRASIL,

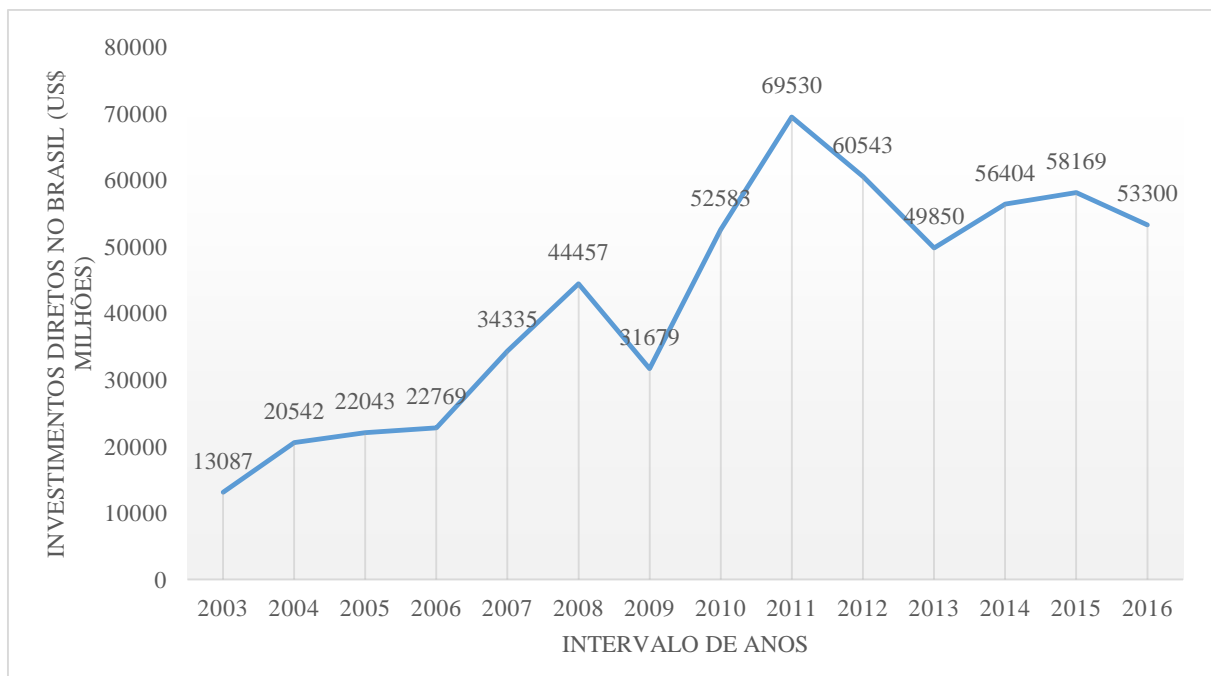
³² Grupo-Direção e Assessoramento Superiores nível 101.6: proventos mensais no valor de R\$ 16.944,90. Servidores Públicos e profissionais livremente indicados podem exercer essa função.

³³ Grupo- Direção e Assessoramento Superiores nível 101.5: proventos mensais no valor de R\$ 13.623,39. Servidores Públicos e profissionais livremente indicados podem exercer essa função.

2019). Essa nova orientação, em virtude da pressão popular, de organismos e instituições ligadas à transparência, foi revogada.

Ao lado da expansão de condições para a interferência do capital estrangeiro, a pauta do acesso à informação pública e a ampliação da democracia liberal auxiliaram na aclimatação no Brasil da agenda internacional. O ingresso de investimentos diretos no Brasil cresceu à razão do desenvolvimento das políticas de disponibilização de informações por parte dos poderes brasileiros, como o Gráfico 11 mostra.

Gráfico 11 - Ingressos de investimentos diretos no país (participação no capital) durante governo do Partido dos Trabalhadores (US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Banco Central do Brasil (2018).

A retração de IED em 2009 não foi um fenômeno brasileiro, mas sim mundial, embora não tenha ocorrido de maneira uniforme (ASSIS, 2010). O caso do Brasil, contudo, tornou-se emblemático devido ao esforço do governo em diminuir as taxas de juros a fim de aquecer a economia, no pós-crise de 2008.

Segundo Ribeiro e Silva Filho (2013), os investimentos advindos do exterior em determinada economia oscilam de acordo com fatores como infraestrutura do país, disponibilidade e oferecimento de recursos e ambiente institucional (facilidades para parcerias e negócios, proteção de direitos autorais, legislações, corrupção, informações seguras, entre outros), o qual as LAI impactam diretamente. “Análises empíricas sugerem ainda que o

tamanho dos mercados, seu ritmo de crescimento e seu grau de abertura ao comércio exterior são determinantes significativos para explicar os fluxos recebidos de IED” (RIBEIRO; SILVA FILHO, 2013).

É importante ressaltar que as condições econômicas, tais como o aumento de IED ou do PIB, não são afetadas apenas pelas questões que envolvem a política de informação, como elucidado, contudo faz-se necessário mencionar que o desenvolvimento da LAI e das demais leis podem ser interpretadas como um conjunto de ações que visam arregimentar investimentos em Estados e tranquilizar a agenda externa em torno da acumulação do capital. Não é à toa, como demonstra Ackerman e Sandoval (2007) que as recomendações internacionais tiveram resultados nos Estados em desenvolvimento a partir da década de 2000.

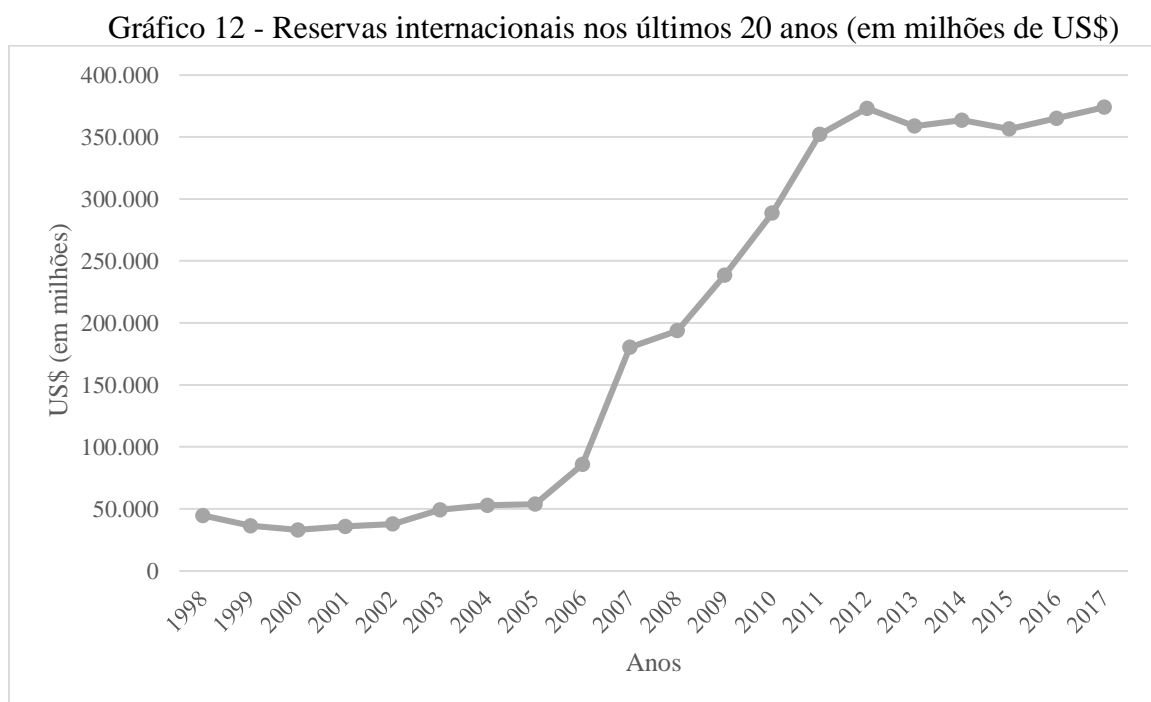
A permanente expansão e consolidação do capital-imperialismo exige a internacionalização das políticas públicas, dos processos de gestão, das regras e normas necessárias para fazer funcionar os sistemas de produção e de consumo em todo o território que atinge ou pretende atingir, de forma integrada e coadunada às necessidades do sistema produtivo total que ele próprio engendra. (RUMMERT; ALGEBAILÉ; VENTURA, 2013, p. 719).

Segundo Acyoli, Lima e Ribeiro (2011), as políticas públicas que auxiliaram a expansão do processo de internacionalização econômica e política se desenvolveram a partir de um padrão, dentre outros, descrito pelo *World Investments Report 2006*, que podem ser classificadas a partir dos seguintes parâmetros políticos:

1. **Apoio informacional, assistência técnica e outras orientações** (disponibilização de publicações, base de dados, facilitação de contatos, promoção de seminários, organização de missões oficiais; treinamento, serviços técnicos – como assistência legal, consultorias, estudos de viabilidade).
2. **Criação de *comfort zone*** (criação no país de destino do investimento de um *one stop point*, onde é possível o acesso facilitado a vários serviços num mesmo lugar).
3. **Instrumentos fiscais e tributários** (redução do custo dos projetos de investimentos no exterior, por meio de incentivos fiscais e isenções tarifárias).
4. **Instrumentos de mitigação de risco** (incluindo o risco político) (garantias de cobertura para casos de restrições a transferência de moedas e expropriações, frente às guerras civis e outras turbulências políticas).
5. **Instrumentos de financiamento** (disponibilização de linhas de financiamento específicas, empréstimos preferenciais, *finance*, *equity*, créditos de exportações).
6. **Acordos internacionais** (celebração de acordos por parte dos Estados, envolvendo países considerados prioritários para investir – geralmente tratados de proteção jurídica dos investimentos e eliminação da bitributação) (ACYOLI; LIMA; RIBEIRO, 2011, p. 13, grifo nosso).

As leis de informação pública assentam-se nos tópicos 1 e 6 dos parâmetros ressaltados pelos autores e que passam a nortear a ação dos países em desenvolvimento em torno da atração por IED. Outro exemplo sobre os contextos políticos e econômicos que delinearão o período de implementação das leis de acesso à informação é diagnosticado nas análises de Dowbor (2017). O autor demonstra que o alto lucro dos bancos não é revertido na atividade produtiva de bens e serviços, mas replicados no mercado financeiro, sobretudo na dívida pública e outros produtos financeiros ou aplicados no exterior, ao abrigo do fisco.

No tocante ao valor de ativos externos disponíveis ao Banco Central para financiamento, quando necessário, do balanço de pagamentos, intervenção no mercado de câmbios entre outros, nota-se uma evolução acentuada nas reservas internacionais do país entre 2006/2007 até atingir o pico de reserva em 2012, como mostra o Gráfico 12. Embora os números em reserva internacional no ano de 2017 tenha superado os de 2012, a elevação entre 2013 e 2017 dos ativos externos é menor do que a evolução positiva que ocorreu entre o período 2006/2007 e 2012.



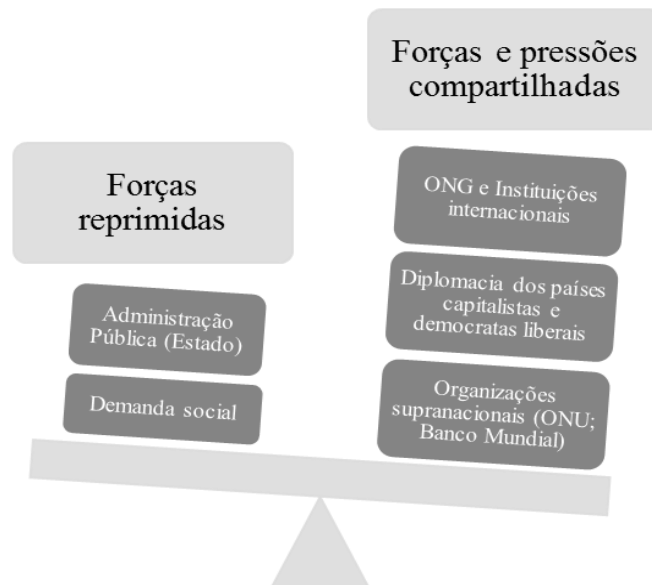
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Banco Central do Brasil (2018).

Ackerman e Sandoval (2007) desenvolveram diversas críticas às políticas de acesso informacional dos países em desenvolvimento, uma vez que, na visão dos autores, as LAI das nações periféricas são pensadas segundo interesses externos, dos países centrais. Há três

categorias de atores que tiveram influência nas políticas de democratização informacional e determinaram a agenda, na visão de Ackerman e Sandoval (2007), sobretudo no mundo em desenvolvimento, como mostra a Figura 12:

- a) as Organizações não Governamentais (ONG) e as fundações e instituições internacionais que concederam recursos às organizações civis, com histórico de luta em favor do acesso informacional. Os autores citam a influência do *Open Society Institute*, fundada por George Soros, investidor do mercado financeiro mundial, na formação da agenda na Europa Central e oriental, e que à época iniciava suas atividades na América Latina;
- b) a pressão diplomática desempenhada por países capitalistas centrais, tal como ocorreu com países da Europa que, para candidatarem-se a uma possível vaga na União Europeia, precisaram demonstrar credenciais liberais democráticas;
- c) as organizações internacionais e supranacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial, as quais passaram a pressionar os países em desenvolvimento, afim de melhorar o clima de investimentos e combater a corrupção, a abrir suas transações e informações ao exterior.

Figura 12 - Influências na agenda das leis de acesso à informação pública no mundo em desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse cenário de pressão internacional pode acarretar problemas a nível estatal. Isto porque o direito à informação pública torna-se menos importante em relação às necessidades

internacionais e do capital, tendo em vista que há relações entre as informações que um investidor possa ter a respeito de determinado governo e seu investimento no país. Nas palavras de Ackerman e Sandoval (2007, p. 46), a ênfase dada à concepção da LAI em países em desenvolvimento “é mais no acesso à informação do governo pelo setor privado do que por parte dos cidadãos comuns”.

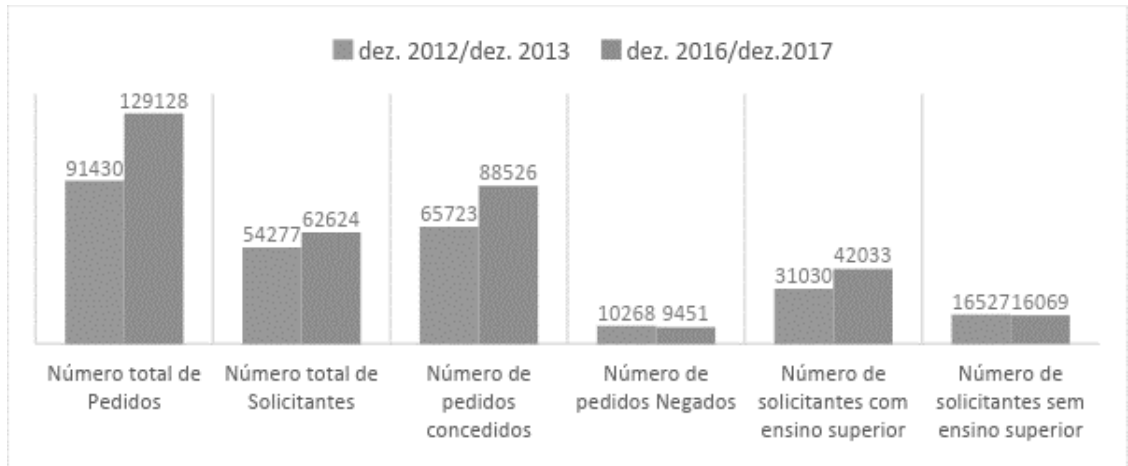
No cenário brasileiro há mais implicantes à LAI. Os dados coletados sobre uso da LAI, alvo do próximo capítulo, bem como as informações fornecidas pelo CGI (2018) dão conta que, apesar da agenda atualizada das leis de acesso informacional, em todos esses anos, os avanços do conhecimento e da informação em direção à classe popular ainda são diminutos. Nesses termos, a igualdade designada pelas leis de acesso à informação torna-se benefício somente daqueles sujeitos sociais cuja autonomia econômica e social permitem-lhes fruir legalmente de seus direitos.

Para efeitos de supervisão da LAI e amostra do que se afirma, o presente estudo levantou os dados absolutos do e-SIC para efeitos de comparação de relatórios em um período de cinco anos: o primeiro período entre dezembro de 2012 a dezembro de 2013 e o último analisado entre dezembro de 2016 a dezembro de 2017.

É possível afirmar, a partir da análise estatística, que o número de informações com acesso concedido em 2016/2017 é cerca de 35% superior em relação ao mesmo número do período de dezembro de 2012 a dezembro de 2013. Contudo, crescimento do número de respostas dos entes públicos classificadas como “órgão não tem competência para responder sobre o assunto” e “não se trata de solicitação de informação”³⁴ demonstram a incompreensão do cidadão em relação aos mecanismos de transparência e da LAI. No período 2012/2013, as duas categorias citadas apresentaram, juntas, 7.962 – cerca de 8,7% do total de solicitações –, enquanto que em 2016/2017 foram 17.182 – 13,3% do total de pedidos. O Gráfico 13 estabelece a comparação entre as demandas remetidas ao e-SIC em dois períodos distintos (dezembro de 2012/dezembro de 2013 e dezembro de 2016/dezembro de 2017)

Gráfico 13 - Comparação sobre a demanda da informação no e-SIC entre os períodos de dezembro de 2012/dezembro de 2013 e dezembro de 2016/dezembro de 2017

³⁴ Algumas tipificações de respostas que tiveram outro encaminhamento, que não fosse acesso concedido ou negado pelo e-SIC, não foram classificadas, no presente trabalho, como indicativo de desconhecimento. São elas, acompanhadas de justificativas: “informação inexistente” – as informações inexistentes não qualificam desconhecimento sobre a concepção e compreensão do órgão público ou da informação pública; “pergunta duplicada/repetida” – solicitação feita pela mesma pessoa mais de uma vez; “Encaminhado para o e-Ouv” – por se tratar de outro tipo de informação ou solicitação que foi encaminhada à ouvidoria eletrônica.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise da variação percentual anual das solicitações registradas pelo e-SIC demonstra aumento gradual e constante das categorias *Pedidos*, *Pedidos concedidos* e *Solicitantes com ensino superior e/ou pós-graduação*. Já as categorias *Pedidos negados* e *Solicitantes sem ensino superior* apresentaram, no decorrer do período analisado, queda percentual no número de entradas categorizadas no sistema e-SIC. O Quadro 4 mostra a evolução da variação percentual de cada período em relação aos dados do recorte temporal do anterior.

Quadro 4 - Variação Percentual das solicitações enviadas ao e-SIC entre 12/2012 e 12/2017

Variação percentual em relação aos dados do período anterior	V1 (12/2012 – 12/2013)	V2 (12/2013 – 12/2014)	V3 (12/2014 – 12/2015)	V4 (12/2015 – 12/2016)	V5 (12/2016 – 12/2017)
Pedidos	-	+4,48%	+13,36%	+9,20%	+8,49%
Solicitantes	-	-0,36%	+7,57%	+4,86%	+2,64%
Pedidos concedidos	-	+0,43%	+16,78%	+3,44%	+11,02%
Pedidos negados	-	+2,78%	-22,90%	+5,41%	+10,18%
Solicitantes com ensino superior e/ou pós-graduação	-	+7,67%	+13,09%	+6,35%	+4,59%
Solicitantes sem ensino superior	-	+2,71%	-2,67%	+1,39%	-4,08%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 5 apresenta a variação percentual entre o período de V1 (12/2012 – 12/2013) e V5 (12/2016 – 12/2017) e auxilia na análise das condições e no regime de informação aliado às TIC no Brasil e ao próprio Serviço de Informação ao Cidadão. Em termos numéricos, os pedidos realizados no e-SIC foram alavancados no período, assim como a quantidade de solicitantes com ensino superior e/ou pós-graduação. Em contrapartida, o percentual de solicitantes sem ensino superior caiu 2,77% no período, o que demonstra que as principais

tendências apresentadas pela evolução numérica devem-se em menor instância à maior parte da população – que não possui ensino superior – e em maior parte ao relacionamento entre e-SIC e o grupo de pessoas que possui diploma superior e/ou pós-graduação.

Quadro 5 - Variação percentual das solicitações enviadas ao e-SIC entre os períodos de 12/2012 – 12/2013 e 12/2016 – 12/2017

Categorias	Variação percentual dos números absolutos de V1 e V5
Pedidos	+40,31%
Solicitantes	+15,37%
Pedidos concedidos	+34,68%
Pedidos negados	-7,94%
Solicitantes com ensino superior e/ou pós-graduação	+35,4%
Solicitantes sem ensino superior	-2,77%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para efeitos de avaliação, os percentuais apresentados estão associados aos números absolutos coletados em V1 (2012/2013) e V5 (2016/2017). Contudo, a representação, a título de exemplo, da categoria “*Pedidos negados*” é diferente em V1 e V5, já que seu cálculo depende da relação existente entre a parte e o todo do próprio período. Para demonstrá-las, o Quadro 6 compara as relações entre categorias em um mesmo período entre V1 e V5. Quanto mais próximo de 1, maior é a representatividade ou relevância (peso) da categoria, dentro do total de solicitantes ou dos pedidos do período analisado.

Quadro 6 - Representatividade das categorias em V1 (12/2012 – 12/2013) e V5 (12/2016 – 12/2017)

Relação entre categorias	V1	V5
Solicitantes/Pedidos	0,593	0,4881
Solicitantes com ensino superior/Solicitantes	0,571	0,671
Solicitantes sem ensino superior/Solicitantes	0,304	0,256
Pedido negado/Pedido	0,189	0,073
Pedido concedido/Pedido	0,719	0,690

Fonte: Elaborado pelo autor.

A relação estabelecida, a título de exemplo, se dá a partir da razão entre solicitantes com ensino superior e o número total de solicitantes no período analisado. Embora todos os valores absolutos de V5 sejam maiores que os de V1, as categorias têm pesos distintos. Os percentuais e as relações de representatividade esclarecem a relevância dos grupos solicitantes com ensino superior e/ou pós-graduação em detrimento dos demais grupos solicitantes, categoria cujo

“peso” aumentou acima da média das demais, a despeito da queda de representatividade da relação Solicitantes/Pedidos.

Partindo para outra análise, mediante proposta de Ackerman e Sandoval (2007), as leis de acesso à informação diferem-se, nos países em desenvolvimento, conforme a) a cobertura da lei; b) as exceções em relação ao acesso a informações; c) a supervisão e monitoramento da legislação; d) a facilidade de acesso à informação. Nesse sentido, o Quadro 7 refaz a análise da Lei nº 12.527, de novembro de 2011, parametrizando-se pelos critérios propostos por Ackerman e Sandoval (2007). A análise descrita no Quadro 7 pode ser confrontada, em estudos vindouros, com possíveis leis de acesso à informação de outros países.

Quadro 7 - Critérios de divergências entre as Leis de Acesso à Informação mundial e a LAI brasileira

Critérios	Descrição dos critérios (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007)	Dispositivos da Lei nº 12.527 – nov. 2011 – LAI (BRASIL, 2011)
Cobertura da Lei	“Um cenário ideal seria concretizado com uma lei que cubra todas as instituições que recebem dinheiro público, incluindo os três poderes de governo, os organismos autônomos, as ONGs, os indivíduos, prestadores de serviços privados e fundos fiduciários. Uma situação ainda melhor seria concretizada em uma lei que abra ao escrutínio público qualquer ente que desenvolva funções cruciais para o interesse público (por exemplo, hospitais privados, escolas, prisões, etc), independentemente de receberem ou não financiamento” (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007, p. 24-25)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Órgãos da administração dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art.1º). 2. A legislação, contudo, não é clara quanto às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, subvenções sociais, contrato de gestão ou outros. Diz-se que se “aplicam as disposições desta lei, no que couber [...]” (BRASIL, 2012) – Art. 1º.
Exceções	“A questão das exceções é um dos problemas mais complexos e mais debatidos. Uma redação pobre sobre exceções pode anular o espírito de qualquer LAI ao permitir que as autoridades governamentais retenham informações de maneira discricionária. Exceções típicas incluem a proteção da segurança nacional, privacidade pessoal, segurança pública, segredos comerciais e deliberações internas. Neste aspecto, alguns elementos centrais giram em torno do modo como tais conceitos são definidos, quem decide se alguma informação específica é coberta por alguma exceção, quais seriam as bases sobre as quais alguma exceção pode ser aplicada [...], e se há ou não há possibilidade de descartar exceções se houver uma substituição interesse público ou de interesse público superior [...] que pode tornar a informação pública” (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007, p. 26).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos e tecnológicos, a nível de segurança do Estado (Art. 7º - parágrafo 1) 2. Informação imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado cujo acesso possa colocar em risco a defesa da soberania ou integridade nacional; prejudicar negociações ou diplomacia; colocar em risco a vida, saúde e/ou segurança da população; elevar o risco à estabilidade econômica, financeira ou monetária da nação; prejudicar ou colocar em risco a segurança institucional ou de altas autoridades nacionais e estrangeiras bem como seus familiares; comprometer atividades de inteligência, investigação e/ou fiscalização atreladas à prevenção ou repressão de infrações (Art. 23) 3. Informação relacionadas à presidência e vice-presidência da República que colocarem em risco tanto o chefe do Executivo quanto seus familiares (Art. 24 – parágrafo 2º) 4. A classificação por sigilo informacional é da competência, no grau de ultrassecreto, da presidência e vice-presidência da república, ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, comandantes das forças armadas e chefes de missões diplomáticas e consulares; no grau de secreto, além das anteriores, as autoridades titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedade de economia mista; no grau de reservado, além das anteriores, as autoridades que ocupem direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente. (Art. 27)
Supervisão e Monitoramento	“A supervisão e o monitoramento são aspectos centrais de qualquer LAI, porque determinam se terão um impacto real na gestão e operação dos governos. Uma LAI sem supervisão e acompanhamento está condenada a se tornar uma letra morta, dado que a inércia na burocracia geralmente vai contra a implementação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituição de Comissão Mista de Reavaliação de Informações, responsável por: (a) solicitar esclarecimentos ou o conteúdo informacional da autoridade que classificar determinada informação como ultrassecreta ou secreta; (b) reavaliar classificação da informação ultrassecreta ou secreta, de ofício ou mediante interpelação de pessoa interessada; (c) prorrogar prazo de sigilo da informação ultrassecreta, limitado a uma única renovação (Art. 35)

	<p>da abertura. O procedimento ideal para evitar o exposto seria o estabelecimento de um órgão autônomo encarregado de receber os recursos e que também receba a tarefa de monitorar o pleno cumprimento do direito à liberdade de informação dos cidadãos. Sem um corpo autônomo, os recursos devem ir diretamente aos tribunais, o que resulta num processo altamente dispendioso em termos de tempo, dinheiro e esforço para os cidadãos.” (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007, p. 30).</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Instituição do Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), responsável por: (a) promover a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas, empresas, entidades e órgãos para tratamento de informação sigilosa; (b) dar garantia à segurança de informação sigilosa (Art. 37) 3. O Poder Executivo federal designará órgão da administração que será responsável (1) pela promoção de campanhas de fomento à transparência e conscientização do direito à informação pública, (2) pelo treinamento de agentes públicos, (3) monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal e (4) encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual relacionado à LAI (Art. 41).
Facilidade de acesso	<p>“O governo aberto é uma condição necessária que não é suficiente para alcançar a responsabilidade total. Não é suficiente que os servidores públicos não escondam as informações que manipulam. A prestação de contas implica uma atitude proativa em relação à informação pública e exige que os servidores públicos informem, expliquem e apresentem periodicamente em uma linguagem acessível ao público o que estão fazendo. Consequentemente, o aspecto da LAI que se refere à natureza obrigatória da publicação periódica da informação é absolutamente crucial” (ACKERMAN; SANDOVAL, 2007, p. 32-33)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar o direito à informação por meio de algumas diretrizes, dentre as quais (1) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; (2) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; (3) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência (Art. 3º) 2. O Estado compromete-se na garantia do acesso informacional, franqueado por meio de procedimentos ágeis e objetivos, de forma clara e em linguagem de fácil compreensão (Art. 5º) 3. É dever dos órgãos e entes públicos promover a divulgação, em locais de facilitado acesso, das informações de interesse coletivo (Art. 8º) 4. Os órgãos e entidades devem utilizar os meios e instrumentos possíveis, que dispuserem, para disponibilizar informação. Torna-se obrigatório, contudo, a divulgação de informação em sítios oficiais na <i>internet</i> (Art. 8º - parágrafo 2º) 5. Os sítios na internet devem atender aos requisitos: (a) conter ferramenta de pesquisa para acesso à informação, de forma objetiva, transparente e facilitada; (b) permitir salvar relatórios em diferentes formatos, inclusive abertos e não proprietários, como planilhas e textos; (c) tornar possível acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos e legíveis por máquinas; (d) divulgar os formatos para a estruturação da informação em formato aberto; (e) garantir autenticidade das informações disponíveis para acesso; (f) atualizar as informações disponíveis; (g) indicar os meios de comunicação com órgão detentor do sítio; (h) garantir medidas de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (Art. 8º - parágrafo 3º) 6. O acesso à informação está assegurado por meio da criação de Serviço de Informações ao Cidadão e realização de audiência ou consultas públicas, incentivando a participação popular (Art. 9º)

Fonte: Adaptado de Ackerman e Sandoval (2007).

É possível notar que a LAI brasileira, embora contemple pontos essenciais para uma política de Estado que respeite os princípios da transparência da administração pública, apresenta lacunas, sobretudo de acordo com o cenário ideal delineado por Ackerman e Sandoval (2007) quanto à Cobertura da Lei e Supervisão e Monitoramento, principalmente. Em relação ao primeiro, não houve qualquer escrutínio relacionado às possibilidades informacionais, nem são claras as determinações de cobertura da lei em relação às entidades privadas e entidades sem fins lucrativos, enquanto que no segundo não é apresentado como alternativa um órgão autônomo e/ou popular que fiscalize e atue na supervisão e monitoramento da LAI, nem ao menos com poder consultivo. Todos os instrumentos de supervisão estão ligados ao Poder Executivo que também é “coberto” pela lei.

4.6 Considerações sobre a análise da LAI no contexto da ciência da informação

Diante das análises realizadas nas seções anteriores, torna-se possível relacionar o campo da Ciência da Informação com o estudo da política de acesso informacional, bem como a dinâmica sociopolítica da informação. Em primeiro lugar, torna-se imperioso constatar que as aproximações estabelecidas entre a questão envolvendo a *agenda setting* das políticas de acesso à informação e os investimentos externos não devem ser encarados como deterministas, isto é, um existe em razão do outro necessariamente. No entanto, o presente estudo constrói a ideia de que há um conjunto de ações e fenômenos que interferem na dinâmica estatal, no tocante às políticas públicas e às questões relacionadas à informação, um elemento estratégico, atualmente. Por esse motivo, a LAI é analisada a partir de uma agenda internacional anterior, construída a partir de inúmeros fatores, dentre os quais com influência dos interesses econômicos e políticos – tal como constatado pelas pressões diplomáticas e de instituições –, erigindo um quadro amplo de políticas e concessões que acabam por assegurar as bases dos investimentos em dívidas públicas e outros serviços financeiros.

Não se pretende obliterar os avanços trazidos pela legislação, que fazem da LAI uma das principais políticas nacionais que visam assegurar formas, ainda que distantes e indiretas, da população se aproximar e fiscalizar o poder público como um todo, além fomentar o consumo informacional. O olhar superficial, no entanto, entroniza a LAI como precursora de um movimento de disponibilização e oferta informacional, sem avaliar implicações e antecedentes determinantes para sua aceção. O diagnóstico do *encatamento*, conforme afirmam Figueira e Schneider (2018), da Ciência da Informação pelas TIC pode ser estendido

às políticas de acesso informacional. Enquanto muitas pesquisas que envolvem as TIC e a LAI suscitam avaliação dos pressupostos da legislações em dados disponibilizados pelo executivo ou judiciário, visando mensurar, de maneira técnica, a conformidade de determinado órgão com os postulados da política de acesso informacional, outras passam a fundamentar e enxergar, do ponto de vista teórico, a LAI como um movimento natural da política transnacional. No entanto, a análise aqui construída tem como objetivo ultrapassar os obstáculos impostos pela aparência, pela observação sem reflexão e sem fundamentos críticos. Assim como afirma Saracevic (1996, p. 42), a CI tem “[...] um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”, cuja tarefa deve ultrapassar barreiras históricas da própria área.

É imprescindível destacar, portanto, que a Lei de Acesso à Informação, bem como as TIC, não está isolada, muito menos desarticulada de contextos delineados por aspectos humanos, sociais, econômicos e políticos. A grande contribuição da presente análise reside no estudo da informação, do acesso informacional e das Tecnologias de Informação e Comunicação mediante de uma visão macro, que visa à articulação de abordagens e áreas do conhecimento, em uma postura multidisciplinar e que postula a necessidade da CI em desenvolver novos olhares e novas abordagens para a TIC e para as leis de acesso informacional no mundo, de maneira a requerer protagonismo no cenário mundial quando se considera tais legislações.

Em síntese, até aqui, o presente trabalho se dedica a apresentar que a) o desenvolvimento das TIC não pode ser analisado apartado da investigação de pressupostos sistêmicos capitalistas, que possibilitam a evolução acelerada das tecnologias no mundo atual; b) o crescimento da importância da informação não deve ser analisado perante o *encantamento* tradicional, mas levando-se em conta que, assim como qualquer fenômeno, a informação está inserida na luta global pelo poder, uma vez que a capacidade de ter acesso e poder interpretar ou compreender a informação (*information literacy*) estão diretamente relacionados com a interpretação do mundo em suas desigualdades e que por isso a informação considerando aspectos extrínsecos que determinam o mundo informacional; c) a informação, apropriada pelas relações sociais capitalistas e imbuída nelas, também tem compromisso com a acumulação de capital e, por isso, sua “distribuição” é desigual, assimétrica e apresenta brechas, reproduzindo um quadro de DIT; d) as políticas de acesso informacional produziram grandes avanços no tocante à transparência, mas não devem ser analisadas isoladas, uma vez que a construção de

tais políticas se imbricam com a atuação de um Estado interessado em garantir seu lugar na economia mundializada e espaço geopolítico internacional.

As relações entre política pública e economia, a partir de uma visão crítica do Estado, tornam-se síntese de um processo macro e dialético, processo este presente em toda análise deste estudo. Para aprofundar a compreensão dos aspectos dialéticos que envolvem a informação e examinar os limites da LAI no contexto de Divisão Internacional do Trabalho e de mundialização do capital, e como parâmetro de avaliação da política pública, buscou-se, no próximo capítulo, examinar o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão, a partir de recorte de classe.

5 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA LAI PARA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: AS DESIGUALDADES DE CLASSE REFLETIDAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO PELO E-SIC

Uma das etapas do ciclo de análise de políticas públicas consiste no processo de avaliação, que envolve múltiplas áreas do conhecimento e, em geral, é materializado a partir de um conjunto de pesquisas sociais da área. Segundo Trevisan e van Bellen (2008, p. 531), na avaliação ou na etapa de *evaluation*, os programas implementados são apreciados “no que diz respeito aos seus impactos efetivos. Investigam-se os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para ações e programas futuros”. Para Frey (2000), a avaliação é fundamental para o processo de adaptação e desenvolvimento contínuo dos instrumentos de ação pública. Para Jannuzzi (2011), a avaliação é um procedimento que se vale de métodos de pesquisa social, considerando o contexto organizacional e político no qual se insere a política.

Não há abordagem única para a etapa de *evaluation* e uma análise de políticas completa exige um conjunto amplo de perspectivas em torno da temática, que pressupõe métodos quali-quantitativos para o desenvolvimento de avaliação profunda levando em consideração maior quantidade de dados disponíveis a respeito da implementação da *policy*.

A partir de uma perspectiva metodológica programática, Jannuzzi (2014, p. 29) diferencia quatro tipos de programas de avaliação em linhas gerais, sintetizados no Quadro 8, “com maior ou menos aderência e especificidade ao problema social ou intervenção programática desenhada, a saber”:

Quadro 8 - Programas de avaliação

Tipo de estudo/pesquisa	Descrição
Estudos avaliativos	“Análises com base em dados secundários ou compilação de artigos já realizados na temática, com maior ou menos abrangência”
Pesquisa de avaliação	“levantamentos primários, quali ou quantitativos, desenhados com objetivos de produção de evidências mais específicas e necessárias ao aprimoramento da intervenção”
Meta-avaliações	“recensões sobre estudos avaliativos, pesquisas e experiências nacionais, subnacionais e internacionais de programas e projetos implementados”
Relatórios-síntese de avaliação e portais web	“com informação mais sumária, na forma de indicadores gerais, para uma comunicação mais objetiva acerca de aspectos do diagnóstico, implementação e resultados dos programas e projetos”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Jannuzzi (2014, p. 29-30).

Para a avaliação da Lei de Acesso à Informação, o presente estudo debruçou-se sobre o Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão, mecanismo digital, acessado com aporte da internet, por meio do qual brasileiros e brasileiras solicitam informações públicas não divulgadas por meio da transparência ativa aos entes e órgãos públicos. A proposta de análise é elucidada na próxima seção.

A avaliação da LAI, para a CI, coloca-se como uma das etapas imprescindíveis de uma política informacional pois por meio dela torna-se possível mensurar e analisar eventuais problemas com sistemas de informação, na gestão informacional ou na relação entre informação e a população. Para além das questões suscitadas, o protagonismo da Ciência da Informação na formação/proposição de agenda, formulação e avaliação das políticas públicas na área deve ser reiterada como um dos passos essenciais para o desenvolvimento autônomo da área no Brasil. Como mencionado, as políticas informacionais que não possuíam espaço na agenda dos países em desenvolvimento ganharam destaque, sobretudo após 1970, pelas evoluções apontadas no trabalho. O estudo, portanto, das legislações informacionais no campo da CI articula-se com o desenvolvimento informacional no país de modo a suscitar, cada vez mais, presença da área na construção das políticas nacionais, além de servir como parâmetro para estudos futuros em diversas frentes na Ciência da Informação.

5.1 Avaliação da LAI por amostra e coleta de dados do e-SIC: uma proposta de análise

Esta seção foi produzida como resultado de atividades disciplinares do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp de Marília, e apresenta um processo analítico realizado a fim de ilustrar, por meio de procedimentos empíricos, a dinâmica informacional descrita. Como o e-SIC começou a coletar solicitações dos cidadãos a partir de maio de 2012, não se pode constatar a existência de uma série histórica grande que permita afirmar ou demonstrar mudanças paradigmáticas ou estruturais em relação ao uso e acesso ao sistema, como puderam apresentar os Quadros de 4 a 6, apresentados na seção 4.5 deste documento. Por esse motivo, apenas a amostragem referente ao ano de 2016 foi trabalhada no presente estudo, diante da linearidade dos números apresentados na análise.

A LAI, Lei nº 12.527, em 18 de novembro de 2011, estabelece duas formas de obtenção de informação sobre a administração pública (BRASIL, 2011). A primeira, denominada

transparência ativa³⁵, associada à iniciativa de uma entidade pública ou órgão público disponibilizar um conjunto de informações, sem a necessidade de solicitação ou demanda direta da sociedade. Já a transparência passiva se dá a partir do momento em que o órgão público, por meio de Serviços de Informação ao Cidadão, SIC, é acionado por qualquer cidadão a fim de prestar informações de interesse público, desde que não sejam resguardadas por sigilo (BRASIL, 2011). Além de SIC físicos, a CGU desenvolveu o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, e-SIC, que permite que qualquer cidadão ou instituição encaminhe solicitações aos órgãos da administração ligados ao Governo Federal, por meio de suporte tecnológico. É possível pelo e-SIC acompanhar a solicitação realizada, entrar com recursos, consultar as respostas dadas pelos órgãos públicos e apresentar reclamações, sugestões e críticas (BRASIL, 2011).

O presente estudo dedicou-se a analisar o conjunto de solicitações enviadas aos entes públicos no e-SIC, por grupo solicitante categorizado como *classe trabalhadora* como parte essencial da avaliação da política pública nos seus aspectos políticos e sociais (alcance da política a perfis socioeconômicos determinados) e informacionais (capacidade informacional de entes e órgãos públicos em relação aos usos informacionais). A amostra da pesquisa corresponde às solicitações de cidadãos cujas atuações profissionais assinaladas no sistema foram: ‘Empregados-setor privado’, ‘Servidor público municipal’, ‘Servidor público estadual’, ‘Servidor público federal’, ‘Profissionais autônomos’ e ‘Representantes sindicais’.

Foram considerados apenas os trabalhadores que preencheram o campo escolaridade do e-SIC com o valor ‘ensino fundamental’, ‘ensino médio’ ou ‘sem instrução formal’. O total da amostra consolidada desconsidera solicitantes cuja a localização não fora preenchida e solicitantes do Distrito Federal, uma vez que esta unidade da federação abriga a sede do Estado brasileiro, e apresenta características singulares em relação ao contexto das demais unidades federativas. A pesquisa lança olhar sobre a classe trabalhadora assalariada por considerá-la, do ponto de vista macroeconômico e político, vulnerável por crises econômicas sucessivas e atingida por um conjunto de medidas, as quais retrogradaram as regulamentações de caráter trabalhistas e sociais (POCHMANN; MORAES, 2017); e do ponto de vista educacional, a classe marginalizada pelo Estado da capacidade de fruição de oportunidades em virtude das

³⁵ O artigo 8º da LAI estabelece como informações mínimas a serem divulgadas no conjunto “transparência ativa”: registros de despesas, repasses ou transferências de recursos financeiros, informações sobre processos e procedimentos de licitação e os contratos, respostas a perguntas mais frequentes da população, registros da estrutura organizacional do órgão público, assim como endereços, telefones e horários de atendimento ao público. (BRASIL, 2011).

barreiras para o acesso escolar e às bases científica e tecnológica (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013). A oposição entre trabalho e escola se constituiu a partir de um quadro histórico no qual a escola foi tratada, em relação ao trabalho, como “não trabalho” e o trabalho, como “não escola” (MANACORDA, 2007).

Além disso, como constataram Fagiani e Previtali (2014), diferentemente das teses que defendem a substituição do trabalho pela técnica, a classe trabalhadora cresceu em volume nas sociedades contemporâneas. O que se percebe, contudo, na passagem para o século XXI é a construção de formas inauditas de racionalização do trabalho (FAGIANI; PREVITALI, 2014), como já apresentado em capítulos anteriores.

Aos trabalhadores assalariados com menor escolarização, soma-se a classe de profissionais autônomos menos escolarizados que podem ou não pertencer à “classe média” ou “pequena burguesia”. Como não há, nos dados providos pelo e-SIC, como distinguir a pequena burguesia (altos assalariados ou pequenos proprietários de pequenos negócios) da classe trabalhadora dentro da prestação de serviço autônoma, optou-se por inserir os “profissionais autônomos”.

Acerca da relação entre escolarização e informação, pode-se constatar, segundo publicação do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2018), que o acesso e a capacidade de uso da internet, necessária para solicitação no e-SIC, é diretamente proporcional ao grau de escolaridade, já que enquanto apenas 29% das pessoas com instrução primária incompleta possuem acesso e utilizam a internet, 92% da população com ensino superior incompleto, e 93% dos sujeitos com superior completo usufruem das redes. A propensão de acesso à internet de uma pessoa com ensino superior é, pelo menos, duas vezes maior que uma pessoa com ensino fundamental incompleto: “esse resultado corrobora o chamado viés de habilidades da Internet, cujo aproveitamento tende a favorecer aqueles com maior capital humano” (CETIC, 2018, p. 35). Em outras palavras, a informação torna-se um instrumento de poder, o que aprofunda o regime global de informação (MAGNANI; PINHEIRO, 2011), e demonstra as efetivas pretensões das legislações de acesso informacional, gestadas por uma agenda de pressões internacionais.

Apesar do quadro de desigualdade de conectividade, as solicitações da classe trabalhadora foram coletadas e organizadas com vistas a atingir objetivos específicos, como: identificar entes públicos mais solicitado e; elaborar um quadro com os temas centrais pelos quais os trabalhadores, menos escolarizados, buscam no e-SIC. Esse quadro é apresentado a partir de grafos que indicam os principais fluxos de informação das solicitações da amostra.

Por último, faz-se uma análise estatística dos dados textuais identificando as classes de palavras que mais aparecem nas solicitações, separando os dados textuais em trabalhadores por região brasileira. Sendo possível, desse modo, esboçar o conteúdo das solicitações enviadas ao e-SIC, a partir do conjunto de dados coletados. Por esse motivo, este capítulo é importante no escopo da CI, por a) contribuir criticamente com a qualidade dos serviços informacionais de transparência passiva desenvolvidos como desdobramento da LAI; b) construir uma análise e consequentemente *feedback* aos profissionais da informação que trabalham com o tema e aos gestores da informação que são responsáveis pelos serviços de informação estudados no trabalho; c) demonstrar, empiricamente, como as desigualdades estão presentes na dinâmica informacional e ressaltar a necessidade da criação de mecanismos, estudos e dinâmicas para o fim do regime desigual da informação; c) diagnosticar o papel do Estado e das políticas públicas no interior do jogo de poder em que se está situada a informação; d) contribuir para pesquisas que imbriquem temas do presente estudo, tal como assimetria informacional, *information literacy*, TIC, entre outros; e) estabelecer protagonismo, no campo da CI, na análise e avaliação das políticas informacionais.

5.1.1 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA DA COLETA DE DADOS PARA AVALIAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DOS TRABALHADORES

Para esta etapa quantitativa, com foco no recurso informacional e-SIC, a partir da sistematização da coleta e da análise de dados, adotou-se recorte delimitado às etapas de obtenção de dados sobre solicitações de cidadãos por informações governamentais e analisou-se o processo de composição do perfil do cidadão solicitante no contexto da transparência pública, a partir dos dados coletados no período de janeiro a dezembro de 2016.

A etapa da coleta foi concretizada mediante transferência dos dados disponibilizados pelo website do e-SIC (BRASIL, 2017). Para isso, acessou-se a aba Download de dados contida no portal para descarregar os relatórios de pedidos de acesso à informação e solicitantes em formato *Comma-Separated Values* (CSV) com base no ano de 2016. O arquivo em *CSV* foi convertido em tabelas, contendo informações sobre solicitantes e pedidos, tratados para evitar que variáveis fossem desconsideradas na leitura automatizada dos dados coletados.

A primeira coleta dos dados, realizada em setembro de 2017, reuniu um total de 83.590 solicitações, excluídos pedidos cujas linhas na leitura do arquivo *CSV* estivesse fora dos padrões estabelecidos, de aproximadamente 41.000 solicitantes. A partir destas solicitações, foram

selecionadas aquelas nas quais os solicitantes apresentavam os critérios de inclusão delimitados neste estudo. Ao final, 3.981 solicitações fizeram parte do que se denominou *Classe Trabalhadora*. Esse número representava 75,5% do total das solicitações dos trabalhadores, uma vez que foram excluídas da análise pedidos cuja identificação de local não foi preenchida, trabalhadores do Distrito Federal e dados da coleta que apresentavam erros ou informações que o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) não gerou de maneira organizada, de modo a permitir a análise automatizada sem tratamento dos dados.

A partir desta amostra denominada *Classe Trabalhadora*, optou-se por conservar, para análise e constituição das referências e buscas, cinco atributos das solicitações: ID do pedido; ID solicitante; órgão destinatário; resumo de solicitação e categoria do pedido. Foram descartadas todas as formas ou linhas e colunas que contivessem elementos ou a falta dele que interferisse na leitura automatizada da amostra.

Para ilustrar o processo de tratamento dos dados para análise, apresenta-se no Quadro 9 os atributos da entidade Pedido: Identificador do Pedido; Órgão Destinatário da Solicitação; Resumo da Solicitação; Identificador do Solicitante e Categoria do Pedido.

Quadro 9 - Recorte de dados coletados da entidade Pedido

Identificador do Pedido	Órgão Destinatário da Solicitação	Resumo da Solicitação	Identificador do Solicitante	Categoria do Pedido
390102	Caixa Econômica Federal (CEF)	Extrato Abono Salarial	666801	Economia e Finanças
346231	Ministério do Trabalho (MT)	Solicito informações a respeito do desconto nos contracheques do SINDSPREV-Pb	565764	Trabalho
348348	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Preenchimento da GPS/CÁLCULO DO CARNÊ	608915	Pessoa, família e sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

No

Quadro 10 são apresentados os atributos relacionados à entidade Solicitantes: Identificador do Solicitante; Grau de Escolaridade; Profissão e Estado.

Quadro 10 - Exemplo da amostra da entidade Solicitante

Identificador do Solicitante	Grau de Escolaridade	Profissão	Estado
666801	Ensino Fundamental	Empregado – Setor Privado	MG – Sudeste
565764	Ensino Médio	Servidor Público Federal	PB – Nordeste
608915	Sem instrução formal	Profis. Liberal/Autônomo	AM – Norte

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada Solicitação, cujas características estão contidas no Quadro 9, apresenta um solicitante, caracterizadas pelo

Quadro 10. As colunas dos quadros foram utilizadas como os componentes para a formação das entidades e dos atributos estabelecidos no Modelo Entidade-Relacionamento (MER), a partir do qual cada entidade é formada por uma tabela, que inclui a delimitação de um conjunto de atributos de cada entidade (colunas dos quadros) e que possibilita a utilização de qualificadores nos atributos para estabelecer relações com as entidades disponíveis (RODRIGUES; SANT’ANA, 2017). O Identificador do Solicitante, por exemplo, presente no

Quadro 10, caracteriza-se como a chave estrangeira, ou seja, que conduz, na dinâmica do banco de dados, ao Quadro 9, no qual seu atributo homônimo é a chave primária – produzindo a relação entre as duas entidades.

Optou-se pela representação gráfica dos dados coletados por meio do software NodeXL³⁶, no qual foi construída a representação visual da rede solicitante da *Classe Trabalhadora*. A representação e a análise de rede basearam-se nos conceitos da Teoria dos Grafos, a partir da qual é possível representar um conjunto complexo de rede por meio de um grafo ou um sociograma (RODRIGUES; SANT’ANA, 2017), enfatizando propriedades das conexões, a partir de cálculos específicos. Os grafos foram utilizados neste estudo para representar as redes de solicitações, por meio do qual é possível identificar tendências por métricas da representação (BONDY; MURTY, 1976).

Ao final, realizou-se a análise de dados em formato textual por meio do software IRAMUTEQ³⁷, com enfoque na análise de similitude. Nesta etapa, assim como a anterior, foram

³⁶ NodeXL é um pacote que amplia as possibilidades de análise de dados no Microsoft Excel, desenvolvido pela Social Media Research Foundation.

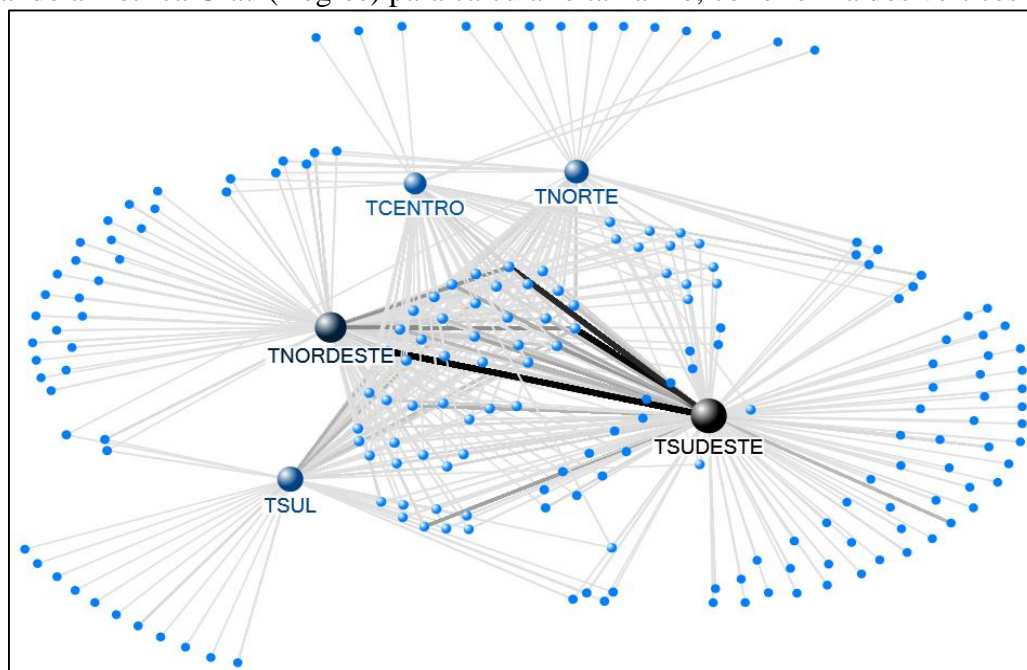
³⁷ O *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) é desenvolvido por Pierre Ratinaud e sob a licença GNU/General Public License, versão 2.

desenvolvidos grafos que demonstrem conexões entre palavras do corpus textual das solicitações. Elencou-se, por região geoeconômica, o atributo Categoria do Pedido com maior reincidência na amostra; selecionou-se todos os valores do atributo “Resumo da Solicitação”, ligados à categoria do pedido, e; aplicou-se a análise de similitude, por meio da qual foi possível identificar os temas que aparecem na maioria dos pedidos e que possuem relativa importância para a solicitação, além de demonstrar as classes de palavras mais utilizadas pelos solicitantes.

5.1.2 E-SIC E A CLASSE TRABALHADORA MENOS ESCOLARIZADA

Após o processo de coleta, os dados foram armazenados em uma planilha eletrônica de formato XLS - Excel Spreadsheet e aplicados ao NodeXL. Os elementos dos grafos distinguem-se das tabelas apresentadas na metodologia justamente por modificações que visavam diminuir a densidade das redes a fim de melhorar a visualização estática. A *Classe Trabalhadora* foi reunida de acordo com a região a que pertenciam os conjuntos de solicitantes, identificada pelos seguintes rótulos: TNORTE, TNORDESTE, TCENTRO, TSUL e TSUDESTE. O mesmo processo não foi realizado com o Órgão Destinatário, que compôs o outro vértice, já que não foram reunidos em cluster. A Figura 13 demonstra o primeiro grafo elaborado a partir dos parâmetros apresentados. A fim de melhorar a visualização, características dos vértices foram alteradas seguindo as métricas das redes. As cores, a forma e tamanho dos vértices foram mensurados e constituídos a partir do Grau (*Degree*), medida de um vértice que corresponde ao número de arestas a que está ligado. O Grau de um nó resultou da quantidade de ligações de um vértice dividido pelo número de ligações possíveis.

Figura 13 - Grafo não-direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, utilizando a métrica Grau (Degree) para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices



Fonte: Elaborado pelos autores.

A diferença e gradação das cores e das formas dos vértices no grafo da Figura 13 possuem funções. Quanto à forma dos vértices, estabeleceu-se que vértices que tivessem Grau > 2 , seriam representados por uma esfera, enquanto que os demais, por um círculo.

No tocante à cor, a Figura 14 estabelece a diferença das cores do menor para os maiores valores de peso dos vértices.

Figura 14 - Escala de cor dos vértices, do menor para maior valor do peso do vértice



Fonte: Elaborado pelos autores.

Já no que concerne às arestas, a escala de cor segue gradiente de cinza claro ao preto. Quanto maior o número de ligações em um mesmo vértice, mais forte é a ligação/conexão entre vértices e, conseqüentemente, maior o peso da aresta (Figura 15).

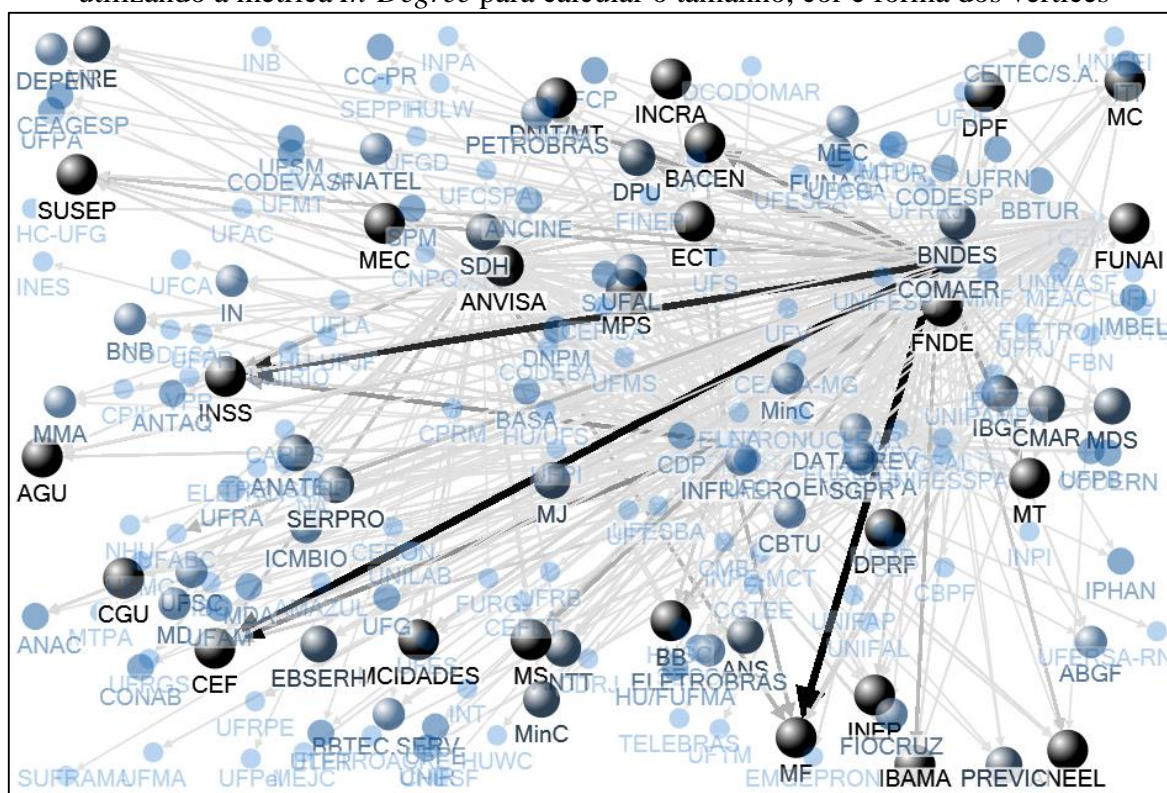
Figura 15 - Escala de cor das arestas, do menor para maior valor do “peso” da aresta



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 13 em relação ao “peso” da aresta, expressou que alguns órgãos públicos possuem número maior de solicitação, enviado por grupos de diferentes regiões. Essa relação “peso da aresta” ficou mais clara na Figura 16, a partir da qual se balizou a visualização do grafo mediante o grau de *In-degree*³⁸ – que corresponde à intensidade da recepção do fluxo, indicado por vértices direcionais –, além da aresta estar acompanhada do valor das conexões entre os vértices.

Figura 16 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, utilizando a métrica *In-Degree* para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices



Fonte: Elaborado pelos autores.

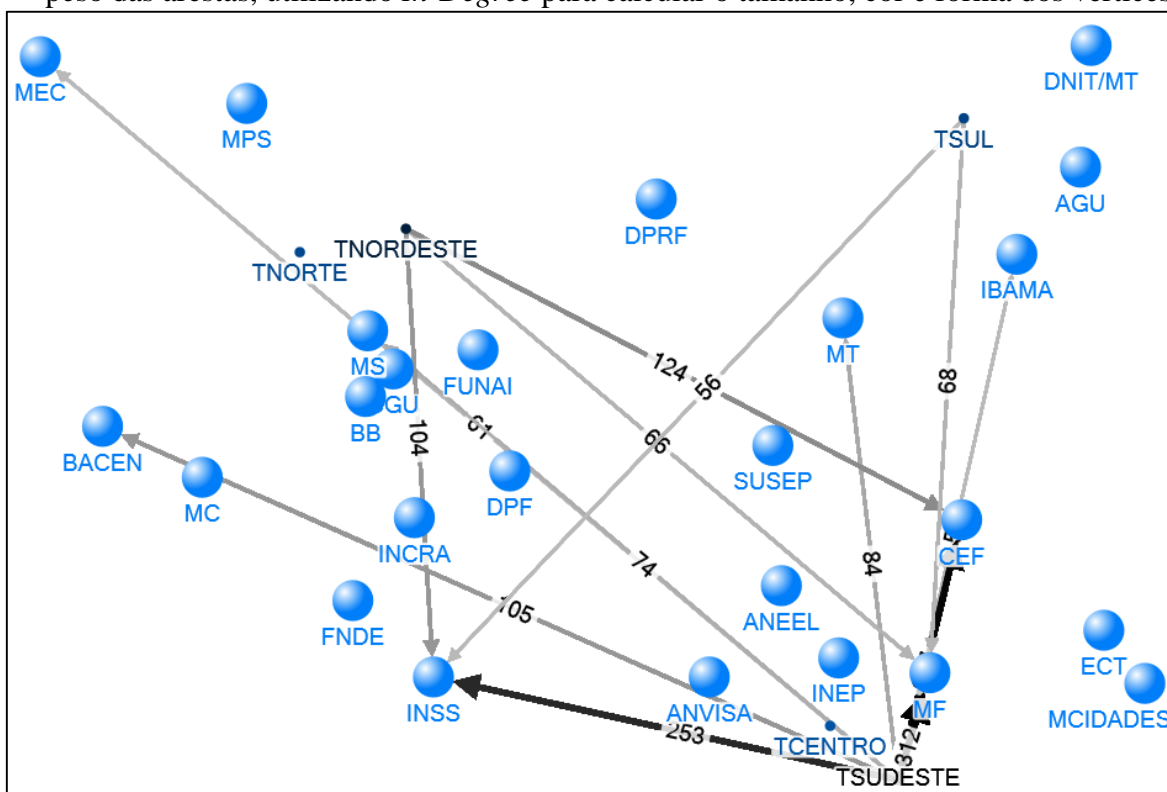
Neste grafo, para melhor visualização e interpretação da representação, a opacidade dos vértices e arestas foram alterados pela própria extensão de software NodeXL. Dessa forma, os

³⁸ Ressalta-se que o *In-degree*, métrica usada no decorrer do presente estudo, não mede a quantidade de arestas que chegam a um nó, mas sim a quantidade de arestas oriundas de nós distintos que chegam a um vértice.

nós que apresentaram maiores valores de *In-degree*, bem como as arestas que possuíam maiores pesos estão com valor da opacidade mais próxima do percentual máximo (100%).

A Figura 17 demonstra um grafo com menor densidade, uma vez que só são representados os órgãos públicos que possuem *In-degree* >50. Os conjuntos TCENTRO e TNORTE são vértices que não apresentaram arestas direcionais cujo valor seja > 50 e, por isso, não fizeram conexões no grafo. Foram representados os órgãos públicos, rotulados pelas siglas do próprio e-SIC, que continham maior fluxo de informações oriundos de solicitantes de cada região. O Ministério da Fazenda, por exemplo, representado pelo vértice cujo rótulo é “MF”, apresentou grande fluxo de informações, de diferentes regiões, já que as arestas direcionais que chegam a “MF” originam-se nos três possíveis nós regionais (TNORDESTE, TSUL e TSUDESTE).

Figura 17 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a entes públicos, com o peso das arestas, utilizando *In-Degree* para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices



Fonte: Elaborado pelo autor.

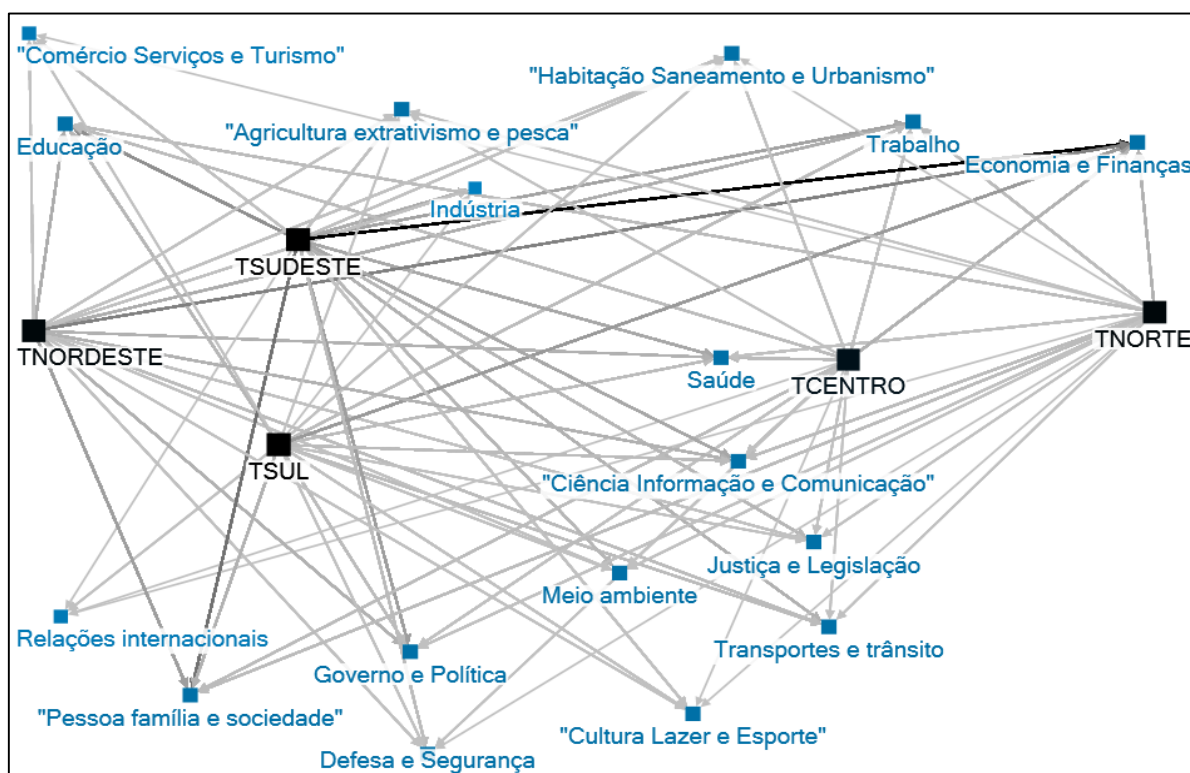
A partir da representação, foi possível verificar que os entes da administração pública federal que possuíam maior densidade de solicitações são: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Ministério da Fazenda (MF) e Caixa Econômica Federal (CEF). Tais órgão públicos mantiveram conexões cujos pesos das arestas ultrapassaram 50 em três Classes Trabalhadoras

regionais diferentes (TSUL, TSUDESTE e TNORDESTE). Além disso, as conexões mais fortes do grafo correspondem aos órgãos relacionados à categoria social e econômica.

A Figura 17 revelou ainda um conjunto de vértices correspondentes aos entes públicos que possuem ligações fortes com mais de uma *Classe trabalhadora* regional, força essa confirmada pela métrica *In-Degree*. Isso significa que a demanda por informação em diferentes regiões, dentro da *Classe Trabalhadora* menos escolarizada, tem características comuns. É importante lembrar, contudo, que não foi foco do presente estudo avaliar a qualidade das informações solicitadas, uma vez que muitos pedidos tiveram seu acesso negado por incompreensão ou por não ser considerado uma solicitação de informação.

No que se refere à divisão das solicitações em categorias de pedidos, a Figura 18 ilustra a rede cujos vértices são a *Classe Trabalhadora* por região e a categoria de cada pedido (total de 17 tipos de categorias).

Figura 18 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a categorias dos pedidos realizados, utilizando a métrica Grau (*Degree*) para calcular o tamanho, cor e forma dos vértices

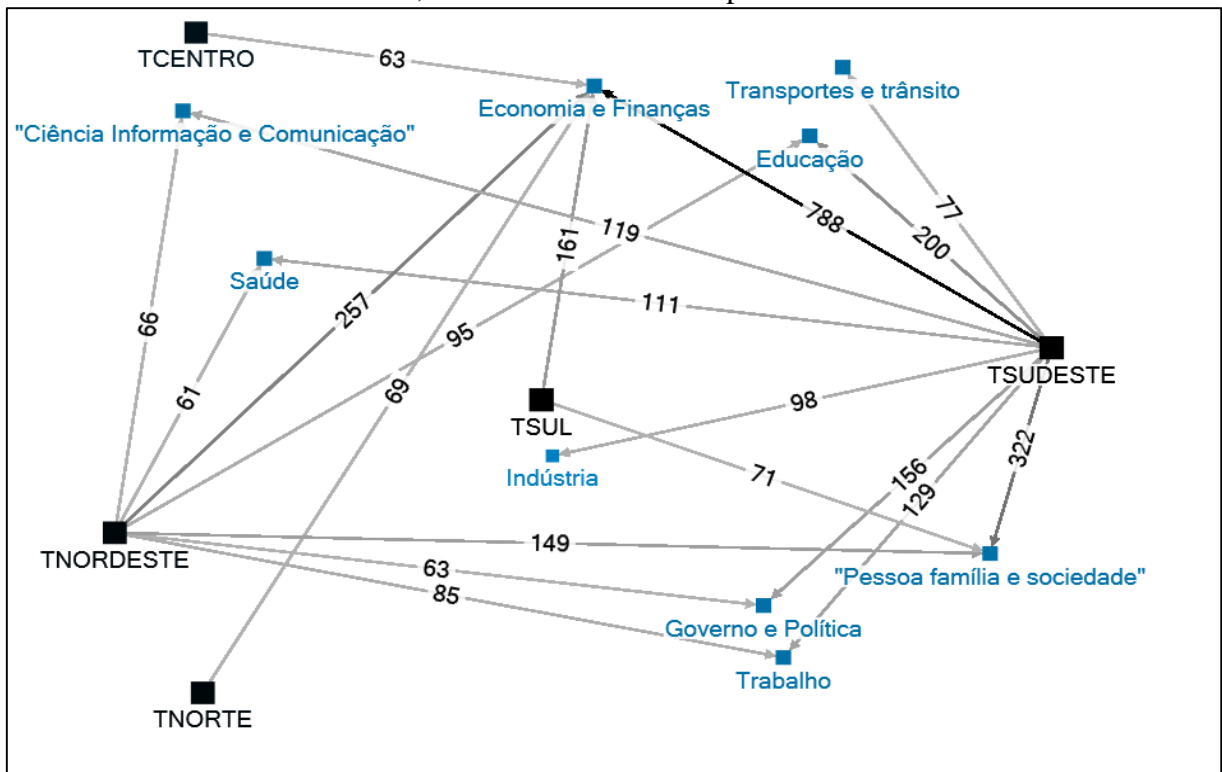


Fonte: Elaborado pelo autor.

O grafo da Figura 19, com menor densidade, ilustra as ligações entre solicitações e as respectivas categorias do pedido, desde que o peso da aresta de solicitação fosse maior que 50

em uma mesma categoria, por *Classe Trabalhadora* regional. Tal grafo explicitou as categorias de pedidos que aparecem com mais frequência nos dados coletados: “Economia e Finanças” e “Pessoa, família e sociedade” possuíam maior centralidade das ligações entre a *Classe Trabalhadora* de diferentes regiões.

Figura 19 - Grafo direcional, conecta Classe Trabalhadora por região a categorias dos pedidos realizados, com demonstrativo do peso das arestas



Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante destacar que um mesmo órgão destinatário pode receber pedidos com diferentes categorizações. O Quadro 11 apresenta um recorte de solicitações, as quais foram enviadas à Defensoria Pública da União, e que foram categorizados conforme o tipo de solicitação: enquanto o primeiro pedido foi classificado como “Governo e Política”, o segundo, foi categorizado como “Justiça e Legislação”.

Quadro 11 - Exemplo de categorização diferente para um mesmo órgão destinatário

ORGAO_DESTINATARIO	RESUMO_SOLICITACAO	CATEGORIA_PEDIDO
Defensoria Pública da União (DPU)	Pregão 37/2012	Governo e Política
Defensoria Pública da União (DPU)	Procedimento da DPU após decisões judiciais de terceira instância – Concurso Público	Justiça e Legislação

Fonte: Elaborado pelo autor.

O fluxo informativo das solicitações da classe trabalhadora está condicionado à multiplicidade e quantidade de solicitações de determinada região. Os trabalhadores do Sudeste corresponderam a 55% do total da amostra, e por isso se relacionou com entes públicos em maior pluralidade. De todo modo, foi possível notar tendências e constâncias no tocante à categorização de solicitações da *Classe Trabalhadora* por regiões.

Na Figura 19, nota-se que a *Classe Trabalhadora* de todas regiões geoeconômicas brasileiras recorreu, de forma significativa, aos e-SIC em busca de informações concernentes a “Economia e Finanças”. Esta categoria foi analisada a partir da teoria de grafos aliado à similitude textual. A análise de similitude permitiu a identificação de “co-ocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 516). Esse processo distinguiu partes comuns e específicas de acordo com variáveis estabelecidas pela análise. O objetivo em aplicar o exame da Similitude consistiu em identificar aspectos linguísticos das solicitações da *Classe Trabalhadora* na categoria de pedido mais buscada nos e-SIC; revelando a estrutura discursiva das solicitações e características de seu conteúdo.

A análise permitiu diagnosticar recursos linguísticos que pertenciam ao mesmo grupo de solicitações, o que deu margem à avaliação da qualidade dos pedidos escritos pelos cidadãos, além de possibilitar o exame de elevada quantidade de dados textuais. A partir disso, tornou possível inferir tendências, contradições e semelhanças, e apontar os rumos do fluxo informativo no relacionamento entre usuário, interface e sistema de informação. Este pode ser um importante método analítico para pesquisadores da área e dos profissionais que gerenciam e participam do desenvolvimento de sistemas informacionais. Além disso, do ponto de vista social, o exame da análise de similitude

Para contemplar a etapa referida, os resumos das solicitações categorizadas como “Economia e Finanças” foram coletados para comporem o corpus textual. O processo de análise

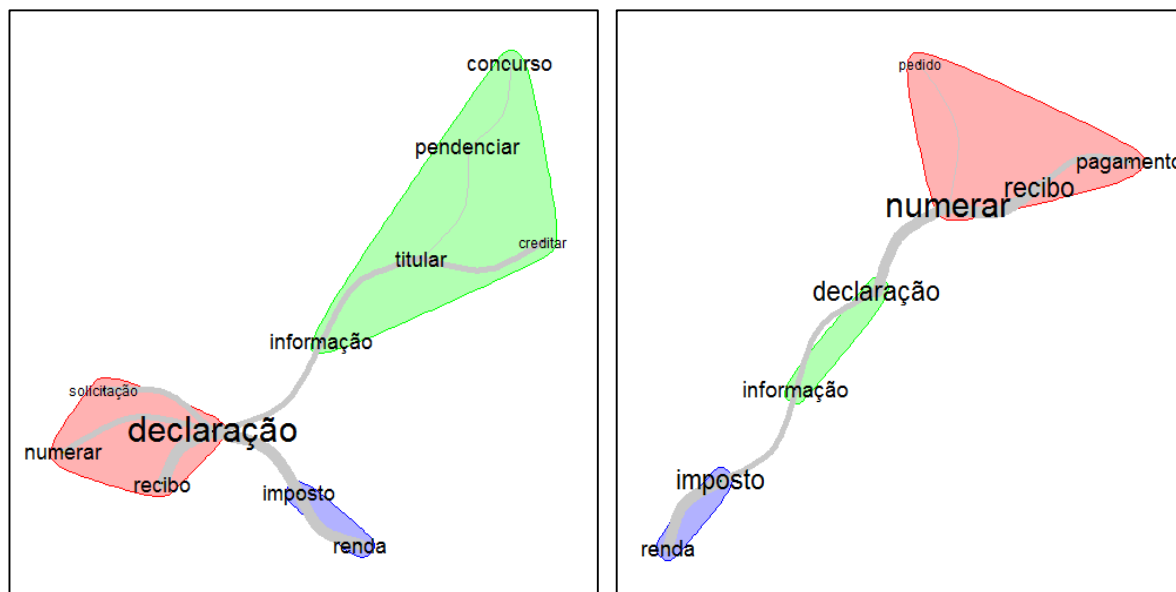
desdobrou-se em duas fases: a) coleta do resumo das solicitações da categoria de cada região e aplicação da análise de similitude e b) agrupamento do corpus textual de cada grupo de trabalhadores regionais para compor um denso quadro de resumo de solicitações e aplicação da mesma análise.

Foram excluídas da análise as seguintes classes de palavras: advérbios, advérbios suplementares; artigos definidos e indefinidos; auxiliares; conjunções; formas não reconhecidas, onomatopeias e preposições. Foram classificadas como classes suplementares, aquelas que foram analisadas em segundo plano e não entraram na representação: adjetivos demonstrativos, indefinidos, interrogativos, possessivos, suplementares; nomes suplementares; pronomes indefinidos, pessoais, possessivos, relativos e verbos suplementares. As classes de palavras alvo desta análise foram: adjetivos, nomes comuns (substantivos) e verbos, as quais foram, segundo propriedades do software, lematizadas.

Os grafos da Figura 20 representaram a análise de similitude gerada pelos resumos de solicitações de “Economia e Finanças” das regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente da esquerda para direita. Os halos, cada qual caracterizado com uma cor, representam a comunidade de vocábulos ligados entre si em resumos de solicitações. Assim, como nos grafos, as palavras são os vértices ou nós, e tanto maior é o peso quanto maior for o tamanho da palavra no grafo.

Em relação às comunidades de palavras de ambas as regiões, nota-se a preocupação dos cidadãos ao demandarem informações acerca de Imposto de Renda, além de pedidos sobre pagamentos, recibos – ou seja, pedidos do foro individual – e sobre concursos públicos.

Figura 20 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Norte (TNORTE) e Centro-Oeste (TCENTRO)



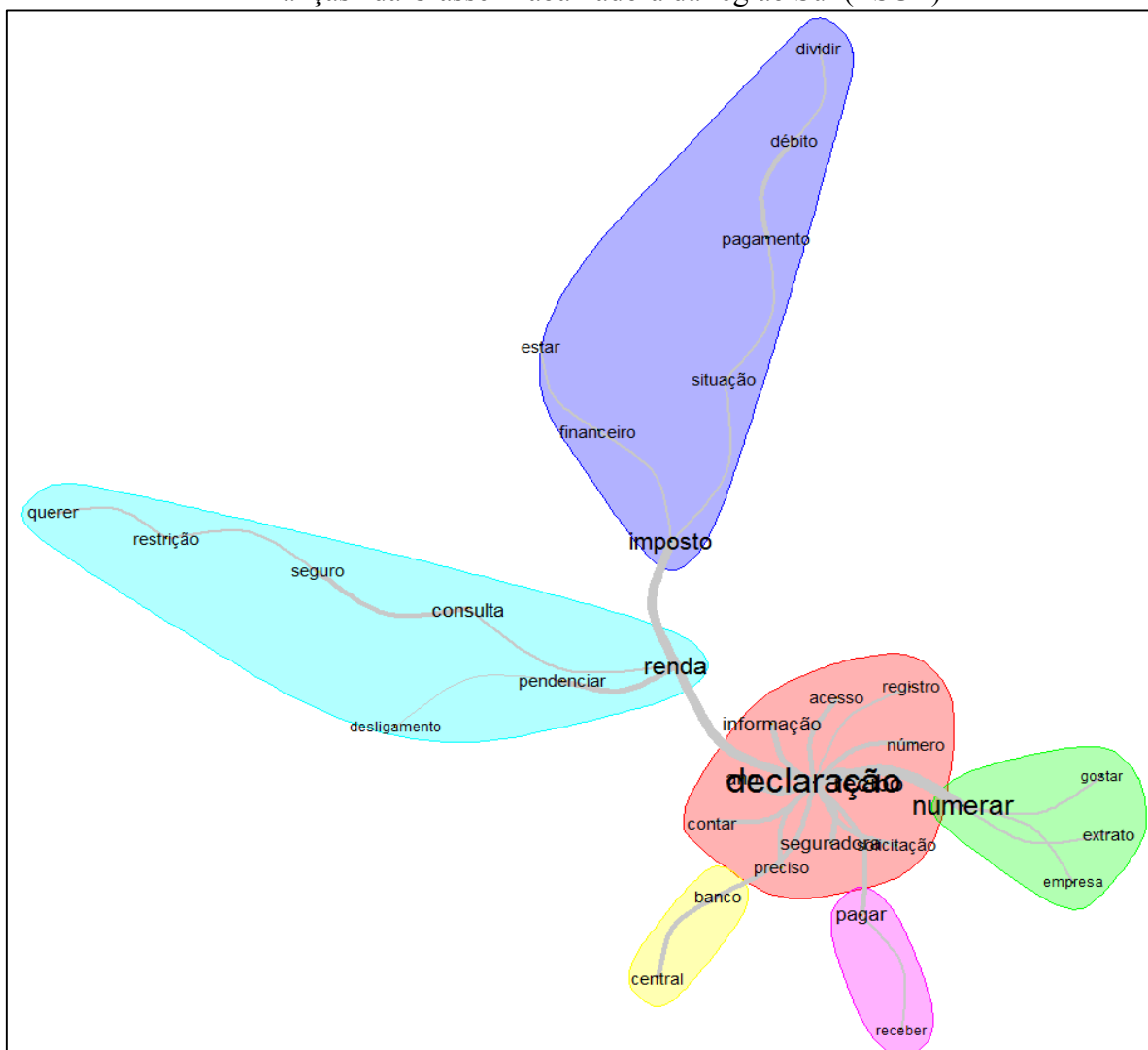
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi possível notar semelhanças das demandas dos trabalhadores do Norte e do Centro-Oeste (Figura 20) e do Nordeste (Figura 21); a partir, por exemplo, da incidência, ainda que proporcionalmente menor em relação ao total de pedidos, das palavras “imposto” e “renda”.

Nas demandas do Nordeste, outros termos associados à renda e ao trabalho apareceram nas demais comunidades: “restituição”, “abono”, “sindicalizar”, “salarial”, “empregado”, “desligamento” e “funcionário”. As palavras, ou nós, com maiores pesos são, das maiores para menores: “informação” e “numerar”; “renda”, “imposto” e “declaração”; “desligamento”, “restituição”; “seguro”; “caixa”; “federal”; “financeiro”; “número” e “recibo”.

A comunidade de vocábulos localizada ao centro do grafo demonstrou que as buscas associadas à palavra “informação” têm relação a “saldo”, “receita”, “pagamento”, “serviço”, entre outros. Ou seja, as solicitações que apresentavam “informação”, necessitavam o para conhecimento de valores (“saldo”, “receita” e “pagamento”), ou serviços. Já na comunidade com o nó central “numerar”, as solicitações buscavam números relacionados a “bancos”, “funcionários” e “técnicos” ou “empregados”. No halo amarelo, inscreveram-se as solicitações que se mantiveram ligadas a aspectos financeiros, tais como “empréstimo”, palavra ligada a “pessoal”, isto é, empréstimo pessoal.

Figura 22 - Análise de similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora da região Sul (TSUL)



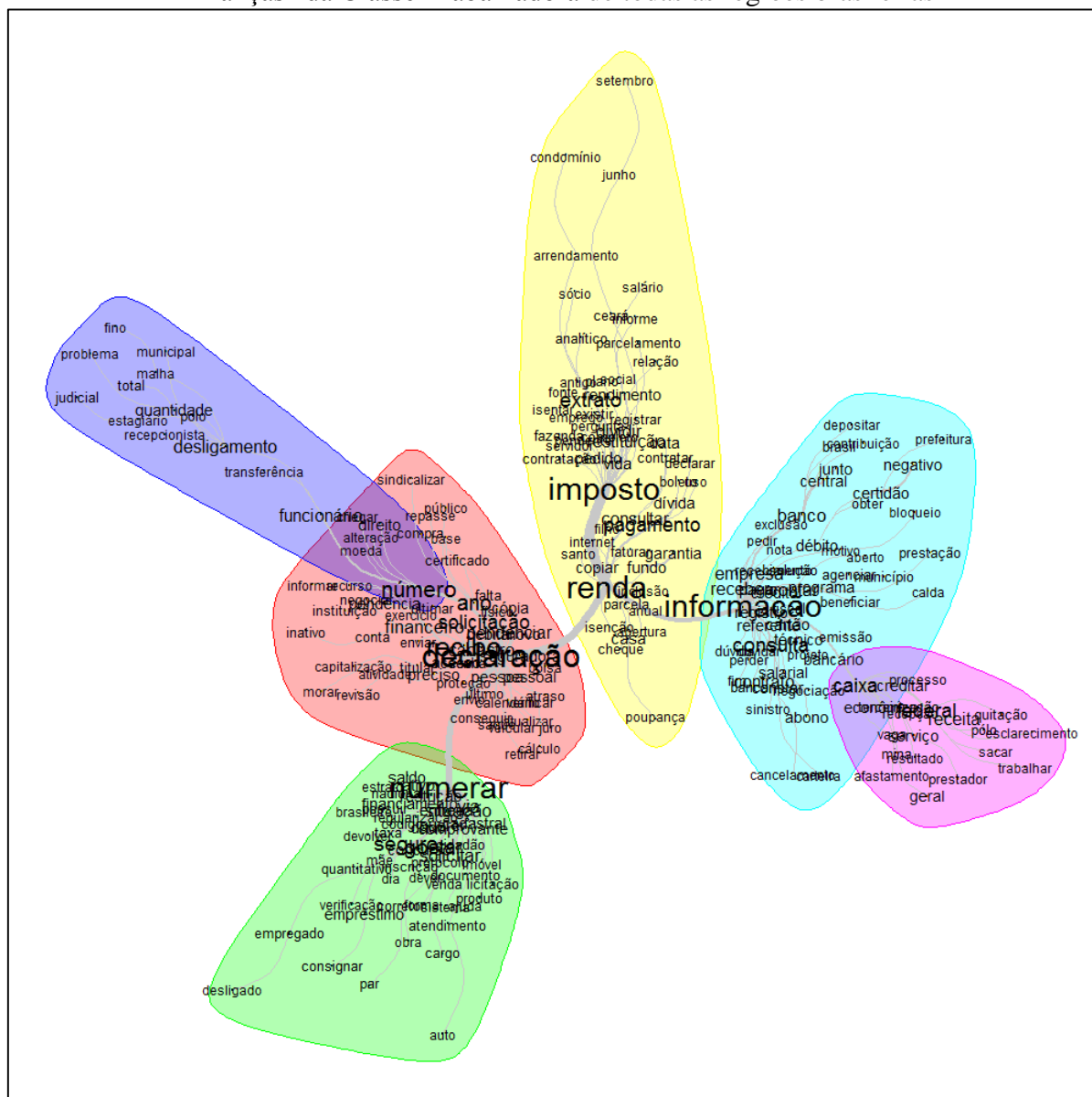
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 23 corresponde ao grafo da *Classe Trabalhadora* da região Sudeste. Por representar a região que mais realizou solicitações nos e-SIC, a multiplicidade de palavras e a densidade do grafo demonstraram a variedade dos pedidos, mas os vocábulos que apresentam maior peso são semelhantes às outras regiões.

Os dados textuais que pertencem ao halo roxo, à esquerda na Figura 23, associam-se às demandas que possuem como referência os elementos “receita” e “federal” (Receita Federal), e “caixa” – que pode ser identificada, segundo o percurso discursivo com o ente público Caixa Econômica Federal, já que aparece/sugere o vocábulo “econômica”. A maioria das demandas ligadas aos elementos “receita”, “caixa” e “federal” tiveram como mote o trabalho, uma vez que se pode apontar a incidência de termos como “desligamento”, “vaga”, “funcionário”, “afastamento” e “terceirização”.

A Figura 24 sintetiza os resumos de solicitações da *Classe Trabalhadora* das cinco regiões brasileiras em torno de um grafo. Pode-se afirmar que as informações sobre Imposto de Renda, concernentes, sobretudo, ao “pagamento”, “consulta” e “extrato”, são as mais procuradas juntos ao SIC, representadas no halo amarelo, central.

Figura 24 - Análise de Similitude dos resumos de solicitações da categoria “Economia e Finanças” da Classe Trabalhadora de todas as regiões brasileiras

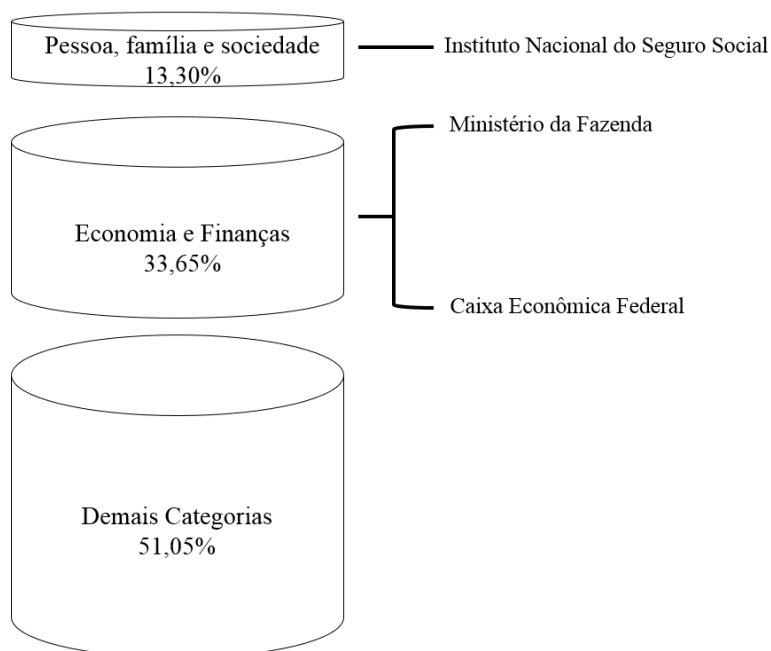


Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das considerações acerca da análise de similitude foi possível inferir quais palavras possuem maior peso nas demandas e como se deu o processo de construção textual dos resumos das solicitações.

A representação por grafos tornou possível montar um diagrama por meio do qual se pôde elucidar o apelo informativo por parte dos trabalhadores das regiões brasileira. A Figura 25 ilustra, por meio de um diagrama, as principais alocações das solicitações da amostra do presente estudo, que em sua maioria destinaram-se às categorias “Economia e Finanças” e “Pessoa, Família e Sociedade”.

Figura 25 - Diagrama das categorias e entes mais solicitados no e-SIC pela Classe Trabalhadora (sem escala)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os entes públicos que mais receberam solicitações nas categorias, CEF, MF e INSS apresentaram, juntas, e somente nas categorias assinaladas, 1.417 solicitações, de 3.979 possíveis. O maior volume de solicitações destinadas aos órgãos públicos em questão tem origem na região sudeste.

5.2 Considerações sobre avaliação da LAI

A análise das demandas da amostra, além de ter apresentado os grafos como uma alternativa à representação de volumes amplos de dados, contribuiu para demonstrar os fluxos e o conteúdo das demandas. Por meio das análises, por conseguinte, foi possível considerar que, a despeito das regiões brasileiras apresentarem suas singularidades, as demandas da *Classe Trabalhadora* ao e-SIC mantiveram-se unificadas. Em outras palavras, a amostra do presente estudo teve recorte de classe e de nível de escolaridade e as solicitações possuem coerência quanto às necessidades subjacentes à *Classe Trabalhadora*.

Creditou-se, ademais, o volume ampliado de pedidos recebidos pela CEF, MF e INSS às demandas relacionadas às bases materiais da classe assalariada, uma vez que, como a análise de similitude demonstrou, as solicitações tiveram como conteúdo e resumo questões ligadas à

reprodução do capital e da força de trabalho, apesar da categoria “trabalho” não ter tido grande volume de solicitações.

Somado a isso, os pedidos manifestaram palavras-chave e conceitos relacionados a questões de foro individual, sobretudo no que concerne os termos de caráter econômico como extratos, recibos, números de declaração de imposto de renda, entre outros. Em menor incidência, palavras como “empréstimo” e “pessoal”, apareceram ligadas entre si e que não mantiveram relações com outras comunidades.

A partir da última premissa, elencou-se e suscitou-se hipóteses: os trabalhadores podem não ter, em primeiro lugar, plena compreensão sobre as prerrogativas dos mecanismos da transparência passiva e dos SIC; ou, em segundo lugar, pode-se sugerir um déficit informativo que leva os trabalhadores a não conceber o significado social do que são informações de caráter público ou o que representa a transparência pública. Esse fato aponta os gargalos brasileiros sociais, econômicos, educacionais e tecnológicos, e os limites em torno da transparência da administração pública e da proclamada democracia liberal. Em terceiro lugar, os resultados empíricos podem dar margem a um importante *feedback* aos gestores e profissionais da informação que lidam com serviços de acesso à informação ao demonstrar os entes públicos que apresentam maior número de dúvidas, sugerindo lacunas informacionais entre comunidade e os próprios órgãos públicos mencionados.

Para além das considerações, a análise apresentou-se como uma proposta de exame que pode ser lapidada, reorganizada, ou até mesmo fragmentada, para o estudo de dados. Embora ambas técnicas de análise, por meio de grafos, sejam materializadas de maneira automatizada, diversos campos de conhecimento, como Linguística, Sociologia, Ciência Política, entre tantas outros podem se beneficiar dos elementos apresentados.

Considerando-se, por fim, os objetivos da LAI, o processo de abertura e acesso informacional permanece incompreendido e distante das camadas populares. Dessa forma, as ponderações relacionadas à formação da agenda e às características das políticas públicas, em um espectro crítico foram fortalecidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE DE MÚLTIPLAS ANÁLISES SOBRE A INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação nasce como uma área convergente entre práticas profissionais e campos do conhecimento consagrados, como documentação, biblioteconomia, ciência da computação, comunicação, sociologia entre outras, em um mundo implicado em rápidas evoluções e cada vez mais *tecnológico*. Dessa forma, a CI com o passar dos anos e evoluções epistemológicas passou a fomentar interlocuções mais intensas e fluidas com outras áreas do conhecimento a fim de ocupar-se dos objetos, os quais se tornaram mais complexos, em importância, características e relacionamentos ou interações com o mundo que os cercam. A despeito de não serem os únicos objetos, tampouco ser a única área do conhecimento que possa pesquisa-los, a informação, os dados e o conhecimento, em suas múltiplas facetas, são alvos de exame da CI e possuem papel central na determinação da área, a qual ainda se encontra em construção. Nesse sentido, tornar a CI uma extensão de qualquer uma das áreas consagradas que lhe deram origem, em aspectos teórico-metodológicos, é contrapor a própria essência desta ciência, que embora não possua bases epistemológicas consolidadas, tem realizado esforços decisivos para a ampliação de seus horizontes científicos, tanto em razão de sua multidisciplinaridade quanto de seus aspectos únicos, singulares. As pesquisas, por conseguinte, necessitam abarcar e abraçar a Ciência da Informação de modo a contribuir com esta ciência emergente, tanto teórico como empiricamente, e fomentar a construção de uma área do conhecimento responsável e ética.

Em vista disso, as análises suscitadas e desenvolvidas no presente estudo buscaram, ainda que parcialmente e com limites enquanto forma histórica e determinada de pesquisa, desvelar a essência da dinâmica informacional, por meio do exame do objeto, das TIC e de questões econômicas e políticas. É importante manifestar que não se pretendeu estabelecer o estudo a partir da análise de toda e qualquer tipo de informação, mas a informação tecnológica, a qual reificada em dados, disseminou-se e foi fagocitada pelo regime de acumulação do capital. O que antes era tratado como elemento estratégico de soberania e segurança nacional pelos Estados, passou a ser elemento de destacada importância em relação às pretensões capitalistas e à capitalização dos Estados. Isto ressalta não só uma evolução quantitativa – pois o volume informacional aumentou consideravelmente – mas qualitativa da informação – que continua se constituindo como elemento estratégico para os Estados, dessa vez para fins de capitalização.

Para efeitos didáticos, o estudo, no capítulo *Tecnologização da produção: os impactos da inovação a partir dos anos 1970* (seção 2), iniciou uma breve análise que objetivava descrever as principais evoluções preconizadas pelo regime de acumulação capitalista, a partir de 1970, regime este que é responsável por grande parte das mudanças pelo qual o mundo passou. É no pós-1970 que as TIC e a informação ganham relevante papel na formatação do mundo e deixam a tutela bélica e de soberania estatal para se destinar ao grande público e às formas de aproveitamento econômico imediato. Além disso, no capítulo 2, a análise inicia o exame da própria tecnologia no interior da economia, ressaltando a passagem das TIC dos setores militares e estatais para o setor financeiro e as residências populares. Destaca-se, aqui, a necessidade de repensar a informação tecnológica, não só em seu aspecto aparente, mas no seu entrelaçamento com a economia e a política, no contexto histórico determinado (capitalismo financeiro). Não se pretendeu pressupor uma importância maior à informação do que realmente possui, na dinâmica econômica, como muitos autores o fazem, mas salientar as relações desenvolvidas pela informação tecnológica no interior da economia capitalista.

O capítulo 3, intitulado *Informação-mercadoria, informatização e capital financeiro: faces do mesmo capitalismo*, buscou focalizar não mais as alterações econômicas oriundas de um processo de *tecnologização* do qual a informação também é resultado, mas dar bases para a análise de uma nova informação, que já “nasce” com potencial para se tornar mercadoria. Para isso, estabelece-se, em primeiro lugar, como a dinâmica da desigualdade no capitalismo pós-1970 está atrelada à Divisão Internacional do Trabalho. Deste conceito, a informatização prova-se como importante elemento na assunção do regime hegemônico mundial, no qual os países desenvolvidos são detentores dos maiores polos de inovação e desenvolvimento tecnológico, bem como os países mais industrializados, com maior número de pedidos de patentes, e cuja produção, informatizada, consegue gerar novas formas de se extrair as taxas de lucro. Ademais, são os países centrais que criam as demandas para a instalação de serviços de TIC nos demais países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – nações estas com mercado, mão de obra abundante e barata, legislações abertas e/ou flexíveis, e exportadora de matéria-prima barata. É importante citar, contudo, que os países considerados desenvolvidos articulam-se como metonímias no mundo atual: o capital já não possui fronteiras, em uma economia mundializada, mas os países centrais ainda são responsáveis por liderar os fluxos de investimentos e os fluxos informacionais do mundo todo.

A partir disso, o trabalho destina-se, ainda neste capítulo, a discorrer sobre a “nova função” dessa informação, tanto no interior da produção, quanto fora dela. Esta informação-

mercadoria, embora não possua as características típicas de uma mercadoria concreta, pode ser encarada como tal ao estabelecer direta ou indiretamente valores de troca como se afirma no capítulo subsequente: a informação, reificada em dados, muitas vezes abertos e interoperáveis, concede a capacidade de maior ou menor investimento, de maior ou menor conhecimento sobre a capacidade de reprodução do capital em determinado país, ou seja, esta informação possibilita que os investimentos, patentes, ramos produtivos, entre outros possam se aclimatar em determinado país, constituindo-se como uma mercadoria com valor-de-troca indireto. Os dados estatísticos levantados neste capítulo auxiliam na visualização da dinâmica desta mercadoria informacional, ao revelar os fluxos de IED e os números referentes às solicitações de patentes. É esta informação a que o estudo se debruça no capítulo 4 ao analisar as políticas de acesso informacional.

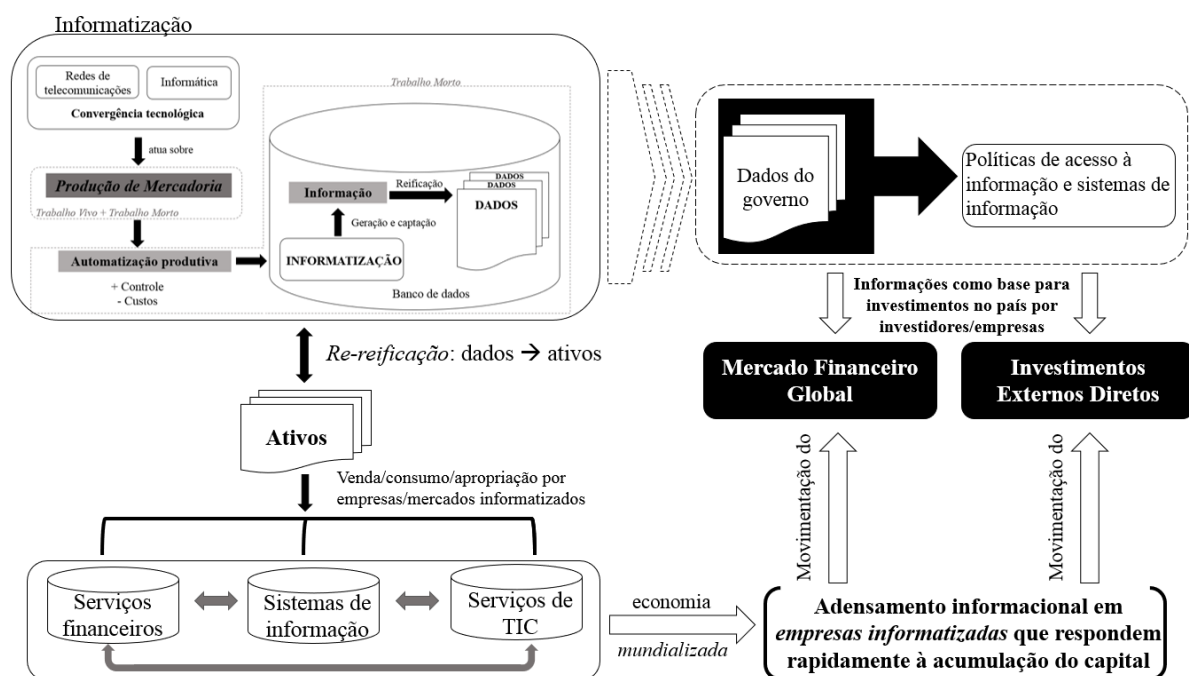
Antes, contudo, ainda no capítulo 3, a pesquisa tentou situar não só o objeto, mas a Ciência da Informação em meio a esse complexo quadro, elucidando quais são as características da informação analisada no trabalho e qual papel da CI neste contexto. É importante lembrar que a Ciência da Informação é tomada pelo proponente do estudo como uma Ciência Social, fruto da convergência de diversas áreas, mas que tem consolidado epistemologia e percursos teórico-metodológicos próprios no “tratamento do objeto”. O texto apresenta perspectiva crítica e tenta superar as barreiras impostas pelos estudos técnicos que rondam parte dos trabalhos na área. Por isso, nesta seção, o trabalho apresenta que a CI deve projetar o seu fazer para além de suas próprias fronteiras, obstáculos promovidos pela aparência e sair da “caverna”, uma vez que grande parte das pesquisas na subárea de informação e tecnologia não condiciona a atenção à questão da mercadorização dos dados. Parafraseando o educador Paulo Freire, que enfatiza que a leitura de mundo precede a leitura da palavra, a compreensão da conjuntura e do mundo precede a “leitura informacional”.

Os capítulos 2 e 3, em síntese, não podem ser interpretados como introdutórios, mas se constituem como o substrato por meio do qual os capítulos de análise subsequentes edificam-se. Há, portanto, nos três primeiros capítulos, a tentativa de remontar a narrativa da desigualdade do capitalismo no interior do campo informacional. A existência de um regime hegemônico ou desigual da informação também imputa à população mais carente consequências na leitura de mundo possível.

No capítulo 4, *Política de acesso à informação, Estado e mundialização da política informacional: na rota das políticas transnacionais*, o trabalho passou a articular os conhecimentos dos capítulos anteriores com uma análise da política de acesso à informação.

Em outras palavras, o texto manifestou que a) o desenvolvimento de políticas públicas no Estado capitalista depende da natureza deste Estado, das relações que ele possui com o regime de acumulação, com seu lugar na DIT entre outros; b) a informação é um elemento estratégico para o Estado capitalista, principalmente em relação aos temas segurança nacional e investimentos externos; c) é raro que os países em desenvolvimento tenham uma agenda longa em torno do desenvolvimento de políticas informacionais visando à transparência da administração pública e cidadania; d) há uma agenda mundial de acesso à informação pós-distensão da Guerra Fria, que incide sobre as nações em desenvolvimento com intenção de aclimatar investimentos externos e servir à acumulação do capital; d) a garantia pelo acesso à informação concede, indiretamente, ambiência para investimentos externos; f) não há uma política de acesso à informação para países em desenvolvimento, como o Brasil, que leve em considerações questões singulares. A Figura 26 retrata a dinâmica informacional analisada no capítulo 4, a partir das considerações dos capítulos anteriores. É importante lembrar que a dinâmica destacada na figura é apenas uma das várias possibilidades de relacionamento entre informação, tecnologia e Estado capitalista.

Figura 26 - Síntese de uma das dinâmicas informacionais no Estado capitalista



Fonte: Elaborado pelo autor.

A informação, portanto, oriunda da produção informatizada e aquela gerada de maneira exógena aos setores produtivos com a chegada da tecnologia e massificação das TIC para o

consumidor, é reificada em dados, que alimentam os sistemas de informação e bancos de dados. Tais dados, adensados por empresas informatizadas e especializadas, serão imprescindíveis para a movimentação do mercado financeiro global e outros mercados, interessados no perfil de consumo e consumidor. Esta mesma dinâmica é assumida no interior do Estado com a reificação da informação governamental. Em geral, os dados de governo são legalmente dispostos por políticas de acesso à informação, cujo ideário ronda a transparência da administração pública e cidadania. Contudo, os dados servem como base para conhecimento acerca – para citar somente aspectos econômicos –, da confiabilidade de pagamentos, dos gastos governamentais, da necessidade ou não de investimentos em áreas específicas, entre tantos outros exemplos de diversas naturezas (política, social, cultural, educacional, entre outros). Enquanto isso, pouco é realizado para fomento da cidadania e formação política da população, pretensão essa exposta nos acordos e protocolos internacionais, e como tenta demonstrar empiricamente o capítulo 5.

No capítulo *Proposta de avaliação da LAI para Ciência da Informação: as desigualdades de classe refletidas no acesso à informação pelo e-SIC* explicitou como o todo (regime desigual da informação) e a parte (consumo informacional por cidadão) relacionam-se, ou melhor, são componentes de uma mesma realidade. Por meio de uma proposta de avaliação, o *Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão* permitiu mensurar o uso informacional por cidadãos, bem como as solicitações e os órgãos solicitados. É possível verificar, em primeiro lugar, a limitação da transparência passiva enquanto instrumento de cidadania, além de evidenciar a limitação do relacionamento entre cidadão e LAI, já que a curva de crescimento – demonstrada pelos dados estatísticos suscitados – de solicitantes diz respeito ao perfil educacional e profissional diferente da maioria dos brasileiros.

Além disso, a amostra (classe trabalhadora) tem perfil semelhante a maior parte da população brasileira que não conhece, em sua complexidade e amplitude, os mecanismos de transparência. As solicitações da *Classe Trabalhadora* deixaram claro que a) há um grande número de solicitações que apresentam inconsistências, erros ou não puderam ser classificadas como pedido pelo e-SIC; b) parte considerável das solicitações, como diagnosticado pela Figura 25 - Diagrama das categorias e entes mais solicitados no e-SIC pela Classe Trabalhadora (sem escala) se condensaram em órgãos e entes públicos responsáveis diretamente pelas condições materiais e de trabalho da amostra. Logo, as solicitações com maior representatividade dizem respeito a questões materiais para a reprodução da força de trabalho o que fica evidente a partir da análise do conteúdo dos resumos da solicitação, coletados via e-SIC. A partir da análise de

similitude, além disso, torna-se claro que as solicitações das categorias mais requeridas têm a ver com questões pessoais e reforçam o desconhecimento das prerrogativas da informação pública, de interesse coletivo e não individual.

Diante de tudo o que foi analisado, o presente estudo chega às seguintes conclusões: a) a partir dos anos 1970, o capitalismo utilizou-se da inovação e da tecnologia, bem como seus “produtos”, para fomentar o regime de acumulação de capital; b) a tecnologia, quando apropriada para a acumulação do capital, amplia as possibilidades de lucro e é capaz de adensar e aumentar a velocidade dessa acumulação; c) a informação (tecnológica) reificada, um dos “resíduos” ou produtos da tecnologia, possui características de mercadoria por contribuir para a acumulação do capital, sobretudo após os anos 1970, embora não apresente valor-de-troca definido; d) a informação é um elemento estratégico do Estado capitalista – se antes, para a soberania nacional e segurança, atualmente a informação auxilia o Estado a entrar na dinâmica mundial do capitalismo; e) as dinâmicas e os fluxos informacionais obedecem a questões macroestruturais: o regime desigual da informação estão conformados a um cenário de DIT e disputa pelo poder, centralizado em países capitalistas considerados desenvolvidos, embora a informação não apresente fronteiras em um cenário mundializado; f) a informação, no interior do Estado, ganhou destaque justamente por sua condição (não natural) na cena capitalista; g) as políticas de acesso à informação subsumem uma série de determinações mundiais de uniformização de *policies* e coincidem com o fomento e aumento dos investimentos externos; as políticas de acesso à informação e os sistemas de informação dela resultantes ainda não apresentam, nos últimos sete anos (2012 – 2018), dados consistentes que demonstrem uma evolução na importância, por parte da população, da informação como elemento imprescindível à transparência pública e cidadania; h) a despeito disso, cada vez mais a informação atua como articuladora de modelos de negócios, sobretudo atrelado às redes digitais, entre outros.

Como perspectiva, o presente estudo coloca-se aberto a críticas que proponham pesquisas superadoras às dimensões alcançadas. Para trabalhos futuros, faz-se necessário orientar e desenvolver uma pesquisa aprofundada sobre a LAI, no tocante a todas as fases da política pública e não só o agendamento, bem como atentar para eventual série histórica provável na primeira década de aprovação da legislação de acesso informacional para melhor compreender aspectos relacionados à transparência da administração pública, gestão da informação, *information literacy* e cidadania. Além disso, sugere-se, no presente texto, que a Ciência da Informação deve assumir um lugar de liderança na proposição, estudo e avaliação

de políticas informacionais, de modo a constituir-se como mais um dos objetos valorizados da área.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, J. M.; SANDOVAL, I. E. **Leyes de acceso a la información en el mundo**. México: Instituto Federal de Acceso a La Información Pública, 2007.

ACIOLY, L.; LIMA, L. A. F.; RIBEIRO, E. J. J. (org.). **Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas**. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3029/1/Livro-Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_de_empresas-experi%C3%A7%C3%A3o_internacionais_selecionadas. Acesso em: 14 set. 2018.

ALMEIDA, D. P. R. *et al.* Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión: 1974.

ALVES, G. Crise de valorização e desmedida do capital: breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. *In*: CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L. (org.). **Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2011. p. xx-xx.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Editora Praxis, 1999.

AMORIM, H. **Trabalho imaterial – Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.

AMORIM, H. Tempo de trabalho e luta de classes. *In*: MARQUES, R. M. *et al.* **Informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 149-168.

ANDAKU, C. A.; BUENO, F. M. Capital fictício em duas interpretações do capitalismo contemporâneo. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 6., 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: [s. n.], 2009. p. 1-9. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/6coloquio/GT4%20-%20ECONOMIA%20E%20POL%CDTICA%20NO%20CAPITALISMO%20CONTEMPOR%20NEO/Mesa%201%20-%20Temas%20de%20Economia%20Pol%EDtica%20Marxista/Capital%20fict%EDcio%20em%20duas%20interpreta%20es%20do%20capitalismo%20conte.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILLI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998. P. 9-23.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R., BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

- ANTUNES, R. Século XXI: a nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-239.
- ANTUNES, J. A dialética do valor em *O Capital* de Karl Marx. **Intuitio**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 184-198, nov. 2012.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- ARAÚJO, C. A. A. Pensamento marxista na arquivologia, na biblioteconomia, na arquivologia, na museologia e na ciência da informação. In: MARQUES, R. M. *et al.* **Informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 191-216.
- ARAÚJO, E. A. de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992.
- ARAÚJO, E. A. de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, C. A. (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luís: EDFMA, 2002.
- ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de Análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 1, n. 83, p. 11-35, 2017.
- ASSIS, F. C. Investimento Estrangeiro Direto no Brasil recua 42,4% em 2009. **Estadão**, São Paulo, 22 jul. 2010. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-estrangeiro-direto-no-brasil-recua-42-4-em-2009,28559e>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- AULER, D.; DELIZOICOV, D. Alfabetização científico-tecnológica para quê? **Ensaio: pesquisa em educação em ciências**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 105-116, 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Versão 2.1. Brasília, DF, 2018. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BARRETO, A. de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). **Para entender ciência da informação**. Salvador: Edufba, 2007. p. 13-35.
- BEMBEM, A. H. C.; OLIVEIRA, H. P. C.; SANTOS, P. L. V. A. C. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 181-196, out./dez. 2015.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BONDY, A; MURTY, U. S. R. **Graph Theory with applications**. New York: Elsevier Science Publishing, 1976.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre acesso à informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 10 de dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 maio 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019. Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jan. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9690.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 17 dez. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9755.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 maio 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12813.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 agosto 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm . Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm . Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm . Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). **e-SIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br>. Acesso em 15 nov. 2017.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estud. - CEBRAP [online]**. 2015, n.101, p.57-76.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e um novo capitalismo?. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 29, n. 86, p. 51-72, mar. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As duas fases da história e as fases do capitalismo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura políticaUberlândia**, v. 1, n. 1, p. 168-189, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/13505>. Acesso em: 8 out. 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUKHARIN, N. I. **A Economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 8 out. 2018.

CAPURRO, R. Past, present and future of the concept of information. **TripleC**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 125-141, 2009.

CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones economicas internacionales**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio Económicos Universidad de Chile, 1971.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, 1994. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2908>. Acesso em: 1 set. 2017.

CARVALHO, A. M.; AMÉRICO, M. T. Inclusão e cidadania digital no Brasil: a (des) articulação das políticas públicas. **Redes.com**, Sevilha, v. 1, n. 9, p. 69-84, 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **TIC domicílios 2017**: pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, 2018. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 30 dez. 2018.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Banda Larga no Brasil**: um estudo sobre a evolução do acesso e da qualidade das conexões à Internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, 2018. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Estudo%20Banda%20Larga%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Investimentos estrangeiros diretos no Brasil**: 2013: fluxos recentes de IED e sua contribuição para o comércio exterior no Brasil. Brasília, DF: CNI, 2014.

COSENZA, A. Um estudo sobre a Divisão Internacional do Trabalho. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 33, p. 63-89, jan. 2015.

CUBILLO, J. Políticas públicas de información en América Latina: ¿cuánto nos hemos renovado? **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-10ago. 2003. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/01/pdf_190986ed55_0007503.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

DAHL, R. **A preface to democratic theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956

DAHL, R. The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest. **The American Political Science Review**, Baltimore, v. 55, n. 4, p. 763-772, 1961.

DANTAS, M. Da produção material à virtual: esboço para uma compreensão pós-classica da teoria do capital. In: TAPIA, J. R. B.; RALLER, A. (org.). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica**: uma análise comparada. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

DANTAS, M. As rendas informacionais e a apropriação capitalista do trabalho científico e artístico. In: MARQUES, R. M. et al. **Informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 35-60.

DOWBOR, L. Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. In: LADISLAU DOWBOR. [S. l.], 2004. Disponível em: <http://dowbor.org/2004/10/informacao-para-a-cidadania-e-o-desenvolvimento-sustentavel-2.html/>. Acesso em: 27 ago. 2017.

DOWBOR, L. **A Era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DOCKHORN, G. V. A Guerra Fria e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 1, n. 45, p. 457-480, 2014.

DRUCKER, P. F. **The Age of Discontinuity**. Londres: Heinemann, 1968.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DYE, T. R. **The policy analysis**. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

ECONOMÁTICA INSIGHTS. **Valor de mercado**: Amazon é a segunda maior empresa do mundo. [S. l.]: Economática, 2018. Disponível em: <https://insight.economatica.com/por-valor-de-mercado-amazon/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ENGELS, F. **Origin of the family, private property and the State**. New York: Edn, 1941.

FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, artigo 1, p. 756-769, out./dez. 2014.

FELINTO, E. **A religião das máquinas**: ensaios sobre o imaginário da cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FIGUEIRA, M.; SCHNEIDER, M. Ciência da Informação, marxismo e população em situação de rua. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: ANCIB, 2018. p. 1-21. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1318/1642>. Acesso em: 10 out. 2018

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

FREIRE, I. M.; REGO, H. O. Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 5 p. 47-55, set./dez. 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE. ANNUAL CONFERENCE, 23., 1995, Alberta. [**Proceedings...**] Ontario: University of Western Ontario, 1995. p. 1-15. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

FUKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. **Bib**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 49, p. 79-94, jan./jun. 2000.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GERALDES, E. C.; NEGRINI, V. Políticas públicas de comunicação e cidadania digital. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 38, p. 325-337, set./dez. 2014.

GOMES, V. O vínculo entre infraestrutura e superestrutura na perspectiva contemporânea. **Cemarx**, Campinas, n. 2, p. 127-134, 2005. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1325/903>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf> . Acesso em: 6 set. 2018.

GORZ, A. **O imaterial, conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

- HAMRAOUI, E. Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 43-54, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17nspe/a06v17nspe.pdf>. Acesso em: 4 março 2019.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **Para entender o capital**: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HERSCOVICI, A. Trabalho, capital intangível e historicidade do valor: uma tentativa de definição do capitalismo imaterial. In: MARQUES, R. M. *et al.* **Informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 77-98.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 251-275, jan./jun. 2011.
- JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014.
- JARDIM, J. M.. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1995.
- JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-17. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3077/2203>. Acesso em: 10 out. 2017.
- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S.; Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.
- KNILL, C.; TOSUN, J. Policy making. In: CARAMANI, D. (org.). **Comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 495-519.
- LÊNIN, V. I. **Os cadernos sobre a dialética de Hegel**. Lisboa: Minerva, 1975.
- LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LIMA, F. **A sociedade digital**: impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- LOCKS, P. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, Porto Alegre, v. 14, n. 8, p. 45-59, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2014.814.05/4152>. Acesso em: 13 set. 2018.
- MACHLUP, F. **The production and distribution of knowledge in the United States**. United States: Princeton University Press, 1973.

- MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 65-91, jan./mar. 2011.
- MARQUES, R. M. **Intelecto Geral e polarização do conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte.
- MARQUES, R. M. ; KERR PINHEIRO, M. M. . Polarização do conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n.1, 2014a.
- MARQUES, R. M. ; KERR PINHEIRO, M. M. . Vozes do Vale do Silício: desvelando mitos da era da informação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 3., 2014, Salvador (BA). **Anais ...**. Salvador (BA): Rede MUSSI, v.1, 2014b.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **O capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social*. De um Prussiano. **Germinal: Marcismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MASUDA, Y. **A sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1982.
- MESSIAS, L. C. S. **Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2005. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/messias_lcs_me_mar.pdf . Acesso em: 3 set. 2018.
- MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOLINA, W. S. L. O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25/26, p. 29-54, 2011.
- MOREIRA, F. M.; DUARTE, A. B. S. O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 169-178, 2016.
- MULLER, P.; SUREL, I. **Análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988. Disponível em: http://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Estado%20e%20Políticas%20Publicas/EPP%2005_Oliveira_O%20surgimento%20do%20antivalor.pdf . Acesso em: 9 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, , v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **About OGP**. Washington: OGP, 2011. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/about/about-ogp> . Acesso em: 4 abr. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Main Science and Technology Indicators**. Paris: OECD, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/msti2019.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.) **Políticas públicas**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006.

PAULA, J. A. Ensaio sobre a atualidade da lei do valor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 111-134, abr./jun. 1984.

PEREIRA, L. D. Crise capitalista, reação burguesa e mercantilização do ensino superior no pós-1970. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, São Luis. **Anais...** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2007. p. 1-8.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, L. V. R. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-11, 2004.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M.; MORAES, R. **Classe trabalhadora e luta política no início do século XXI**: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n.47, p. 19-41, jan/jun 2012.

RANGEL, T. R.; PIMENTA, R. M. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e as políticas de informação: perspectivas sociais e tecno-políticas da primeira metade da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1976). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/iti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4154/2355>. Acesso em: 12 out. 2017.

REGULATING the Internet giants: The world's most valuable resource is no longer oil, but data. **The Economist**, London, 6 May 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>. Acesso em: 12 set. 2018.

- RIBEIRO, E. J. J.; SILVA FILHO, E. B. Investimento Externo Direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, v. 1, n. 14, p. 29-46, maio 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4431/1/BEPI_n14_investimento.pdf. Acesso em: 14 set. 2018.
- ROCHA, B. L.; ANDRES, M. T.; ROSA, A. N. O. Capital, informação e economia digital: as múltiplas faces constitutivas da globalização corporativa do capitalismo. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Sergipe, v. 12, n. 2, maio/ago. 2010.
- RODRIGUES, F. A.; SANT'ANA, R. C. G. Contextualização de conceitos teóricos no processo de coleta de dados de redes sociais online. In: COLÓQUIO DE DADOS, METADADOS E WEB SEMÂNTICA, 1., 2017, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2017. Disponível em: <https://cdmws.isci.com.br/ocs/index.php/cdmws/home/paper/view/9>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- ROSENBERG, N. **Perspectives on technology**. London: Cambridge University Press, 1976.
- RUMMERT, S. M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 717-799, jul. 2013.
- SANTOS, J. P. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E. **Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. Hinsdale: Dryden Press, 1960.
- SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão de literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p.123-134, jan./jun. 2012.
- SINGER, P. **Aprender economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **BJIS: Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 1, n. 1, p. 33-53, jan./jun. 2007.
- SOUSA SOBRINHO, J. P. Uma análise crítica ao pensamento pós-moderno: da racionalidade formal ao irracionalismo. **Revista Dialectus**, Ceará, v. 2, n. 5, p. 12-24, ago./dez. 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22364/1/2014_art_jpsobrinho.pdf. Acesso em: 15 jul. 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- SOUZA, E. G. As crises do capital no séc. XX: o novo cenário das relações de forças entre capital e trabalho. **Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 1-20, 2009.

TANEZINI, T. C. Z. Parâmetros teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 1, n. 14, p. 13-44, jan./jun. 2004. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/86/70. Acesso em: 4 set. 2018.

TAVARES, J. M. H. **A economia política da internacionalização financeira e tecnológica: uma análise das contribuições de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/images/defesas/ppge2017_defesas/jo%C3%A3o_marcos_hausmann_tavares_f3a6a.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

TESTA, A. F. Cidadania digital e competitividade. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 67-72, out. 2006/mar. 2007.

TEIXEIRA, N. C. M. Capitalismo contemporâneo e os impactos no mundo do trabalho. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 21-42, jul./dez. 2014.

TEIXEIRA, J. R.; FERREIRA, P. F. O capital fictício e crise econômica: visões para um novo paradigma. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 191-202, maio/ago. 2015.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p. 529-550, maio/jun. 2008.

UNESCO INSTITUTE OF STATISTIC. **How much does your country invest in R&D**. Quebec: Unesco, 2018. Disponível em: <http://uis.unesco.org/apps/visualisations/research-and-development-spending/>. Acesso em: 2 set. 2018.

UNITED NATIONS. **World Economic Situation Prospects**. New York: UN, 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT STATISTIC.. **Data Center**. Geneva: UNCTAD, 2018. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en. Acesso em: 10 jun. 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Grupo de Análise de Políticas de Inovação. **Metodologia de análise de políticas públicas**. Campinas: Unicamp, 2002. Sala de Lectura CTS+! da OEI. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/salactsi/rdagnino1.htm#a3> . Acesso em: 4 set. 2018.

VALVERDE, R.; OLIVEIRA, R. C. Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 1-19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo9.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109315/ISBN9788598605968.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jul. 2018.

WOLFF, S. O trabalho informacional e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 89-112.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators Databank**. United States of America: The World Bank Group, 2018. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators>. Acesso em: 1 ago. 2018.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **World Intellectual Property Indicators 2017**. Genebra: WIPO, 2017. Disponível em: http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2017.pdf. Acesso em: 8 ago. 2018.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **WIPO Intellectual Property Statistics Data Center**. Genebra: WIPO, 2018. Disponível em: <https://www3.wipo.int/ipstats/index.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **PCT: Sistema Internacional de Patentes**. Genebra: WIPO, 2019. Disponível em: <https://www.wipo.int/pct/pt/index.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

WORLD INVESTMENT REPORT 2006. **FDI from developing and transition economies: implications for development**. Genebra: ONU, 2006.

ZUBOFF, S. Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, p. 80-91, nov./dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n6/a09v34n6.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

APÊNDICE A – TRABALHOS RECUPERADOS A PARTIR DE PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS À PESQUISA

Produção Científica	
Termos de busca	Trabalhos recuperados (referências)
Informação; mercadoria (6 trabalhos)	<p>BRASIL, Raquel Mourão. A trajetória da comunicação e o ensino do jornalismo. Comunicação & Informação, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 28-42, 1999. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/68646. Acesso em: 19 fev. 2019.</p> <p>FERNANDES, Kizzi Helena de Castro de Lucena; RIBEIRO, Leila Beatriz. Memória, informação e mídia: publicidade e suportes de memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais... Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103472. Acesso em: 19 fev.2019.</p> <p>GERBASI, Vinicius Aleixo. Sociedade da informação: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento. Informação em Pauta, n. 1, v. 2, p. 96-118, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/40810. Acesso em: 19 fev. 2019.</p> <p>MARQUES, Rodrigo Moreno. PRODUÇÃO DE VALOR NAS REDES SOCIAIS: MARX E O DEBATE CONTEMPORÂNEO. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105551. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>_____. TRABALHO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: RELENDO MARX NA ERA DA INFORMAÇÃO. Logeion: filosofia da informação, n. 1, v. 2, p. 47-71, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/32352. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ROJAS, Miguel Angel Rendón. LA LÓGICA DEL SISTEMA CATEGORIAL DE LA BIBLIOTECOLOGÍA Y ESTUDIOS DE LA INFORMACIÓN DOCUMENTAL. UN ANÁLISIS DIALÉCTICO. Logeion: filosofia da informação, n. 2, v. 1, p. 49-68, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/32662. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
Transparência pública; acesso à informação (43 trabalhos)	<p>ARAÚJO, Celsiane Aline Vieira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. OS DESAFIOS DO SERVIDOR PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105420. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>CARLI, Deneide Teresinha de; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. A Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos. Biblios (Peru), n. 66, p. 47-59, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/63453. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>COUTINHO, Hugo César Peixoto; ALVES, José Luiz. Lei de Acesso à Informação como ferramenta de controle social de ações governamentais. Comunicação & Informação, n. 1, v. 18, p. 124-139, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/68867. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>DÍAZ, Mirelys Puerta; MUJICA, Mayra Marta Mena; VALENTIM, Marta Lúgia Pomim. MODELOS DE DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DOCUMENTAL EM CENÁRIOS DE GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102542. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>

FERNANDES, Marlúcia Marques; SILVA, Paulo César Lamarão da; PRESTES, Paulo Emerson Nery; COSTA, Robson Antonio Tavares. Aplicabilidade das leis de transparência e acesso à informação: uma análise em portais de transparência nas três esferas de poder no Estado do Amapá. **Ágora**, n. 57, v. 28, p. 270-292, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/101441>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FRANÇA, Andressa de Almeida; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: uma avaliação com foco na transparência e informação pública ? Homepage of the Ministry of Science, Technology and Innovation: an evaluation with focus on transparency and public information. **Liinc em revista**, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93590>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FREIRE, Isa Maria; REGO, Herbert de Oliveira. Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros. **Ciência da Informação em Revista**, n. 3, v. 3, p. 47-55, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/36347>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FUJINO, Asa. ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE PcD NO CONTEXTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: desafios para estudo de usuários. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 237-257, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41406>. Acesso em: 19-fev.-2019.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. O vocabulário controlado do Governo Eletrônico: contribuições e limites na implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. **Em Questão**, n. 1, v. 24, p. 12-40, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/10625>. Acesso em: 19-fev.-2019.

_____. Perspectivas e desafios na transparência das Contas Públicas: um estudo numa Instituição de Ensino Superior brasileira. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 45, v. 21, p. 2-20, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/39829>. Acesso em: 19-fev.-2019.

GÓMEZ, Maria Nélide GONZÁLEZ DE. Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva. **Informação em Pauta**, v. 3, p. 9-29, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/106538>. Acesso em: 19-fev.-2019.

KRAMER, Gislaine Pinto; BERTOTTI, Valéria Raquel. O acesso à informação como fonte de conhecimento e transparência Pública a luz da lei 12.527/2011: o caso da Justiça Federal da cidade do Rio Grande. **Ágora**, n. 51, v. 25, p. 354-376, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/12049>. Acesso em: 19-fev.-2019.

LOPES, Paula Suellen Correa Padilha; FURTADO, Renata Lira. Direito à informação arquivística governamental via web nos municípios do Estado do Pará. **Ágora**, n. 56, v. 28, p. 164-177, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/13323>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MARQUES, Márcia. Ação comunicativa e de informação: modelo transdisciplinar para o aprender a aprender. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, n. 2, v. 8 No 2, p. 194-211, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/74184>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MEDEIROS, Anny Karine de; NONATO, Raquel Sobral; KATZ, Isabela Benyunes; SOUZA, Zilma Borges de. Transparência de Compras Públicas Sustentáveis ? um caminho a ser traçado ? Transparency in Sustainable Public Procurement - a road to be traced. **Liinc em revista**, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93861>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação**

& **Informação**, n. 1, v. 19, p. 55-75, 2014. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33191>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MENDONÇA, Germana Oliveira Almeida de; ALVES, Edvaldo Carvalho. Acesso à informação pública na UFPB: estudo de caso da Coordenação de Contabilidade e Finanças da PRA. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, n. 2, v. 11, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/25733>. Acesso em: 19-fev.-2019.

OJEDA, Magdalena Suárez. A transparência das administrações públicas aplicadas ao direito à documentação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, n. 1, v. 8 No 1, p. 14-21, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/73336>. Acesso em: 19-fev.-2019.

OLIVEIRA, Geissikelly Marques; FREIRE, Isa Maria. Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa ? PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade. **Ágora**, n. 51, v. 25, p. 321-353, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/13975>. Acesso em: 19-fev.-2019.

PANSANI JUNIOR, Eder Antonio; FERNEDA, Edberto. DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DOS DADOS EM PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA BRASILEIROS. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103070>. Acesso em: 19-fev.-2019.

PEREIRA, Deiverson; ANNA, Jorge Santa. Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna. **Ágora**, n. 51, v. 25, p. 209-233, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/13770>. Acesso em: 19-fev.-2019.

REGO, Herbert de Oliveira; FREIRE, Isa Maria. ACCOUNTABILITY: UMA NOVA FRONTEIRA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105012>. Acesso em: 19-fev.-2019.

_____. Accountability: novo conceito para a Ciência da Informação?. **Ciência da Informação em Revista**, n. 1, v. 5, p. 29-40, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/36391>. Acesso em: 19-fev.-2019.

RESENDE, Walisson da Costa; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 42, v. 20, p. 1-16, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/39056>. Acesso em: 19-fev.-2019.

RIBEIRO, Ana Maria de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Braga. ORGANIZAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS APÓS PROMULGAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/104622>. Acesso em: 19-fev.-2019.

ROCHA, Isadora Martins Marques da; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. A conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação. **Informação Arquivística**, n. 2, v. 2, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41167>. Acesso em: 19-fev.-2019.

RODRIGUES, Fernando de Assis; SANT´ANA, Ricardo César Gonçalves. Uso de Modelos de Dados Multidimensionais para a ampliação da Transparência Ativa ? Use of multidimensional data models to increase active. **Liinc em revista**, n. 2, v. 9, 2013.

Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/94138>. Acesso em: 19-fev.-2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Indicadores de ?transparência ativa? em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais ? "Active transparency" indicators in public institutions. **Liinc em revista**, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/94011>>. Acesso em: 19-fev.-2019.

ROSA, Tatiana Costa; URBANETTO, Rosanara Pacheco. A Busca da transparência na Gestão Pública: Lei de Acesso à Informação Brasileira. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, n. 1, p. 138-145, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/68044>>. Acesso em: 19-fev.-2019.

_____. Ley de acceso a la información: análisis de los portales electrónicos de las universidades públicas federales de la Región Sur de Brasil. **Revista Alexandria (Peru)**, n. 10, p. 50-73, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64975>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SAEGER, Marcia Maria de Medeiros Travassos; BARROS, Antoni Junio Soares Ribeiro de; ANDRADE, Tabira de Souza; FERREIRA, Danilo de Sousa. Acesso à informação financeira em websites: uma análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Marcação/PB sob a perspectiva da Arquitetura da Informação. **Folha de Rosto**, n. 2, v. 4, p. 25-35, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/109151>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANTANA, Ricardo César Gonçalves; RODRIGUES, Fernando de Assis. Acessando dados para visualização de afinidades nas votações entre parlamentares do Senado. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 1, v. 23, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92985>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANTOS, José Carlos Sales dos. Informação Pública e Governo Eletrônico na Assembleia Legislativa da Bahia ? Public information and electronic government. **Liinc em revista**, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93610>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANTOS, João Carlos Gardini; MOLINA, Juan Carlos Fernández; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Direito de acesso à informação: uma análise a partir das realidades espanhola e brasileira. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 2, v. 27, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92633>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SAPIA, Márcia Regina Pereira Pereira. INFORMAÇÃO PÚBLICA E PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NO CONTEXTO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS. **Biblionline**, n. esp., 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/100225>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SARDINHA, Antonio Carlos; PAIVA, Cecília Soares de. Estudo de caso sobre os desafios do jornalismo institucional na perspectiva da comunicação pública. **Comunicação & Informação**, n. 1, v. 14, p. 60-78, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/68825>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SILVA, Adriana Sousa; COUTINHO, Ricardo. A Gestão de Documentos no Poder Executivo do Estado da Bahia. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103800>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SILVA, José Antonio da; OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Casa de Ferreiro, Espeto de Pau? O Acesso à Informação na CGU. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103402>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SILVA, Luiz Carlos; VENÂNCIO, Renato Pinto. A IDENTIFICAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA COMO POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: OS ARQUIVOS

	<p>PÚBLICOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA - ES. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102223. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Paulo Fernando; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UMA VERTENTE EXPRESSA POR UMA CARTA DE SERVIÇOS. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103330. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Terezinha Elizabeth da; EIRÃO, Thiago Gomes; CAVALCANTE, Raphael da Silva. Relacionando a legislação sobre acesso à Informação dos países do MERCOSUL. Biblios (Peru), n. 56, p. 28-38, 2014. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/69501. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Terezinha Elizabeth da; GOMES, Thiago Eirão; CAVALCANTE, Raphael da Silva. Acesso à informação: notas de pesquisa. Informação & Informação, n. 2, v. 18, p. 01-19, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34150. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SOUSA, Rosilene Paiva Marinho; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira. Reflexões sobre a regulamentação da Lei de acesso a informação no âmbito do poder executivo federal. Revista Analisando em Ciência da Informação, n. 2, v. 4, 2016. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/80857. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>Transparência Pública; LAI (10 trabalhos)</p>	<p>CARLI, Deneide Teresinha de; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. A Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos. Biblios (Peru), n. 66, p. 47-59, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/63453. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FERNANDES, Marlúcia Marques; SILVA, Paulo César Lamarão da; PRESTES, Paulo Emerson Nery; COSTA, Robson Antonio Tavares. Aplicabilidade das leis de transparência e acesso à informação: uma análise em portais de transparência nas três esferas de poder no Estado do Amapá. Ágora, n. 57, v. 28, p. 270-292, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/101441. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FUJINO, Asa. ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE PcD NO CONTEXTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: desafios para estudo de usuários. Informação em Pauta, v. 2, p. 237-257, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41406. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Perspectivas e desafios na transparência das Contas Públicas: um estudo numa Instituição de Ensino Superior brasileira. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 45, v. 21, p. 2-20, 2016. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/39829. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>KRAMER, Gislaine Pinto; BERTOTTI, Valéria Raquel. O acesso à informação como fonte de conhecimento e transparência Pública a luz da lei 12.527/2011: o caso da Justiça Federal da cidade do Rio Grande. Ágora, n. 51, v. 25, p. 354-376, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/12049. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>LOPES, Paula Suellen Correa Padilha; FURTADO, Renata Lira. Direito à informação arquivística governamental via web nos municípios do Estado do Pará. Ágora, n. 56, v. 28, p. 164-177, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/13323. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>MEDEIROS, Anny Karine de; NONATO, Raquel Sobral; KATZ, Isabela Benyunes; SOUZA, Zilma Borges de. Transparência de Compras Públicas Sustentáveis ? um caminho a ser traçado ? Transparency in Sustainable Public Procurement - a road to be</p>

	<p>traced. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93861. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>PEREIRA, Deiverson; ANNA, Jorge Santa. Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna. Ágora, n. 51, v. 25, p. 209-233, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/13770. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ROCHA, Isadora Martins Marques da; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. A conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação. Informação Arquivística, n. 2, v. 2, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41167. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ROSA, Tatiana Costa; URBANETTO, Rosanara Pacheco. Ley de acceso a la información: análisis de los portales electrónicos de las universidades públicas federales de la Región Sur de Brasil. Revista Alexandria (Peru), n. 10, p. 50-73, 2014. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64975. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>Transparência; Governo eletrônico (6 trabalhos)</p>	<p>BARBOSA, Henriane; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Em Questão, n. 1, v. 17, p. 143-160, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/88412. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FRANÇA, Andressa de Almeida; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: uma avaliação com foco na transparência e informação pública ? Homepage of the Ministry of Science, Technology and Innovation: an evaluation with focus on transparency and public information. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93590. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. O vocabulário controlado do Governo Eletrônico: contribuições e limites na implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Em Questão, n. 1, v. 24, p. 12-40, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/10625. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; AIRES, Renan Felinto de Farias. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação. Perspectivas em Ciência da Informação, n. 3, v. 22, p. 98-115, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35643. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SANTOS, José Carlos Sales dos. Informação Pública e Governo Eletrônico na Assembleia Legislativa da Bahia ? Public information and electronic government. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93610. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Terezinha Elizabeth da; GOMES, Thiago Eirão; CAVALCANTE, Raphael da Silva. Acesso à informação: notas de pesquisa. Informação & Informação, n. 2, v. 18, p. 01-19, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34150. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>LAI; Governo eletrônico (um trabalho)</p>	<p>SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; AIRES, Renan Felinto de Farias. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação. Perspectivas em Ciência da Informação, n. 3, v. 22, p. 98-115, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35643. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>

<p>Políticas Públicas; Transparência (9 trabalhos)</p>	<p>FREIRE, Isa Maria; REGO, Herbert de Oliveira. Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros. Ciência da Informação em Revista, n. 3, v. 3, p. 47-55, 2016. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/36347. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FREIRE, Isa Maria; REGO, Herbert de Oliveira; OLIVEIRA, Geissikelly Marques. Os Portais de Transparência à luz da Ciência da Informação: um modelo de interface para acesso à informação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, n. 1, v. 10, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/26877. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>MEDEIROS, Anny Karine de; NONATO, Raquel Sobral; KATZ, Isabela Benyunes; SOUZA, Zilma Borges de. Transparência de Compras Públicas Sustentáveis ? um caminho a ser traçado ? Transparency in Sustainable Public Procurement - a road to be traced. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93861. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>MERAYO, Matilde Gómez. Costa Rica y el desafío hacia la Sociedad de la Información. e-Ciencias de la Información (Costa Rica), n. jun., p. 1-9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/66323. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>REGO, Herbert de Oliveira; FREIRE, Isa Maria. ACCOUNTABILITY: UMA NOVA FRONTEIRA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105012. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>_____. Portais de transparência como objeto de estudo na Ciência da Informação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, n. 1, v. 13, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/25755. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SANTOS, José Carlos Sales dos. Informação Pública e Governo Eletrônico na Assembleia Legislativa da Bahia ? Public information and electronic government. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93610. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SARDINHA, Antonio Carlos; PAIVA, Cecília Soares de. Estudo de caso sobre os desafios do jornalismo institucional na perspectiva da comunicação pública. Comunicação & Informação, n. 1, v. 14, p. 60-78, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/68825. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Luiz Carlos; VENÂNCIO, Renato Pinto. A IDENTIFICAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA COMO POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: OS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA - ES. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102223. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>Governo Eletrônico; Tecnologia (12 trabalhos)</p>	<p>ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; BRAGA, Lamartine Vieira. Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil. Informação & Sociedade: Estudos, n. 2, v. 21, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92939. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ANDRADE, Magda Maria Guimarães de. PLATAFORMA DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO: Solução de Governança Eletrônica para a Prefeitura Municipal do Salvador. Ponto de Acesso, n. 2, v. 7, p. 68-88, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/81591. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SENA, Alnio Suamy de. Sites dos municípios da Paraíba: análise de vulnerabilidades computacionais. Encontro Nacional de Pesquisa</p>

	<p>em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/104513. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>AVEIRO, David Sardinha Andrade de. A visão dos conceitos de Informação e Tecnologia à luz da Engenharia Organizacional. Ciência da Informação, n. 2, v. 42, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/17931. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>BARBOSA, Henrienne; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Em Questão, n. 1, v. 17, p. 143-160, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/88412. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>CAVALCANTI, Joyce Mariella Medeiros; DAMASCENO, Larissa Mayara da Silva; SOUZA NETO, Manoel Veras de. Observância da lei de acesso à informação pelas autarquias federais do Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, n. 4, v. 18, p. 112-126, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/37497. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. DataGramZero, n. 5, v. 12, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/7461. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FRANÇA, Andressa de Almeida; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: uma avaliação com foco na transparência e informação pública ? Homepage of the Ministry of Science, Technology and Innovation: an evaluation with focus on transparency and public information. Liinc em revista, n. 2, v. 9, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93590. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>GUERRA, FERNANDO CÉSAR GONÇALVES; MASSENSINI, Rogério Luís. Políticas de informação em tempos de governo eletrônico: um estudo preliminar sobre a governança informacional no estado de Minas Gerais. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, n. 1, v. 3 n. 1, p. 105-124, 2012. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/39690. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>LECHAKOSKI, Rafael de Mello; TSUNODA, Denise Fukumi. Proposta de um modelo de maturidade para sítios de governo eletrônico. AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, n. 1, v. 4, p. 43-54, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/15471. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>PINHO NETO, Júlio Afonso Sá. A inclusão digital dos agentes de limpeza urbana e dos agentes ambientais da coleta seletiva de lixo da cidade de João Pessoa/PB. Informação & Sociedade: Estudos, v. 22, [????]. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90956. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>REBOUÇAS, Rômulo Róseo; PRADO, Hércules Antônio do; FERNEDA, Edilson; BALANIUK, Remis. Detecção de figurantes em pregões eletrônicos do governo federal brasileiro. Informação & Tecnologia, n. 2, v. 2, p. 5-21, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41027. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>Economia política; informação (28 trabalhos)</p>	<p>ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, n. 1, v. 4, p. 57-79, 2014. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/51437. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; BRENNAND, Eládio José de Góes. Arquiteturas cognitivas e informacionais no contexto das dinâmicas sociais contemporâneas Cognitive and informational architectures in the context of contemporary social</p>

dynamics. **Liinc em revista**, n. 2, v. 6, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93678>. Acesso em: 19-fev.-2019.

CÂMARA, Rafael Silva da; ALVES, Edvaldo Carvalho; BUFREM, Leilah Santiago. A ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INDÍCIOS E NECESSIDADES DE UM ESTUDO DE DOMÍNIO NO CAMPO. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105303>. Acesso em: 19-fev.-2019.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: Uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden | Dialectics of Information: an epistemological reading of Vieira Pinto and Anthony Wilden. **Liinc em revista**, n. 2, v. 11, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90799>. Acesso em: 19-fev.-2019.

_____. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (II) | Dialectics of information: an epistemological approach to Vieira Pinto and Anthony Wilden (II). **Liinc em revista**, n. 1, v. 12, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90635>. Acesso em: 19-fev.-2019.

_____. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo | Political economy of information and communication in the internet era: revisiting value theory in networks and in entertainment. **Liinc em revista**, n. 1, v. 8, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90806>. Acesso em: 19-fev.-2019.

DANTAS, Marcos; CANAVARRO, Marcela; BARROS, Marina. Trabalho gratuito nas redes: de como o ativismo de 99% pode gerar ainda mais lucros para 1% â”, Free labour in networks: how the activism of 99% can generate even more profits for 1%. **Liinc em revista**, n. 1, v. 10, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90683>. Acesso em: 19-fev.-2019.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida; FONSECA, Felipe. Reconhecimento e superação da exploração capitalista em redes criativas de colaboração e produção | Recognizing and overcoming capitalist exploitation in creative networks of collaboration and production. **Liinc em revista**, n. 1, v. 12, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/90690>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FARIA, Maurício Marques de; GADELHA, Margareth Monteiro. A Gestão da Informação na Biblioteca Universitária como ferramenta auxiliar ao planejamento estratégico: um exemplo de análise de impacto. **Revista Conhecimento em Ação**, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71145>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FEITOZA, Rayan Aramís de Brito; ALMEIDA, Sonia Scoralick de; LIMA, Ediene Souza de. Diagnóstico arquivístico como instrumento à proposta de uma política de gestão de documentos: um relato de experiência no SEBRAE/PB. **Archeion Online**, v. 5, p. 66-83, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14828>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FIGUEIRA, Monique; SCHNEIDER, Marco André Feldman. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, MARXISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103084>. Acesso em: 19-fev.-2019.

FORMENTINI, Rosângela. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 3, v. 21, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93070>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MARQUES, Rodrigo Moreno. PRODUÇÃO DE VALOR NAS REDES SOCIAIS: MARX E O DEBATE CONTEMPORÂNEO. **Encontro Nacional de Pesquisa em**

Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105551>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. As patentes e o regime de informação global emergente. **Informação & Informação**, n. 1, v. 23, p. 371-397, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34166>. Acesso em: 19-fev.-2019.

MEDEIROS NETO, Benedito. OS TELEFONES CELULARES E A APRENDIZAGEM COLABORATIVA NA SOCIEDADE DE SERVIÇOS: O DESDOBRAMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM REDE. **Revista P2P e INOVAÇÃO**, n. 2, v. 3, p. 96-123, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4424>. Acesso em: 19-fev.-2019.

OLIVEIRA, Taynara Almeida de; FORMENTINI, Rosângela. ARQUIVOS PÚBLICOS EM CIDADES INTELIGENTES IBERO-AMERICANAS. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103720>. Acesso em: 19-fev.-2019.

PEREIRA, Maria de Nazaré de Freitas; RIBEIRO, Claudio Jose Silva; TRACTENBERG, Leonel; MEDEIROS, Precila Loureiro. Bases de dados na economia do conhecimento: a questão da qualidade. **Ciência da Informação**, n. 2, v. 28, 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19509>. Acesso em: 19-fev.-2019.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. CIDADES INTELIGENTES NO ESTADO INFORMACIONAL: AS DIMENSÕES POLÍTICAS. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/104963>. Acesso em: 19-fev.-2019.

PRETTO, Nelson De Luca. Redes sociais e educação: o que quer a geração alt+tab nas ruas? ? Social Networks and education: what does the alt+tab generation protesting on the streets want?. **Liinc em revista**, n. 1, v. 10, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93640>. Acesso em: 19-fev.-2019.

RIHAN, Bianca; SALDANHA, Gustavo da Silva. O DOCUMENTO E O MOVIMENTO ZAPATISTA: NOTAS PARA UMA TEORIA CRÍTICA. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102803>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SALDANHA, Gustavo da Silva; MATA, Diogo Xavier da; SALOMÃO, Amanda; CABRAL, Caio. A Coleção Memória da Biblioteconomia e a epistemologia histórica dos estudos biblioteconômico-informacionais no Brasil: sobre coleções bibliográficas como fatos epistêmicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 46-68, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/2379>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANCHIDRIÁN, Elaine Pérez; POSADA, Raúl Campos; POSADA, Gloria Elisa Campos. Etiquetagem social: um modelo de representação da informação na blogosfera. **Biblios (Peru)**, n. 56, p. 19-27, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/65278>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANTINI, Rose Marie. Redes de inovação tecnológica: o desafio do conhecimento e do aprendizado para o desenvolvimento sustentável. **Informação & Informação**, n. 1, v. 21, p. 542-572, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34159>. Acesso em: 19-fev.-2019.

SANTOS, José Carlos Sales. Informação, democracia digital e participação política: uma breve revisão teórico-analítica. **Em Questão**, n. 2, v. 19, p. 195-216, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/87961>. Acesso em: 19-fev.-2019.

	<p>SOARES, Carolina Ferreira; PIERONI, Ligia Goyos; ALVES, Bruno Henrique. Rede de colaboração institucional a partir dos trabalhos apresentados no GT 7 dos ENANCIBS no período 2007/2011. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 3, 2012. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/47183. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>TARGINO, Maria das Graças. Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba. Informação & Informação, n. 3, v. 18, p. 199-221, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34006. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>VIOLA, Carla Maria Martellote; SCHNEIDER, Marco André Feldman. REGIME DE INFORMAÇÃO, ACESSO À INFORMAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES: UM ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL (2017). Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103317. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ZINCONE, Rafael; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Parabolicamará: redundância e inovação na infomare televisiva da Tropicália. Em Questão, n. 3, v. 24, p. 316-333, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/88452. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>
<p>Assimetria da Informação (11 trabalhos)</p>	<p>AFFONSO, Elaine Parra; HASHIMOTO, Cristina Toyoko; SANT´ANA, Ricardo César Gonçalves. Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar: Planilha para gestão de insumos. Biblios (Peru), n. 60, p. 45-54, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/69606. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>AQUINO, Mirian de Albuquerque Aquino M.A.A; SANTANA, Vanessa Alves. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão de negros na sociedade contemporânea. Inclusão Social, n. 1, v. 4, 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/101210. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>BUFREM, Leilah Santiago; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; FREITAS, Juliana Lazzaroto de. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: panorama Histórico e contemporâneo. Revista P2P e INOVAÇÃO, n. 1, v. 5, p. 6-25, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4342. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>CRUZ, Fábio Marques da; GOMES, Maria Yêda Falcão Soares de Filgueiras. A INFLUÊNCIA DOS BOATOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA DINÂMICA DE PREÇOS DO MERCADO DE AÇÕES. Brazilian Journal of Information Science, v. 7, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14419. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>FREIRE, Isa Maria. Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102308. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>LIMA, Luís Fernando Maia; MAROLDI, Alexandre Masson; SILVA, Dávilla Vieira Odízio da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Métricas científicas em estudos bibliométricos: detecção de outliers para dados univariados. Em Questão, v. 23, p. 254-273, 2017. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/88482. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. Perspectivas em Ciência da Informação, n. 1, v. 16, p. 65-91, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35731. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>MORAES, Alice Ferry de; OLIVEIRA, Telma Maria de. LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE SUICÍDIO DE 1996 A 2007.</p>

<p>Biblionline, n. 2, v. 7, 2011. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16172. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>SILVA, Terezinha Elizabeth da; GOMES, Thiago Eirão; CAVALCANTE, Raphael da Silva. Acesso à informação: notas de pesquisa. Informação & Informação, n. 2, v. 18, p. 01-19, 2013. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34150. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ZORZAL, Luzia; RODRIGUES, Georgete Medleg. Disclosure e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança. Informação & Informação, n. 3, v. 20, p. 113-146, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35044. Acesso em: 19-fev.-2019.</p> <p>ZORZAL, Luzia; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. Biblios (Peru), n. 61, p. 1-18, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/62001. Acesso em: 19-fev.-2019.</p>

**APÊNDICE B – ABORDAGENS MARXISTAS DE ESTADO, SEGUNDO UNICAMP
(2002)**

Subdivisões	Interpretação do Estado
Instrumentalista	Compreende o Estado como instrumento controlado pela classe capitalista, destinado a agir para manter os interesses de classe. Miliband é um dos principais representantes dessa escola.
Estado como árbitro	A existência de equilíbrio entre as forças que compõe as lutas sociais demanda que o Estado e seus líderes político-militares intervenham de modo a impor políticas que, embora não sejam, necessariamente, controladas pela classe política, servem aos interesses da classe dominante. “A burocracia estatal é vista, diferentemente da corrente funcionalista, como um segmento independente/distinto da classe dominante, embora a serviço de seus interesses de longo prazo” (UNICAMP, 2002). Poulantzas é um dos principais representantes dessa escola.
Funcionalista	O Estado e a <i>policy making</i> estão associadas à manutenção da acumulação capitalistas. As funções estatais se resumem, dentre outras, à promoção da acumulação do capital, preservação da ordem e criação de condições para a legitimação. “Os gastos governamentais para manter essas funções são: gastos sociais, “investimento social (para reduzir custos de produção), e consumo social” (UNICAMP, 2002). O’Connor é um dos principais representantes dessa escola.
Estruturalista	O Estado passa a ser entendido como fator de coesão social, com o objetivo de “desorganizar” as classes exploradas e dominadas por meio de aparelhos repressivos e ideológicos. Althusser é um dos principais representantes dessa escola.
Escola da “lógica do capital”	O Estado é compreendido como provedor das condições materiais para a produção capitalistas, além de ser pela iniciativa estatal que se estabelece relações legais de modo a regular e suprimir os conflitos entre trabalho e capital, e proteger o capital nacional no mercado. Altvater é um dos principais representantes dessa escola.
Escola de Frankfurt	O Estado passa a ser entendido como a institucionalização do poder político que passa a implementar e garantir interesse coletivo dos sujeitos sociais de uma sociedade de classe. Offe é um dos principais representantes dessa escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**APÊNDICE C – ABORDAGENS MARXISTAS DE ESTADO, SEGUNDO FLEURY
(1994)**

Subdivisões	Interpretação do Estado
Instrumentalista	A visão do Estado como instrumento recorre à concepção leninista, a qual avalia o poder estatal como instrumento da classe dominante, o que consolida a dominação política e exploração econômica (FLEURY, 1994). Capitalistas e burocratas estatais constituem um grupo em função de sua origem de classe comum, valores compartilhados e estilo de vida semelhantes (UNICAMP, 2002). O estudo do “Estado instrumental” foi atualizado pelos trabalhos de Miliband (1972). Segundo Fleury (1994), as vertentes que analisam a instrumentalidade do Estado pensam-no como um instrumento da classe dominante, o que não permite fomentar a compreensão da contraditória natureza do desenvolvimento de políticas sociais sob o capitalismo. Diante dessa interpretação, a solução aponta para a destruição do Estado, pela luta de classe
Estado como Derivação (Visão derivacionista)	Autores derivacionistas não explicam a superestrutura apenas pela sua subsunção à infraestrutura, desconsiderando aspectos de dimensão do político. O Estado, nessa escola, “é identificado com o interesse geral capitalista, como garantia de valorização do capital, enquanto os capitais individuais enfrentam-se uns aos outros” (FLEURY, 1994, p. 19). Os limites estatais existem devido à sua própria condição de emergência, como garantidor do processo de valorização do capital. O Estado, nessa análise, pode, a título de exemplo, proteger o trabalhador em relação à classe dominante, sobretudo mediante legislações, regulação trabalhista e por meio de políticas sociais. Contudo, a ação do Estado não é, conforme Fleury (1994), é neutra desde que se suceda para repor no processo produtivo a classe trabalhadora enquanto classe dominada.
Estado como Seletividade Estrutural	A estrutura estatal capitalista está sujeita a dupla determinação do poder: a) conforme sua forma institucional, o poder político é estruturado pelas regras do governo democrático representativo e b) conforme seu conteúdo, o Estado é determinado pelo desenvolvimento e prerrogativas do processo de acumulação. (OFFE; RONGE, 1984 apud FLEURY, 1994). “Os mecanismos de seletividade do aparelho de Estado são identificados em quatro níveis - estrutura, ideologia, processo e repressão funcionando como um sistema escalonado de filtros com operações cumulativas” (FLEURY, 1994, p. 22).
Estado Ampliado	Principal autor dessa corrente, Gramsci rompe com a dicotomia infraestrutura e superestrutura para trocá-la pela sociedade civil/Estado, além de buscar compreender a articulação possível entre os aspectos econômicos e políticos. Gramsci amplia o conceito de Estado ao franquear a interpretação de que na noção geral da estrutura estatal adentram questões que são compartilhadas à noção de sociedade civil (Estado enquanto soma entre sociedade política e sociedade civil – “hegemonia revestida de coerção”) (FLEURY, 1994, p. 24). O Estado, para além de seus atributos repressivos constitutivos, tem função pedagógica, na construção e consolidação da direção cultural da classe hegemônica. “A função estatal de mediação política, que permitiria superar as divisões de classe, constituindo-a em hegemônica, é parte das atividades dos intelectuais orgânicos, que fazem coincidir a cultura com a função prática, entendendo por intelectuais aqueles que exercem funções de organização nos planos da produção, da cultura ou da administração pública” (FLEURY, 1994, p. 26)
Estado como relação/Relacional	Um dos principais autores dessa escola, Poulantzas manifesta que a ideia da infraestrutura e superestrutura não cabe no estudo do Estado. Para o autor, a separação entre economia e estrutura estatal encobre a presença da noção política nas relações de produção. “Assim como o econômico não constitui um campo exterior e prévio às lutas de classe, da mesma forma o Estado não é posterior a elas.

	<p>A teoria relacionai do poder ao insistir em definir o Estado como a condensação material e específica de uma relação entre classes e frações de classe o faz assumindo alguns pressupostos que merecem ser destacados: <i>a autonomia relativa do Estado; a materialidade institucional do poder; a unidade de classe das políticas</i>” (FLEURY, 1994, p. 31-32, grifos da autora). Para esta escola, o Estado e suas políticas refletem o interesse dominante não de maneira mecânica, mas por meio de uma relação de forças que faz da estrutura estatal a expressão da luta de classes em desenvolvimento. As lutas de classe assumem-se nas contradições internas entre aparelhos e no interior deles. “O poder das classes se expressa na unidade contraditória de aparelhos que se opõem e conflituam na sua lógica na medida em que cada um cristaliza o poder de uma fração específica ou de uma aliança de interesses dos componentes do bloco no poder, de sorte que esta fragmentação é constitutiva do Estado capitalista. [...] As aparências de neutralidade e autonomia absoluta do Estado são reforçadas na medida em que este deverá cuidar para que a sociedade se reproduza globalmente enquanto sociedade capitalista, organizando os interesses gerais de reprodução a longo prazo em detrimento dos interesses específico e imediatos,” (FLEURY, 1994, p. 32).</p>
Escola Consensual	<p>Fleury (1994) abarca, nesta escola, os trabalhos de Habermas e Przeworski, por possuírem similaridade metodológica quanto à concepção de Estado. Habermas critica a teoria marxiana uma vez que a análise de Marx preza pela primazia da produção material, pois para o autor a) a interação social se comporta como dimensão da prática humana que não poderia ser pressuposta a sua correspondência com a evolução da produção; b) há uma inversão no sentido da causalidade, uma vez que foram as determinações morais que acarretaram as transformações na sociedade capitalista. “O deslocamento da integração para a comunicação e posteriormente para linguagem a raiz da compreensão da democracia como pacto consensual que estabelece a verdade” (FLEURY, 1994, p. 36). A crise de legitimação moral no capitalismo é consequência do êxito obtido pela regulação dirigida pelo Estado.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.